

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Lizandra Inês Both

**RESISTÊNCIAS E INSISTÊNCIAS:
PARTICIPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO NO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E NA
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Porto Alegre

2018

Lizandra Inês Both

**RESISTÊNCIAS E INSISTÊNCIAS:
PARTICIPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO NO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E NA
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, realizado como requisito para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social pelo Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Orientadora: Profa. Dra. Mailiz Garibotti Lusa.

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Both, Lizandra Inês

Resistências e insistências: Participação e mobilização no Projeto Ético-Político e na política de assistência social / Lizandra Inês Both. -- 2018.

94 f.

Orientadora: Mailiz Garibotti Lusa.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Curso de Serviço Social, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Participação. 2. Mobilização. 3. Projeto Ético-Político. 4. Assistência Social. I. Lusa, Mailiz Garibotti, orient. II. Título.

Lizandra Inês Both

**RESISTÊNCIAS E INSISTÊNCIAS:
PARTICIPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO NO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E NA
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, realizado como requisito para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social pelo Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em: _____ de _____ 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a. Mailiz Garibotti Lusa - UFRGS (orientadora)

Prof^o Dr. Tiago Martinelli - UFRGS

Me Léa Maria Ferraro Biasi - Convidada

Porto Alegre

2018

AGRADECIMENTO

Gratidão e alegria são os sentimentos que afloram em meu ser após esses 4 anos e 6 meses de intensa dedicação à formação profissional. Minha gratidão a todas as pessoas que fizeram parte desse processo, minhas Irmãs de vida e de comunidade que foram sempre muito sensíveis, possibilitando que eu pudesse conciliar todas as atividades do meu dia a dia com os espaços de estudo. Obrigada a cada uma, pois vocês foram fundamentais nesse processo. Quantas vezes vocês me ouviram dizer: “Será que vou dar conta?” “Esse mês vai ser pesado!” “É tanto trabalho que já não sei mais por onde começar.” Obrigada, vocês foram e são muito especiais! Obrigada pelo incentivo, pela paciência, pela compreensão. Obrigada por tudo!

Obrigada à minha família querida, meus pais Gervasio e Alice Terezinha, meus manos Josieli Terezinha e Jeferson Augusto, e ao meu cunhado Bruno Matheus. Vocês sempre estiveram perto de mim, apoiando-me e me incentivando. Obrigada pela paciência, pois muitas vezes tive que dar conta das atividades acadêmicas, que nossa comunicação ficou reduzida a mensagens e a telefonemas somente nos finais de semana. Vocês, mesmo longe, estavam presentes, vibrando comigo em cada trabalho vencido, em todas as etapas. Agora é hora de celebrarmos juntos esse momento especial.

Esse período de universidade foi tempo de fazer e cultivar amizades para a vida. Obrigada especialmente à Bruna, à Poliana, à Valquiria, à Raíssa e à Jaqueline. Vocês foram muito mais que colegas, foram pessoas especiais que marcam e dão um significado todo especial a essa caminhada. Obrigada pelas partilhas de vida, pelo companheirismo, pelos trabalhos que juntas realizamos, pelos momentos simples e intensos que construímos junto a uma simples refeição.

Obrigada a cada professor e a cada professora que contribuiu no processo de formação profissional, de desmistificar a realidade, contribuindo para reconhecer o quanto a profissão está implicada com a luta pelos direitos. O nosso tempo na UFRGS foi bem diverso. Tivemos aula no Instituto de Psicologia, no Julinho, na FACED, na FABICO, no anexo,... andamos por tantos lugares e vocês estavam juntos, acreditando que para além de toda a precarização a formação precisava ser garantida. Muitas vezes paramos a aula para falar sobre nossa realidade, sobre a conjuntura. Ocupamos a Universidade, fomos para as manifestações de rua, vivemos a greve,... Sim, foi tenso e intenso esse tempo que juntos vivemos, partilhamos saberes e vida.

Gratidão especial à professora Mailiz, que esteve junto no processo de estágio obrigatório e agora nesse período do TCC. Obrigada por ter paciência comigo. Páginas e páginas escrevi nesse período, muitas partilhas fizemos, vida intensamente vibrando em todos

os encontros de supervisão de estágio e de orientação de TCC. Gratidão aos colegas que fizeram parte da turma de supervisão. Juntos aprendemos e partilhamos muitos saberes sobre nossos campos de estágio, bem como, muitas angústias, desafios, desalentos e esperanças. Se essas segundas-feiras pudessem falar! Gratidão porque juntas e juntos nos fortalecemos e resistimos, vencemos o estágio e partimos ao TCC. Mailiz, obrigada por ter aceitado o desafio de continuar comigo no processo final, pois sei que nem sempre foi fácil me acompanhar, pois eu sempre a mil, querendo adiantar as coisas. Vibramos com as entrevistas, com o nosso tema, com o resultado que alcançamos. Gratidão profunda por todo o caminho construído e por todas as partilhas.

Obrigada à minha supervisora de campo, Assistente Social Clarissa, que esteve junto em todos os momentos do estágio obrigatório, somando nos desafios e apostando no nosso processo de formação profissional, possibilitando espaços e meios de vivenciar o fazer profissional. Obrigada aos colegas estagiários, especialmente Ana Paula, Mauren, Tamires e Ricardo, com quem partilhei momentos intensos, vibramos e sentimos juntos/as todos os momentos que o estágio nos favoreceu e nos desafiou. Gratidão à equipe técnica do CRAS Ampliado Lomba do Pinheiro, que abriu espaço, acreditou e me incentivou em todo o processo do estágio, especialmente nas atividades do projeto de intervenção. Obrigada por, no momento de construção do TCC, abrirem novamente as portas para me acolher.

Minha gratidão aos/às usuários/as do CRAS Lomba do Pinheiro que participaram das Rodas de Conversa e se dispuseram a contribuir na construção desse TCC através das entrevistas. Gratidão também às lideranças comunitárias por todo o processo construído e pela disponibilidade de participar da pesquisa. Não tinha como falar de participação e mobilização na Política de Assistência Social sem ouvir vocês! As respostas são indicativos importantes para fortalecermos uma intervenção profissional crítica. Gratidão ao CRESSRS que acolheu o Projeto de Pesquisa e nos concedeu o espaço junto aos profissionais do GT Assistência para coletar os dados. Gratidão a cada assistente social que partilhou de seu saber e de seu tempo para fortalecer a construção desse TCC. Foi fundamental ouvir vocês! Minha gratidão a cada um e a cada uma.

Por fim, não consigo citar todos os nomes, pois foram tantas pessoas e todas foram importantes e fundamentais nesse processo. Gratidão a quem leu, me ajudou a configurar, revisar e corrigir o TCC. Assim o trabalho fica mais completo e mais lindo! De fato, foram muitas as mãos, as vozes, as vibrações e energias que se somaram nesse tempo de trabalho intenso.

Venci! Vencemos! Juntos e juntas vivenciamos esse tempo. Agora que venha a atuação profissional e venham outros espaços onde possa continuar aprofundando o conhecimento e avançando na construção do projeto societário.

Que a gratidão e a alegria de hoje sejam energias que venham a se somar a toda a luta pelos direitos sociais, por espaços de participação e mobilização social, por uma sociedade democrática.

*Mas é isso, a gente tem um projeto ético-político que não nos deixa em cima do muro, diz de que lado a gente está.
Então a gente precisa tomar partido, a gente precisa dizer de que lado a gente está, a gente precisa se colocar nessa luta de classe.
Aí remete pro tema do dia do Assistente Social do ano passado que dizia que 'na luta de classes não há empate'.
Então é isso, não tem empate e a gente precisa saber de que lado a gente está e que nesse momento da história do Brasil, infelizmente nesse cabo de guerra, nós estamos perdendo.
(Assistente Social 05).*

RESUMO

O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Serviço Social tem como objetivo analisar como acontecem os processos de participação e mobilização na Política de Assistência Social, a fim de fortalecer os princípios da democracia, participação social e mobilização expressos no Projeto Ético-Político (PEP) do Serviço Social. Para atingir tal objetivo, é fundamental articular as reflexões sobre a construção histórica da Política de Assistência Social e do projeto profissional. A relevância científica do tema está na possibilidade de provocar um diálogo aprofundado do trabalho profissional, possibilitando reconhecer como o PEP é efetivado no dia a dia profissional, apresentando importantes indicativos no que se refere ao compromisso dos/as assistentes sociais com a socialização da informação. O Trabalho é resultado de todo o processo de formação profissional, especialmente a partir da vivência do Estágio Obrigatório em Serviço Social I, II e III, realizado no CRAS Ampliado Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre, RS. A metodologia é orientada pelo materialismo histórico-dialético, com abordagem qualitativa, contemplando a pesquisa bibliográfica, documental e empírica, que foi realizada através de entrevistas orientadas por roteiro semi-estruturado. O TCC está organizado em três capítulos, sendo que o primeiro trata sobre o Serviço Social, a participação popular e os processos de mobilização; o segundo discute sobre a Política de Assistência Social a partir das conquistas e resistências operadas pelos trabalhadores e usuários; e o último reflete, de forma articulada e dialética, sobre o Serviço Social, a assistência social e os processos de democratização. Esse estudo possibilita afirmar que há um compromisso profissional com os processos de mobilização, participação e democratização, que se encontram permanentemente em construção, os quais precisam ser fortalecidos a partir do compromisso profissional da socialização da informação e da dimensão político-pedagógica.

Palavra Chave: Participação; Mobilização; Projeto Ético-Político; Assistência Social.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS/ABPESS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social / Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino em Serviço Social
Anampos	Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais
Anas	Associação Nacional de Assistentes Sociais
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
Apas	Associação Profissional de Assistentes Sociais
APML	Ação Popular Marxista Leninista
BPC	Benefício de Prestação Continuada
Cadúnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CE	Código de Ética
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica
CFAS/CRAS	Conselho Federal de Assistentes Sociais / Conselhos Regionais de Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal do Serviço Social
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
CORAS	Conselho Regional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESSRS	Conselho Regional de Serviço Social do Rio Grande do Sul
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DC	Desenvolvimento de Comunidade
ENESS/ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
FABICO	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
FACED	Faculdade de Educação
FASC	Fundação de Assistência Social e Cidadania

FEB	Força Expedicionária Brasileira
FOMTAS	Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
GT	Grupo de Trabalho
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MCS	Meios de Comunicação Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MESS	Movimento Estudantil de Serviço Social
MST	Movimento dos Sem Terra
NOB/RH	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
OP	Orçamento Participativo
PAIF	Programa de Atendimento Integral a Família
PDC	Programa de Desenvolvimento de Comunidade
PEC	Proposta de Ementa Constitucional
PEP	Projeto Ético-Político
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
PT	Partido dos Trabalhadores
SAF	Serviço de Atendimento à Família
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
Sessune	Subsecretária de Estudantes de Serviço Social da UNE
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNE	União Nacional dos Estudantes

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Ações do PAIF	42
Quadro 02	Tipos de organizações dos/as usuários/as e suas especificidades.....	49
Quadro 03	Rodas de Conversa, tema e número de participantes.....	66

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 SERVIÇO SOCIAL, PARTICIPAÇÃO POPULAR E MOBILIZAÇÃO: ENCONTROS E DESENCONTROS.....	19
2.1 SERVIÇO SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DAS BASES PARA UM PROJETO PROFISSIONAL DE PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA	19
2.2 MOBILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO: REFLEXÕES TEÓRICAS E POSICIONAMENTO ÉTICO POLÍTICO FRENTE À CONJUNTURA ATUAL	27
3 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: CONQUISTAS, RESISTÊNCIAS E MOBILIZAÇÕES.....	36
3.1 CAMINHO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL ATÉ A CONSTITUIÇÃO DE 1988.....	36
3.2 ASSISTÊNCIA SOCIAL: SEU DESENHO COMO DIREITO, POLÍTICA E SISTEMA	39
3.3 ORGANIZAÇÃO DOS USUÁRIOS: ENTRE O INSTITUÍDO E O INSTITUINTE.....	49
4 SERVIÇO SOCIAL, ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS PROCESSOS DE DEMOCRATIZAÇÃO	56
4.1 COMPROMISSO PROFISSIONAL COM A SOCIALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO	57
4.2 ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS COLETIVOS DE PARTICIPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO	62
4.3 DESAFIOS ABERTOS NA CONSTRUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS.....	79
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	86
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E.)	90
APÊNDICE B - ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO DE ENTREVISTA 1	92
APÊNDICE C - ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO DE ENTREVISTA 2	93
APÊNDICE D - ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO DE ENTREVISTA 3	94

1 INTRODUÇÃO

Em cada momento histórico se produziu movimentos de participação popular e de mobilizações, ora mais intensos, ora na retaguarda, porém sempre com uma expressão importante. Esse trabalho se propõe estudar os processos de participação e mobilização na relação do Projeto Ético Político e na execução da Política de Assistência Social. Para tanto, far-se-á se o exercício de reconhecer a participação e a mobilização como expressões de luta e de resistência na constituição do Direito à Assistência Social e da identidade da profissão.

A experiência do estágio obrigatório na Política de Assistência Social, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Ampliado Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre, RS, no período de fevereiro de 2016 a junho de 2017, e os cortes no que tange aos investimentos sociais e avanço da política neoliberal tem instigado a avançar na pesquisa e estudo. O CRAS, enquanto serviço público, foi intensamente atingido pelas estratégias políticas desse período, sendo precarizado através da falta de recursos humanos (do quadro e terceirizados); de recursos materiais, como de consumo, telefone, carro e outros; bem como o corte em diferentes recursos advindos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, como aluguel social e benefício eventual; cortes nos recursos federais destinados ao Programa de Transferência de Renda, como o Programa Bolsa Família.

Todo esse processo de precarização é intensamente sentido pela equipe técnica, que precisa repensar sua dinâmica de trabalho, pois visitas domiciliares passam a ser quase inexistentes, dificultando o acompanhamento às famílias. Muitas famílias perderam o acesso aos programas de transferência de renda, aumentando a pobreza e o acesso com demandas pontuais cujos benefícios e/ou programas permaneceram em constante atraso ou foram praticamente extintos. Com isso, a equipe técnica enfrentou o desafio de ter que informar a população sobre esses cortes no serviço e, ao mesmo tempo, encontrar formas de mobilizar a população na luta pelos mesmos.

Diante dessa realidade, durante o período do estágio obrigatório, a discente realizou, através de seu projeto de intervenção, Rodas de Conversa sobre Direitos e Cidadania, espaço onde o serviço estabeleceu um diálogo importante com a comunidade, a fim de informar sobre a real situação e mobilizar a mesma. As Rodas de Conversa desencadearam a participação da população em Audiência Pública, mobilizações de Rua, abaixo-assinado, dentre outros. Ou seja, esse espaço se compôs de tal forma que favoreceu a comunidade em processo de participação e mobilização, articulado juntamente com as lideranças comunitárias, que

inclusive participaram de algumas Rodas de Conversa e estiveram presente nas demais mobilizações, contribuindo na articulação da comunidade.

A partir da experiência das Rodas de Conversa, partilhas da equipe técnica, reuniões com outros serviços da Assistência Social e outros serviços da rede, pôde-se constatar que os espaços de participação e de mobilização na Política de Assistência Social estão em construção, em alguns casos mais incipientes, em outros já com importantes articulações. Isto tem despertado questionamentos que desencadearam a pesquisa e o estudo: Como esses processos se efetivaram ao longo da história? Como o Serviço Social reconheceu a participação dos usuários na constituição da profissão? Como a participação e a mobilização estão presentes na Política de Assistência Social? Como o trabalho profissional, a partir de seu projeto ético-político, dialoga com os espaços de participação e mobilização na Política de Assistência Social? Os profissionais têm conseguido criar espaços coletivos de intervenção nessa Política? Que atividades/estratégias de atendimento favorecem a participação e a mobilização?

Diante desses questionamentos, procura-se compreender como esses processos se constituíram historicamente, tanto na profissão como na Política de Assistência Social. Porém, é preciso reconhecer que os processos de participação e mobilização sempre surgem na contramão da história oficial, ou seja, surgem a partir das reivindicações da população ante as expressões da questão social e as respostas apresentadas pelo Estado para as mesmas. Isso pressupondo a participação e a mobilização de forma crítica e contra-hegemônica, com a organização da classe trabalhadora, da população.

O reconhecimento da construção desses processos, com seus diferentes momentos, conquistas, bem como as contradições inerentes a eles, é um desafio permanente assumido no trabalho de conclusão de curso. Nesse percurso há dois marcos perpassados pelo processo de redemocratização do Brasil, sendo eles: o reconhecimento da Assistência Social como um Direito Social na Constituição Federal de 1988 e o processo de renovação do Serviço Social. São marcos, pois a partir dos mesmos o fazer profissional e a própria Assistência Social assumem uma nova identidade.

Diante disso, o desafio posto é analisar como acontecem os processos de mobilização e participação popular na Política de Assistência Social, a fim de fortalecer o princípio da democracia, participação social e mobilização expressos no PEP¹ do Serviço Social. Para tanto,

¹Os componentes que materializam os elementos constitutivos do projeto ético-político são: *A produção de conhecimentos no interior do Serviço Social* – a dimensão investigativa da profissão tendo como parâmetro as tendências teórico-críticas do pensamento social; *As instâncias político-organizativas da profissão*, que envolvem tanto os fóruns de deliberação quanto as entidades da profissão; *E a dimensão jurídico-política da profissão* (O

é importante apropriar-se das categorias participação popular, mobilização e democratização a partir do PEP da profissão, a fim de analisar, oportunamente, como os mesmos se efetivam nos espaços/serviços da Política. Ao mesmo tempo, é preciso conhecer como estão propostos os espaços e/ou estratégias de participação popular, mobilização e democratização na construção da Política, reconhecida atualmente como um direito social.

Poucos estudos têm realizado esse diálogo da política e da profissão com a efetivação dos pressupostos dos mesmos, ou seja, esse estudo é de suma relevância, pois proporcionará realizar um levantamento de como o Serviço Social tem conseguido efetivar o PEP em tempos de avanço do neoliberalismo, com contrarreformas que incidem diretamente nos espaços de trabalho. Ao mesmo tempo, o estudo possibilita reconhecer estratégias utilizadas e a serem potencializadas pelos profissionais no dia a dia, bem como acenar para processos de resistência e construção de uma contra-hegemonia.

A pesquisa é orientada pelo método crítico dialético, uma vez que ele possibilita a análise da realidade, reconhecendo-a em constante construção, onde a leitura da conjuntura e o conhecimento da estrutura da realidade/sociedade são determinantes para responder a questões da pesquisa. O método crítico dialético consta de um método científico, que possibilita superar uma leitura da realidade com aprofundamento teórico e crítico da realidade. Sendo assim, esse método vem responder ao objeto da pesquisa, pois reconhece que a realidade está em constante transformação, instrumentalizando o pesquisador para romper com a pseudoconcreticidade (KOSIK, 1989) da realidade, a partir de sua historicidade, totalidade e contradição, pois a história contempla em si diversas situações e realidades, que não podem ser vistas apenas a partir de uma perspectiva. Para responder ao problema posto foram utilizados 3 tipos de pesquisa: documental, bibliográfica e empírica, com abordagem qualitativa, possibilitando uma análise que considera a existência de uma relação dinâmica entre mundo real e sujeito. O Projeto de Pesquisa foi submetido à aprovação da Comissão de Pesquisa e do Comitê de Ética do Instituto de Psicologia da UFRGS, sendo a última submissão feita através da Plataforma Brasil, ambos aprovado.

A pesquisa bibliográfica teve como principais autores: Abramides (2016; 2017), Iamamoto (2006; 2012), Netto (s/a; 2005; 2007), Coutinho (2000), Silva (2009), Yazbek (2009, 2014). Já a documental ocupou-se de reconhecer as legislações da Política de Assistência Social no que se referem aos espaços de participação dos usuários. Para tanto foram utilizadas

legislações disponíveis, bem como, orientações da política que se referem à instituição desses espaços.

A pesquisa empírica foi realizada com coleta de dados em campo, a partir de entrevistas, com base em roteiros semiestruturados, que foram aplicados com três grupos de sujeitos diferentes, quais sejam: usuários/as (Apêndice B), lideranças comunitárias (Apêndice C), assistentes sociais do GT Assistência (Apêndice D), cujos resultados são apresentados ao longo do trabalho. Os/as usuários/as constam dos que participaram as Rodas de Conversa realizadas durante o estágio obrigatório; as lideranças comunitárias da Lomba do Pinheiro que participaram das articulações e mobilizações de rua. Já os/as assistentes sociais que participam do GT Assistência atuam ou atuaram em serviços da Política de Assistência Social, sendo esses serviços públicos ou desenvolvidos por organizações não-governamentais, na Proteção Social Básica e na Proteção Social de Alta Complexidade. A coleta de dados foi realizada entre 20 de março e 19 de abril de 2018, com 02 lideranças comunitárias do Bairro Lomba do Pinheiro, 04 usuários/as do CRAS Ampliado Lomba do Pinheiro, que participaram das atividades de Rodas de Conversa, e 06 assistentes sociais do Grupo de Trabalho de Assistência Social do Conselho Regional de Serviço Social do Rio Grande do Sul (CRESSRS). Os/as profissionais foram selecionados a partir do CRESSRS, dar-se que participam da frequência nas atividades mensais do GT.

A escolha dos sujeitos da pesquisa se deve ao fato de que os usuários e lideranças comunitárias participaram do projeto de intervenção do estágio da discente, oportunidade na qual foram trabalhados elementos de mobilização e participação social através das Rodas de Conversa sobre Direitos Sociais. Já os/as profissionais do GT de Assistência Social do CRESSRS, por ser um espaço de formação continuada da categoria profissional, bem como de reflexão crítica sobre a Política de Assistência Social e analítica da realidade.

Assim, o presente Trabalho de Conclusão de Curso resulta deste intenso processo de investigação e encontra-se estruturado da seguinte forma: primeiramente, no capítulo 2, realiza-se um estudo sobre como os processos de participação e mobilização são reconhecidos na profissão e pela mesma na atuação e intervenção junto aos usuários ao longo da história. Nesse capítulo realiza-se o estudo das categorias democratização, mobilização e participação popular a partir do PEP da profissão.

No terceiro capítulo, realiza-se um estudo aprofundando da constituição da Assistência Social enquanto um direito social, com um olhar mais minucioso aos processos de participação que são garantidos nas legislações dessa Política. Nesse processo, é possível reconhecer os espaços que são instituídos através das legislações e os espaços de mobilização em construção

que ultrapassam a lei. As entrevistas e a inserção no estágio, cada uma a seu tempo, possibilitam apresentar espaços de luta e resistência que vêm se construindo através de Fóruns, Frentes onde participam usuários/as, trabalhadores/as da política e outros que se colocam na defesa das políticas públicas.

Já o quarto capítulo busca articular as discussões teóricas realizadas nos capítulos anteriores, as entrevistas e o estágio, realizando um diálogo a partir do compromisso profissional para com a construção de espaços coletivos de intervenção, onde sejam garantidas a participação e a mobilização. Um importante componente desse capítulo é a discussão do compromisso ético da socialização da informação e a prática político-pedagógica, como disparadores para realizar e desencadear processos de participação e mobilização.

Considerando que novos questionamentos surgiram ao longo do estudo realizado, nas considerações finais são feitos ensaios sob título de conclusão preliminar e provisória, já apontando para a necessidade de continuar o estudo, o que não deixa de sinalizar perspectivas futuras de aprofundamento.

Por fim, registra-se que este TCC apresenta a sistematização de um processo construído ao longo de toda a formação profissional, que certamente foi intensificado nos últimos dois semestres, sendo permeado de muitas emoções, esperanças, desafios e dificuldades, que fazem reconhecer que há um processo de resistência, que precisa ser fortalecido com muita persistência e insistência.

Nenhum direito a menos!

2 SERVIÇO SOCIAL, PARTICIPAÇÃO POPULAR E MOBILIZAÇÃO: ENCONTROS E DESENCONTROS

Nesse capítulo analisa-se a profissão inserida dentro de um contexto histórico, possibilitando apreender as implicações políticas do exercício profissional que se desenvolve no contexto de relações entre classes, bem como as dimensões objetivas e subjetivas do trabalho. Objetivas por considerar os determinantes sócio-históricos do exercício profissional em diferentes conjunturas e subjetivas no sentido de identificar a forma como o profissional incorpora, em sua consciência, o significado de seu trabalho e a direção social que imprime ao fazer profissional (YAZBEK, 2009a).

Conhecer a profissão, em seus diferentes momentos históricos, possibilita compreender o processo de construção do Projeto Ético-Político (PEP) nos anos 1980/1990 e as implicações para a formação e o trabalho profissionais. Ao assumir esse projeto juntamente com um projeto societário, a profissão assume a construção de espaços democráticos como ferramenta que materializa a direção ético política, conforme ficou registrado no Código de Ética profissional (BRASIL, 1993a).

Para refletir sobre esses elementos, organizou-se o capítulo em duas subseções, sendo que na primeira se discute a questão das bases do projeto profissional na perspectiva democrática e participativa a partir de um resgate histórico da profissão, a fim de compreender o redirecionamento do projeto profissional, marcadamente nos anos 1980 em diante. Depois se avançará na reflexão teórica no que se refere à mobilização, participação e democratização a partir do PEP da profissão frente à conjuntura atual.

2.1 SERVIÇO SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DAS BASES PARA UM PROJETO PROFISSIONAL DE PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

O Serviço Social é uma profissão que surge, institucionaliza-se e se legitima no Brasil a partir dos anos de 1930, com recursos acionados pelo Estado e pelo empresariado, com o respaldo da Igreja Católica. Isso ocorre “na perspectiva do enfrentamento e regulação da Questão Social, a partir dos anos 30, quando a intensidade e extensão das suas manifestações no cotidiano da vida social adquirem expressão política” (YAZBEK, 2009a, p. 129).

O Serviço Social brasileiro surge pela influência da perspectiva franco-belga, com forte interferência da Doutrina Social da Igreja. Nesse período a questão social é enfrentada como

um problema moral e religioso, tendo seu enfoque na formação da família e do indivíduo para a solução dos problemas e atendimento de suas necessidades materiais, morais e sociais. A intervenção profissional “incidirá sobre valores e comportamentos de seus ‘clientes’ na perspectiva de sua integração à sociedade, ou melhor, nas relações vigentes” (YAZBEK, 2009a, p. 145).

Nesse período o/a assistente social tem sua prática orientada pelos interesses do Estado e da classe burguesa, situando-se “no processo da reprodução das relações sociais, fundamentalmente como uma *atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora*” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 101, grifos do autor). Ou seja, a prática profissional inicialmente estava voltada ao controle e não para desenvolver espaços participativos. Note-se, inclusive, que os sujeitos de atendimento eram chamados de clientes, o que revela a forma de relação que se estabelecia. O/a assistente social, por sua vez, cumpria toda a cartilha do Estado, da sociedade e da Igreja, reproduzindo os interesses da classe dominante.

A partir dos anos de 1940 o Serviço Social avança tecnicamente, entrando em contato com o Serviço Social norte-americano e suas propostas de trabalho permeadas pelo caráter conservador da teoria social positivista. O método positivista não aponta mudanças, senão dentro da ordem estabelecida, voltando-se antes para ajustes e conservação, sem uma intervenção crítica. “Este horizonte analítico aborda as relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas, como fatos, como dados, que se apresentam em sua objetividade e imediaticidade” (YAZBEK, 2009b, p. 147). Esse caráter permanece muito forte até meados de 1960, não se modificando em sua fonte teórica, mas apenas incorporando perspectivas dela derivadas, como o desenvolvimentismo dos anos de 1950, de caráter estrutural positivista.

Entre os anos 1960-1970 o Serviço Social vai aos poucos se inscrevendo em um processo societário mais amplo de nível mundial. Ocorre nesse período o exaurimento do padrão de desenvolvimento capitalista, com o final das três décadas gloriosas. Há um redimensionamento da atividade política, visível na América Latina com as Ditaduras, principalmente na segunda metade da década de 1970 (NETTO, 2005). Nesse período se impõe a todos os países da América Latina um estilo de desenvolvimento excludente e subordinado.

Por outro lado, o Serviço Social latino-americano viveu o Movimento de Reconceituação, especialmente a partir da metade dos anos 60 até meados da década seguinte. Esse Movimento “dominado pela contestação ao tradicionalismo, implicou um *questionamento global da profissão*: de seus fundamentos ídeo-teóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção

Social da prática profissional e de seu *modus operandi*” (IAMAMOTO, 2006, p.206, grifos do autor).

O Movimento de Reconceituação impõe aos Assistentes Sociais a necessidade de romper com o caráter conservador que deu origem à profissão, onde as atividades estavam atreladas às demandas e interesses institucionais da classe burguesa. A mudança traz para a pauta profissional a necessidade de uma nova proposta de trabalho que se oriente a partir das demandas e interesses dos setores populares. Para tanto foram necessárias discussão e revisão crítica da perspectiva teórico-metodológico, a fim de fomentar uma ação articulada com a luta dos segmentos populares, no sentido da transformação social (SILVA *et al.*, 2009).

Esse Movimento acontece em dois sentidos: “na linha horizontal, busca ganhar a adesão profissional e reverter a direção política da prática; na linha vertical, tenta aprofundar a ligação profissional com as classes populares, operando concretamente a reversão” (SILVA *et al.*, 2009, p. 77). Os resultados dele somente são possíveis devido à articulação que os Assistentes Sociais realizam entre si e com sua presença junto às lutas dos movimentos sociais, nas mobilizações dos trabalhadores e lutas pela democratização na América Latina. Essa inserção possibilitou ferramentas para o Serviço Social repensar suas práticas e seus fundamentos teóricos, políticos e ideológicos.

Na crítica e questionamento ao Serviço Social Tradicional, a profissão reconhece a necessidade de construção de um novo projeto comprometido com as demandas das classes subalternas a partir do processo de renovação. No Brasil, com o período da Ditadura Militar e a impossibilidade de contestação política, o Serviço Social não consegue avançar muito na perspectiva do Movimento de Reconceituação e vive internamente o Processo de Renovação, cuja primeira vertente hegemônica no período assume um projeto tecnocrático modernizador. Os avanços numa produção crítica vão ocorrendo dentro do mesmo Processo de Renovação, mas somente depois dos anos 60/70, quando surge a vertente de intenção de ruptura.

Esta frente renovada compunha-se, basicamente, de dois grandes segmentos: um deles apostava numa espécie de *aggiornamento* do Serviço Social, capaz de *modernizá-lo* a ponto de torná-lo compatível com as demandas macrosociedade, vinculando-os aos *projetos desenvolvimentistas* de planejamento social; outro, constituído por setores mais jovens e radicalizados, jogava numa inteira *ruptura* com o passado profissional, de modo a sintonizar a profissão com os *projetos de ultrapassagem das estruturas sociais* de exploração e dominação (NETTO, 2005, p. 10, grifos do autor).

A partir disso, pode-se dizer que o Movimento de Reconceituação latino-americano influencia o Serviço Social brasileiro, porém tardiamente rompe com a prática conservadora, a partir de 3 tendências, sendo elas, a modernizadora, a reatualização do conservadorismo, e a

intenção de ruptura com o conservadorismo (NETTO, 2005). Nesse sentido, os Assistentes Sociais no Brasil estão implicados no contexto social e político que possibilita o processo de romper com o conservadorismo através da participação e mobilização da categoria profissional.

Durante a Ditadura Militar no Brasil, restou apenas aos Assistentes Sociais a execução das políticas sociais em expansão e dos Programas de Desenvolvimento de Comunidade (DC). Nesse período se intensifica a intervenção do Estado na área social, com a implantação de programas e do aparato institucional. O Estado passa a controlar as relações capital-trabalho, sindicatos e outros espaços, sendo que nos anos de 1968-1974 (após o Ato Institucional 5) há um aumento na repressão sobre os setores populares organizados, que sobrevivem apenas na clandestinidade (SILVA, 2009).

O “milagre econômico”, conhecido na Ditadura Militar, foi apenas possível diante da repressão das tensões sociais, permitindo o estabelecimento de importantes transformações das relações de trabalho. A Política Nacional de Desenvolvimento (PND) assume um viés de integração social, ou seja, visa articular, de forma harmônica, o governo e o setor privado, a União e os Estados, regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas. A PND, com seus programas de impacto, é desenvolvida na área da Assistência Social pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), pela Fundação do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e na área Previdência Social pelo Ministério da Previdência Social. Nessas áreas, o/a assistente social passa a operacionalizar a política social (SILVA, 2009).

Diante da conjuntura brasileira, do regime militar e da direção da política social, a profissão se depara com a tendência modernizadora, que busca o avanço técnico da profissão com vistas a assumir, com eficiência, uma ação profissional moderna. Nesse sentido, o planejamento, a coordenação e a administração desempenham um papel fundamental. O Encontro de Araxá (1967) e o Encontro de Teresópolis (1972) marcam essa tendência. “Os documentos produzidos, em ambos os encontros, explicitam e reafirmam a diretriz tradicional do Serviço Social em busca da integração social, assumindo a perspectiva de modernização colocada no contexto da sociedade brasileira com um todo” (SILVA, 2009, p. 35).

A partir de 1970 começa a ser discutida, pelo Serviço Social do Brasil, a perspectiva marxista, inicialmente representada pela vertente do estruturalismo, com influência do marxismo althusseriano², que no decorrer dos anos vai se direcionando para um marxismo

² O marxismo althusseriano recusa a via institucional e as determinações sócio-históricas da profissão. Esse referencial é “precário em um primeiro momento, do ponto de vista teórico, mas posicionado do ponto de vista sociopolítico, que a profissão questiona sua prática institucional e seus objetivos de adaptação social ao mesmo tempo em que se aproxima dos movimentos sociais” (YAZBEK, 2009, p. 150).

diretamente da fonte de Marx³. Um dos marcos desse período é a publicação do livro “Serviço Social e Relações Sociais” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013).

A gênese do processo de ruptura foi a experiência do Método BH, desenvolvido entre os anos de 1972 a 1975 pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais a partir da teoria social de Marx e do materialismo histórico e dialético. O Movimento Estudantil do Serviço Social⁴ (MESS) contribuiu muito na ruptura com o conservadorismo, esteve na organização através da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), na União Nacional de Estudantes (UNE). “Durante seu congresso, em julho de 1968, a assembleia dos estudantes aprovou uma tese defendida pelo setor hegemônico militante da Ação Popular Marxista Leninista (APML), uma das muitas organizações clandestinas de esquerda existentes nesse período” (ABRAMIDES, 2016, p. 461). Nesse sentido, é possível constatar que os estudantes de Serviço Social já tinham iniciado uma aproximação com referência marxista, fato que contribuiu para que os mesmos se posicionassem criticamente, ainda na década de 1960, diante da formação profissional tecnicista e conservadora.

Durante o período da Ditadura Militar, a questão social foi respondida com repressão-assistência, sendo a assistência subordinada à Doutrina de Segurança Nacional. Os serviços sociais são subordinados à assistência pública, à produção do capital, transformando a questão social em problema de administração, esvaziada de conteúdo político. “Todavia, contraditoriamente, a assistência torna-se, no âmbito das lutas políticas dos setores populares, uma forte demanda da própria classe na luta pela conquista da cidadania, em face do agravamento da pauperização dos trabalhadores” (SILVA, 2009, p. 38).

Nos anos de 1977 a 1988, os assistentes sociais articulam seu processo de organização e lutas através da Associação Profissional dos Assistentes Sociais (Apas), vinculados a Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (Anampos), do pólo combativo de lutas dos trabalhadores que fundou a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) criado em 1984. A Associação Nacional Sindical dos Assistentes Sociais (ANAS), federação livre e autônoma, cumpre um papel importante, sendo extinta nos anos de 1988 a 1992, quando os Assistentes Sociais passam a fazer parte dos sindicatos por ramo de atividade (ABRAMIDES, 2016).

³ O Serviço Social brasileiro passa a se aproximar da fonte propriamente de Marx a partir de 1980, se manifestando de forma mais sólida nas produções teóricas do Serviço Social desse período.

⁴ O MESS participou das lutas pela redemocratização do país nos anos 1970 e a partir de 1980 constrói alianças com outras entidades de representação estudantil, movimentos sociais e entidades representativas da profissão. Inicialmente sua organização era através da Sessune (Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social) na União Nacional dos Estudantes, sendo criada em 1993 a ENESSO, a fim de ter mais autonomia e independência em relação à UNE (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

É no âmbito dessas demandas (no período 1979-1985) que setores profissionais dos assistentes sociais aprofundam a proposta esboçada no período 1960-1964 e retomada no início da década de 70, desenvolvendo amplo debate do caráter político da prática profissional e consequente desmistificação de sua pretensa neutralidade, ao mesmo tempo que sugerem, contundentemente, a possibilidade de o Serviço Social pôr-se a serviço da clientela (SILVA, 2009, p. 39).

Nesse contexto, é possível reconhecer que a profissão é construída ao longo da história, tendo mudanças importantes quanto ao referencial que orienta sua prática. A organização e a participação da profissão foram pertinentes no que se refere à construção de um novo fazer profissional. O ano de 1979 foi um marco, a partir do conhecido Congresso da Virada, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), onde é visível o movimento e a reorganização política dos assistentes sociais em oposição à direção conservadora.

O percurso do Serviço Social no Brasil, no período de 1974-1985, configura uma intensa movimentação dos assistentes sociais que repercute profundamente nas três dimensões constitutivas da profissão, representadas pela dimensão político-organizativa, pela dimensão acadêmica e, talvez com menor intensidade, pela dimensão da intervenção profissional, no nível dos organismos da política social, das empresas privadas e dos movimentos sociais (SILVA, 2009, p. 42).

Nesse período, o Serviço Social avança na constituição de sua organização política através do Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS), Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), da criação da ANAS e da reativação do movimento dos estudantes de Serviço Social. São criados e desenvolvidos os cursos de pós-graduação, mestrados e doutorados, há experiências significativas na intervenção junto aos setores populares, porém quase sempre reprimidas (SILVA, 2009).

Na segunda metade dos anos 80 são visíveis os sinais de falência do padrão do Estado intervencionista e o lançamento das bases de minimização do Estado. Torna possível o PEP, num contexto de ascensão dos movimentos sociais, das mobilizações em torno da elaboração e da aprovação da Constituição Federal de 1988, da pressão popular para o afastamento do primeiro presidente eleito pelo voto direto depois do regime militar, Fernando Collor de Mello, bem como o questionamento da prática política do Serviço Social feita por diferentes segmentos da sociedade civil. É nesse cenário que os Assistentes Sociais se tornam co-autores e co-participantes do processo de lutas pela democratização da sociedade brasileira e pela construção do projeto profissional (IAMAMOTO, 2006).

É nesse contexto de mobilizações, pressão popular, reconstrução de uma nova forma de compreender a participação popular e as requisições para a democracia que o PEP do Serviço Social vai sendo construído, num processo histórico, que conquistou sua hegemonia nas décadas de 1980 e 1990. Ele se constrói a partir da organização da categoria nos espaços

representativos como o Conselho Regional e Federal de Serviço Social (CRESS/CFESS), a Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino em Serviço Social (ABESS), a construção do novo Código de Ética em 1986 e, em 1993, das novas Diretrizes Curriculares e da Lei que Regulamenta a Profissão⁵, ou seja, na organização política da profissão, na produção do conhecimento e nos marcos legais.

O Projeto Ético-Político do Serviço Social, consolidado nas décadas de 1980 e 1990, tem, como uma das suas características, pensar a profissão no contexto histórico, garantindo a análise da sua particularidade e de sua relação com outros sujeitos profissionais, na busca, sob determinadas condições sócio-econômicas, de estabelecer alianças e parcerias, na defesa de valores e princípios comprometidos com a emancipação humana (RAMOS, 2009, p. 42).

O Serviço Social, a partir de seu PEP, assume um compromisso com um projeto societário, com uma dimensão política no fazer profissional. Ele se constrói nas relações sociais, no movimento das classes sociais, na perspectiva de construir estratégias democrático-popular, ou seja, um projeto de transformação da sociedade. Assim, concorda-se que “ao atuarmos no movimento contraditório das classes, acabamos por imprimir uma direção social às novas ações profissionais que favorecem a um ou a outro projeto societário” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 189).

O Projeto assumido pela categoria se opõe ao projeto societário neoliberal e se soma às demandas, necessidades e projetos societários advindos das lutas da classe trabalhadora. O PEP tem desempenhado um papel importante na defesa das Políticas Públicas, dos direitos sociais, da democracia, de combate às desigualdades e de todas as formas de opressão e dominação (TEIXEIRA; BRAZ, 2009).

A consolidação da perspectiva crítica se materializa na implementação de mudanças, como nos currículos implementados, sendo que em 1982 é instituído um Currículo Mínimo, garantindo a defesa dos interesses da classe trabalhadora e a preocupação recorrente com o aprimoramento acadêmico-científico. Em 1996 são novamente discutidas as bases para a formação de graduação no Brasil e são aprovadas as Diretrizes Curriculares no ensino superior de Serviço Social (SOUZA *et al.*, 2013).

Essas mudanças são importantes, uma vez que a formação profissional objetiva orientar o pensar e o agir dos estudantes, proporcionando bases reflexivas, preparando para o exercício profissional crítico, reflexivo e interventivo. Ou seja, a formação profissional precisa dar as condições ao profissional para que saiba ler e interpretar a realidade para, a partir de tal leitura, encontrar estratégias e táticas de intervenção na realidade. É no final da ditadura civil-militar,

⁵ Lei 8662/93, que regulamenta a profissão de Serviço Social.

que a intenção de ruptura forja a direção intelectual e política na profissão na busca de romper com o Serviço Social conservador, expresso num novo currículo mínimo de 1982 (CARDOSO, 2017).

É nesta década que se constitui no Serviço Social a vinculação a uma ética emancipatória/de ruptura com a compreensão da sociedade de classes e do importante papel da profissão (em suas contradições) de vinculação as demandas e lutas das classes trabalhadoras, bem como o questionamento do status quo e dos valores conservadores na luta contra toda e qualquer forma de preconceito (CARDOSO, 2017, p. 330).

A dupla dimensão do PEP é uma característica do processo de desenvolvimento do pensamento crítico da profissão, tendo uma fundamentação ética, teórica, mais minuciosa a partir dos anos de 1980 e 1990. “Os projetos anteriores à década de 1980 tinham um viés conservador, positivista, filantrópico e desarticulado da discussão ontológica, o que fazia do debate ético um manual de boa conduta, repleto de moralismo e preconceito” (PEIXOTO, 2009, p. 25).

O Código de Ética de 1993 reafirma o novo referencial teórico crítico, consolidando a hegemonia da teoria marxista. Se define uma nova ética, baseada na realidade social e na sua totalidade. Esse Código se fundamenta em princípios contrários ao moralismo conservador e a moralidade burguesa, representando um novo perfil profissional elaborado democraticamente, não apenas para afirmar um conjunto de normas, mas um novo perfil profissional postulando o enfrentamento de antigas e novas expressões da questão social (SOUZA *et al.*, 2013).

Ao explicitarmos um projeto ético-político e os nossos compromissos com os princípios da liberdade, da justiça, da igualdade, buscamos mais do que uma competência técnica profissional, buscamos uma eficácia e uma efetividade, que se traduz numa permanente luta e trabalho não só por direitos, mas para mudar o mundo (TEIXEIRA, 2009, p. 18).

O PEP carrega em si a identidade profissional, porém é importante considerar que essa consta de uma identidade construída pela própria profissão a partir do processo de ruptura (MARTINELLI, 2007). Nesse sentido é importante reconhecer a centralidade dos princípios do Código de Ética que redirecionam, redefinem a identidade profissional construída, bem como apresentam elementos que apontam que o Serviço Social tem uma forma de reconhecer e trabalhar com processos participativos e democráticos. Sendo assim, a elaboração do PEP, da identidade profissional “é um processo em construção, o que exige de nós esforço permanente de aprimoramento intelectual, estratégico e tático-operativo” (TEIXEIRA, 2009, p. 19).

Levando em consideração este resgate da formação sócio histórica, pode-se constatar que a profissão, nas quatro primeiras décadas, não previa, em sua intervenção, espaços de participação, ou seja, ela era restrita ao próprio atendimento dos ditos ‘clientes’, onde se exercia uma função de controle da classe trabalhadora em nome do Estado e da classe burguesa. Nesse processo, ensinava-se como se portar, colaborar com o patrão, garantindo os mínimos existenciais para o exercito de reserva. A participação se dava no sentido do ‘cliente’ colaborar, fazendo sua parte, por exemplo, dentro das fábricas.

Esta perspectiva modifica-se gradualmente a partir da metade dos anos 1970, sendo possível afirmar que o PEP, construído a partir dos 1980 e consolidado nos 1990, é fruto de um processo histórico de mobilização e participação, onde o Serviço Social está inserido e é implicado, ou seja, os/as Assistentes Sociais integram os espaços de mobilização e participação que acontecem na sociedade brasileira, e vivenciam o mesmo movimento na profissão. Portanto, a construção do PEP ocorre dentro do contexto social e político do Brasil, onde a profissão assume a identidade de classe trabalhadora. Essa nova perspectiva modifica totalmente a forma de compreender e de promover processos de mobilização e participação social, bem como de luta pela democratização das relações sociais em quaisquer esferas, sejam privadas, mas principalmente as públicas.

2.2 MOBILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO: REFLEXÕES TEÓRICAS E POSICIONAMENTO ÉTICO POLÍTICO FRENTE À CONJUNTURA ATUAL

Pensar a democratização e a própria democracia no sentido do Código de Ética é também reconhecer os processos de participação social no Brasil ao longo da história. A participação, como está constituída hoje, é fruto de muitas lutas, resistências e insistências frente a uma organização social e política que não previa a participação da sociedade civil. O regime militar freou as mobilizações e privou normativamente a possibilidade de qualquer organização em prol da luta pelos direitos. O Estado exerceu uma função de cooptador de organizações sociais e de repressor de toda e qualquer mobilização contrária ao regime, ao governo, ou mesmo, à ordem societária, fosse em sua esfera política, econômica ou social (AIRES; GUIMARÃES, 2015).

Sendo assim, anteriormente a 1980, os espaços e processos de participação na sociedade brasileira eram poucos e reduzidos, devido à organização política e econômica da sociedade. Ao mesmo tempo é possível reconhecer que vão se gestando formas de resistência na população e nos movimentos sociais. Esses encontram terreno fértil no processo de redemocratização do

país, expresso por meio de mobilizações em prol da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) (AIRES; GUIMARÃES, 2015).

A principal e mais importante característica da ANC seria seu caráter participativo, e o recebimento de propostas de emendas populares relacionadas a diversos assuntos importantes para a sociedade, tais como reforma urbana, saúde, relações de trabalho e reforma agrária. Os movimentos sociais à época utilizaram-se desse canal para apresentar suas propostas e defender seus interesses, o que caracterizou esse momento como de aproximação e aprofundamento democrático, viabilizando futuras mudanças nas relações entre Estado e sociedade civil (AIRES; GUIMARÃES, 2015, p. 396).

Como se pode perceber, a partir da Constituição Federal de 1988 tem-se um novo momento de participação e mobilização popular, organizado pelos mais diversos movimentos sociais e sindicatos. No que se refere aos Conselhos Profissionais, anteriormente ao processo de redemocratização do país seus membros eram nomeados pelo governo, sendo vinculados ao Ministério do Trabalho. Posteriormente, tornaram-se autarquias federais e passaram a ter diretorias eleitas pelos próprios Profissionais, no caso do Serviço Social, pelos assistentes sociais. É nesse período que há a mudança do nome de Conselho Federal de Assistentes Sociais e Conselho Regional de Assistentes Sociais (CFAS e CRAS) para Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social (CFESS e CRESS).

A mudança de nome expressa a nova perspectiva: ao invés de Conselho de Assistentes Sociais, passa a ser chamado de Conselho Regional de Serviço Social e Conselho Federal de Serviço Social, assumindo seu papel de orientador do trabalho profissional e Tribunal de Ética da área, visando orientar, normatizar e fiscalizar a atuação e a ética profissionais. Perspectiva que rompe a lógica corporativista, governamental e assume seu papel de defesa do direito da população quanto ao bom exercício profissional (FUZIWARA, 2016, p. 88).

Assim pode-se perceber que o processo de redemocratização teve implicações na organização da profissão, influenciada pelas forças externas e construída pela própria profissão que assume uma perspectiva de democracia diferenciada da do capitalismo. “Portanto, é fundamental salientar que o Serviço Social construiu uma concepção de Democracia, num conjunto de valores e princípios defendidos no seu próprio processo de consolidação como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho” (FUZIWARA, 2016, p. 91).

O 4º princípio do Código de Ética expressa o compromisso da categoria profissional com a “Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida” (BRASIL, 1993A). A democracia defendida ultrapassa a democracia burguesa, que reconhece a universalidade da participação apenas na esfera do voto, ou seja, é necessário desenvolver uma crítica à democracia representativa burguesa e da economia política, as quais não contemplam e até se opõem aos interesses populares e da classe trabalhadora.

Há uma concepção liberal de democracia, que concebe de modo minimalista como se a democracia fosse apenas o respeito de algumas regras formais que permitiram uma rotatividade das elites no poder por meio de processos eleitorais. Nós, socialistas, temos um outro conceito de democracia (penso nos direitos civis, no direito de expressão, no direito ao livre pensamento, etc), mas sobretudo, o direito à participação. Para tanto, devemos imaginar formas institucionais que combinem a democracia representativa tradicional com a democracia participativa de base, mas que incorporem também os chamados direitos sociais, que são direitos indiscutíveis da cidadania moderna: direito à previdência, à educação, à saúde e, no limite, o direito social à propriedade, o que implica a socialização dos meios de produção. É preciso discutir exaustivamente qual democracia nós pretendemos (COUTINHO, 2000, p. 129 e 130).

O Código de Ética tem uma opção explícita pela democracia, referindo-se ao sentido mais radical, o da socialização do poder, intrinsecamente relacionado com a socialização da propriedade e da riqueza que só pode ser alcançado em outra ordem social (TEIXEIRA, 2013). Nesse sentido, a democracia está em constante construção, ou seja, é um processo e não um estado, sendo que Coutinho (2000) se refere a esse processo como democratização.

Nas entrevistas pode-se reconhecer o quanto a democratização é importante uma vez que “a participação por si só é democrática, nós somos seres políticos o tempo inteiro. Defender que possamos ser democráticos, vivendo a democracia é um princípio fundamental” (Assistente Social 05). Nesse sentido a construção de processos democráticos está ligada aos processos de participação popular, sendo que os mesmos estão em construção, são conquistados através de muita luta, reflexão, estudo e mobilização. A participação precisa ser construída no sentido de que a população tenha conhecimento de seus direitos e dos compromissos do Estado com ela. “Assim, participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir” (DEMO, 1993, p. 18).

No que se refere à participação social, com a Constituição Federal de 1988, foram criados e instituídos espaços para reivindicação, deliberação e fiscalização das políticas públicas que se apresentam como locais apropriados para a sedimentação da democracia. Importante tencionar como e até que ponto esses espaços colaboram efetivamente para a construção de relações democráticas entre Estado e sociedade (AIRES; GUIMARÃES, 2015). No próximo capítulo realizar-se-á a discussão junto a esses espaços na Política de Assistência Social.

Um dado importante a considerar é que a partir da ruptura com o Serviço Social tradicional e conservador, os Assistentes Sociais se reconhecem como classe trabalhadora, como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, a partir das contradições

do sistema capitalista. Pode-se perceber que no decorrer da construção do projeto de ruptura com o conservadorismo os/as Assistentes Sociais construíram e somaram em importantes lutas com os/as demais trabalhadores/as em movimentos sociais, partidos políticos e demais organizações, na perspectiva da luta pela constituição dos direitos, construção de políticas públicas, por um Estado democrático, etc. Essa inserção trouxe para dentro das organizações da categoria importantes tencionamentos que provocaram a repensar a profissão como um todo, assumindo uma nova perspectiva. A ruptura é influenciada diretamente por esses espaços de mobilização e de participação onde os profissionais estavam envolvidos. Um marco nesse período é o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), conhecido como o Congresso da Virada.

Nesse cenário o Serviço Social assume seu projeto profissional vinculado a um projeto societário, expresso no Código de Ética de 1993 pela “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”. O projeto societário é orientado pelo PEP, com opção evidente por uma classe social e contra o sistema capitalista posto. Nesse campo de disputa é preciso reconhecer que *“os projetos societários que respondem aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas sempre dispõem de condições menos favoráveis para enfrentar os projetos das classes proprietárias e politicamente dominantes”* (NETTO, s/a, p. 03. Grifos do autor).

O projeto societário carrega uma dimensão política que exige uma construção coletiva de uma nova ordem social e que somente é possível com o fortalecimento da hegemonia profissional, com a intervenção profissional em consonância com o PEP, na perspectiva de somar na luta da classe trabalhadora. Os/as profissionais entrevistados/as identificam a importância da luta pelo projeto societário na prática profissional, “[...] da gente também poder trabalhar contra o processo, como a gente vai trabalhar para que exista um projeto societário diferente do de hoje? É dentro da participação, da mobilização, fazendo com que eles juntos possam ir lutar” (Assistente Social 06).

Esse projeto não é apenas da profissão do Serviço Social, sendo necessária uma articulação com outras profissões, movimentos sociais, usuários dos serviços, etc. Nos diferentes espaços de intervenção faz-se necessário uma prática orientada por esse projeto, a fim de permanecer mobilizado e mobilizar, contribuindo na construção de outra forma de sociabilidade.

Mas, atenção! O termo mobilizar foi usado pela primeira vez na linguagem militar e indica o processo pelo qual toda a população de um Estado se prepara para enfrentar uma guerra.

Já as organizações políticas mobilizam os seus para aumentar a pressão sobre diferentes organizações, ou seja, mobilização social é o processo de passagem de um tipo de comportamento para outro (PASQUINO, 1998).

O ponto crucial do processo consiste no surgimento de novas instâncias políticas para satisfazer as exigências produzidas pela mobilização social, que põem duramente à prova a capacidade do sistema político. Novos e mais altos níveis de mobilização social podem ser atingidos só se o sistema político tiver a capacidade de satisfazer as exigências que ela cria de vez em quando (PASQUINO, 1998, p. 766).

Nesse sentido, é possível identificar que as conquistas populares, ocorridas ao longo da história, foram resultados de muita mobilização e participação. Os direitos sociais adquiridos e subscritos na Constituição Federal de 1988 são frutos da pressão e mobilização popular em todo o processo da Constituinte. Assim é possível constatar que as mobilizações desestabilizam os governos postos, que precisam repensar suas práticas (PASQUINO, 1998). No que se refere ao PEP do Serviço Social, faz-se necessário reconhecer o quanto os processos de mobilização e participação social, tanto os desenvolvidos pelos profissionais, quanto pelos/as trabalhadores/as, podem vir contribuir para avançar na consolidação de uma nova ordem societária.

O Serviço Social se mobilizou através da inserção junto aos diferentes grupos e movimentos, bem como a partir da própria profissão, a fim de repensar sua prática. Essa inserção em espaços de mobilização possibilitou questionar também as bases da própria profissão, dando suporte para a construção do PEP.

A profissão tem se colocando historicamente junto a outras profissões, movimentos sociais, em seus espaços de trabalho e nas lutas e mobilizações, num sentido de fortalecer as lutas coletivas, pois elas abrem a possibilidade histórica de resistência e confronto com o domínio do capital posto. Assim se constrói o fortalecimento das lutas pela ampliação da liberdade, da democracia, da cidadania e das conquistas históricas da classe trabalhadora.

Não há dúvidas de que o capitalismo contemporâneo, em sua fase destrutiva, atua com força brutal em seus projetos de contra-reforma, mas considero mais necessário agora utilizar nossa inteligência e nossa capacidade de mobilização para produzir, conjuntamente com outros sujeitos individuais e coletivos, estratégias com potencial para enfrentar este processo para que possamos manter a hegemonia do projeto profissional, mesmo em um contexto adverso (RAMOS, 2009, p. 45).

Em tempos de contrarreforma, de ataque aos direitos sociais historicamente conquistados, a profissão precisa afirmar seu PEP, que se encontra em disputa diante dos diferentes projetos societários postos, a fim de contribuir nas lutas, resistências e insistências da classe trabalhadora. Reconhecer o projeto profissional na sociedade capitalista é reconhecer

os desafios postos com o avanço do neoliberalismo, os processos de cortes nos direitos sociais historicamente conquistados e as diferentes estratégias utilizadas pelo Capital de manter o lucro e de explorar a classe trabalhadora. Nesse contexto, o/a assistente social precisa realizar constantemente leitura da realidade, da conjuntura, para encontrar as formas de resistir e fortalecer o PEP. Em cada momento histórico, de diferentes formas, o projeto tem sido ameaçado e até inviabilizado em alguns espaços.

Neste sentido, é importante perceber que as primeiras medidas do neoliberalismo no Brasil, perceptíveis no final do governo Sarney, em 1989, já entram solapando as conquistas obtidas pelos trabalhadores na Constituição de 1988, recém aprovada. Assim, ao longo da história, com o avanço de governos neoliberais, ressurgem projetos de contrarreformas do Estado, sindical, trabalhista, da previdência social e educacional, implicando cortes na saúde, na educação, na habitação, no sistema previdenciário, na reforma agrária e na precária demarcação das terras indígenas e quilombolas, uma dívida histórica com as populações originárias. Os projetos de contrarreformas são visíveis em momentos de crise cíclica do capitalismo, onde encontram forma e respaldo dos entes políticos (ABRAMIDES, 2017). São tais projetos de contrarreformas que, externamente, sinalizam ameaças ao Projeto Ético Político do Serviço Social.

Uma das grandes esperanças dos trabalhadores/as, movimentos sociais e, inclusive, de parte do Serviço Social foi a conquista da Presidência da República pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 2002. Mesmo reconhecendo já aquela época que a conquista da presidência ocorria, porém, sem forças suficientes para romper com o sistema posto, governando na perspectiva de conciliação de classes, acreditou-se que era possível avançar no âmbito da socialização mínima das riquezas, através do efetivo atendimento dos direitos sociais já conquistados e de outros que se acreditava conquistar. No entanto, isso não ocorreu da forma esperada, sendo os governos do PT conhecidos de neodesenvolvimentismo ou social-desenvolvimentismo⁶ (ABRAMIDES, 2017).

⁶ Por neodesenvolvimentismo entende-se uma nova etapa do desenvolvimento capitalista que passa a conjugar o crescimento econômico e justiça social, que nos governos do PT se expressam nas políticas sociais e nos programas de transferência de renda. Com o neodesenvolvimentismo tem-se uma maior abertura do comércio internacional; maior investimento privado na infraestrutura e maior preocupação com a estabilidade macroeconômica. Já aliados ao governo do PT defendem que nesse período o Brasil vive o Social-desenvolvimentismo, onde tem-se um padrão de acumulação que rompe com a financeirização e cria um Estado de bem-estar social no país (CASTELO, 2012). Predominantemente o Serviço Social brasileiro segue por uma leitura de que o Brasil vive nesse período o neodesenvolvimentismo, que não se dissocia do neoliberalismo, o que pode ser constatado pela análise das medidas de governo desde o início dos anos 2003. Sugere-se aprofundar este debate através de vários artigos que constam na Revista Serviço Social e Sociedade, n° 112, 2013.

Uma das críticas embasadas na perspectiva ético-política do Serviço Social brasileiro é que “consumou-se, assim, o empobrecimento de um projeto societário alternativo ao do capital na realidade brasileira. Isso significou, não só para o Serviço Social, mas para os mais variados grupos sociais e categorias profissionais, a instalação de uma verdadeira crise” (BRAZ, 2007, p. 7).

Logo, é preciso entender que é o projeto societário da classe trabalhadora que se encontra em crise e, conseqüentemente, o projeto profissional. São tempos de encruzilhadas, tempos de fortalecer o projeto crítico, reconhecendo a totalidade e a historicidade, onde projetos societários estão em disputa (DINIZ *et al.*, 2016).

Então é isso, não tem empate e a gente precisa saber de que lado a gente está e que nesse momento da história do Brasil, infelizmente nesse cabo de guerra, nós estamos perdendo. Então a gente precisa fazer realmente uma leitura profunda, tá num momento que a gente precisa se rever enquanto categoria profissional, enquanto identidade profissional, pra saber qual é o nosso papel, nosso compromisso nesse cenário, pra dar conta dessa participação e dessa mobilização não como um discurso, não como uma receita, não como uma prescrição, mas como parte do nosso fazer, como parte do nosso cotidiano dos nossos espaços sócio ocupacionais (Assistente Social 05).

Outro dado que se soma nessa crise, agora no plano interno da profissão, é a questão da precarização do ensino superior e da formação profissional, especialmente o avanço da Educação à Distância e o desafio de dar continuidade à formação na perspectiva crítica. Esse tipo de formação vem gestando um novo perfil de profissionais que tem implicações diretas na efetivação e manutenção do PEP. As implicações são perspectíveis na medida que

[...] desqualificando, vulnerabiliza a imagem da profissão no sentido de sua desvalorização na sociedade, além de pressionar para baixo as já desfavoráveis condições salariais. Noutro plano, pode-se dizer que esse mesmo perfil – produzido por uma formação pouco qualificada, em ambientes nada acadêmicos, despolitizados, que não propiciam uma necessária vivência universitária aos estudantes (vivência absolutamente inviável nos cursos de graduação à distância) – tende a dificultar a formação nos quadros teóricos e políticos do projeto profissional (BRAZ, 2007, p. 9).

A precarização da formação profissional e a redução a uma “profissão de Assistência”, tem sido uma grande ameaça à continuação do PEP. Ou seja, “a limitação do Serviço Social às atividades assistenciais, postas na equívoca ‘estratégia’ da redução da pobreza, e o aviltamento da formação profissional, mediante a massificação degradada, inviabilizarão o ‘projeto ético-político’” (NETTO, 2007, p. 39). Nesse sentido, é preciso reconhecer que há essa vinculação histórica da profissão com a Assistência Social, porém os assistentes sociais precisam superar essa ideologia do assistencialismo e avançar nas lutas pelos direitos e pela cidadania (YASBEK, 2009a).

Esse cenário de crise agrava-se com o avanço do projeto neoliberal, visível nos Projetos de Emendas Constitucionais (PECs) que reduzem e retrocedem os direitos sociais conquistados a duras penas. Identifica-se também a criminalização dos movimentos sociais, intensas repressões às mobilizações e reivindicações de rua, fortalecidos pela Lei Antiterror aprovada pela então presidente Dilma Rousseff, em 2016, e pelas diferentes estratégias utilizadas pelo governo ilegítimo de Michel Temer. Esse assume a presidência da República a partir do golpe institucional de direita cuja forma de materialização foi o *Impeachment* da presidente Dilma (ABRAMIDES, 2017).

O atual momento histórico se difere muito do momento em que foi construído e assumido pela profissão o projeto profissional vinculado à nova ordem societária. Por isso, afirma-se que são tempos de retomar as bases teórico-metodológicas para enfrentar o neoconservadorismo cotidianamente. Faz-se urgente retomar processos de mobilização e de articulação

[...] com outros profissionais, movimentos sociais, sindicatos e demais organizações das classes subalternas; pesquisa e estudo permanente acerca da realidade na qual o Serviço Social intervém; competência crítica que questione critérios focalistas, que reivindique ampliação de acesso aos direitos e socialize informações; luta pela articulação entre ensino, pesquisa e extensão nas instituições de ensino, visando a construção crítica de conhecimento em Serviço Social (DINIZ *et al.*, 2016, p. 11).

Diante disso, o/a assistente social atua no fortalecimento dos espaços coletivos, atuação conjunta com os movimentos sociais, coletivos, Fóruns, Frentes, outros espaços de luta e de resistência. Nesse sentido tem-se várias experiências que fortalecem o protagonismo de muitos/as assistentes sociais frente ao desmonte das políticas.

Tu tem que ter uma unidade com outros profissionais, senão tu te sente muito sozinha, quando tu fez uma caminhada, por mais divergências que eu tivesse com o Governo do Lula, do PT, da Dilma, sobre várias questões, tu tem que reconhecer os avanços que se teve na Política de Assistência Social, desses 12 anos de governos do PT. São admiráveis esses avanços. Ainda mais eu que venho de um período de assistencialismo, dum período em que era tudo do favor e que não existia uma política pública de Assistência Social, o Estado não se colocava como órgão gestor, era as entidades. [...] Então é um grande avanço o Estado assumir as suas responsabilidades frente aos cidadãos, que tão em situação de vulnerabilidade, que tão em situação de risco, de pobreza. Começa a enfrentar as desproteções sociais. E agora tu vê que tamos retrocedendo. Eu não quero, não sou ingênua em achar que isso não tem nada a ver com o modelo capitalista que a gente vive. Nós tamos num período que o Estado e o Mercado tão muito unido e o Estado não está unido com a sociedade civil. Então nós tamos, como vou dizer, tamos fragilizados, e aí a gente tem que resistir. E são essas Frentes que, esses espaços que tu te reúne com colegas, com instituições e colegas de outras profissões, não necessariamente assistentes sociais, que tu vê que há um

conjunto de cidadãos, militantes. Não partidários, mas militantes da Política de Assistência Social, trabalhadores que tem essa preocupação. Então tu tem uma identidade com essas pessoas e tu congrega forças, porque agora é um período que tu tem que resistir (Assistente Social 04).

Nesse sentido, faz-se necessário intensificar os processos coletivos de resistência para com a Assistência Social enquanto um direito, não contributivo, a quem dela necessitar. Ao mesmo tempo é necessário retomar a organização política da categoria, no sentido de implantar uma agenda conjunta com uma campanha pela qualidade da formação e do trabalho, defesa dos instrumentos legais e políticos da profissão, intensificar a mobilização contra o ensino à distância e outras (RAMOS, 2009).

Em vista da discussão teórica e da atual conjuntura apresentadas acima, pode-se constatar que a democracia não pode estar dissociada da participação social e da mobilização, pois uma está intrinsecamente relacionada com a outra, a partir de uma unidade dialética. O Serviço Social, ao assumir a democracia como um princípio fundamental, chama para si um posicionamento político que implica numa nova forma de construir a intervenção profissional, reconhecendo o compromisso ético-político com o projeto societário. Enquanto profissionais, a conjuntura precisa ser constantemente estudada, conhecida e reconhecida, a fim de gerar processos de participação e mobilização nos espaços de trabalho, onde o usuário/a deve ser sempre reconhecido como de cidadão de direito.

3 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: CONQUISTAS, RESISTÊNCIAS E MOBILIZAÇÕES

A Assistência Social tem um percurso histórico construído a partir de práticas que foram se modificando lentamente, através de tencionamentos, lutas e resistências da população mobilizada, até ser reconhecida como política pública de direito. A Constituição Federal de 1988 é um marco importante no reconhecimento dos Direitos Sociais, sendo a Assistência Social um direito “a quem dela necessitar”, não contributiva, deixando de ser reconhecida como um espaço de caridade, filantropia, assistencialismo, com traços clientelistas. Ela é reconhecida como parte do Sistema de Proteção Social junto da Saúde e Previdência Social, compondo assim o tripé da Seguridade Social.

Com o PEP e os direitos sociais conquistados há um novo direcionamento no fazer profissional do/a assistente social na Política de Assistência Social. Porém, mesmo com esses significativos avanços, ainda é possível constatar práticas que revelam um viés conservador no que se refere ao financiamento, gestão e execução, tendo uma forte tensão entre as necessidades postas pelos usuários e a disponibilidade dos serviços públicos de Assistência Social (SOUZA *et al.*, 2013).

A fim de reconhecer como se constituiu a participação e a mobilização na Política de Assistência Social, propõem-se a discussão nesse capítulo da construção histórica da Assistência Social enquanto ‘um direito de todo cidadão que dela necessitar’, identificando a Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) como marcos desse caminho. Nas legislações da Assistência Social destacam-se os espaços reconhecidos para a participação dos usuários e busca-se reconhecer os espaços que estão sendo instituídos, enquanto possibilidade de organização dos usuários, cidadãos de direito.

3.1 CAMINHO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL ATÉ A CONSTITUIÇÃO DE 1988

As ações de Assistência Social foram realizadas historicamente por entidades ligadas a algum segmento religioso ou a entidades beneficentes, com um viés assistencialista e clientelista. São bem conhecidas as Santas Casas de Misericórdia, orfanatos, obras sociais ligadas a instituições/entidades beneficentes. Elas realizaram, historicamente, atividades e/ou ações de Assistência Social orientadas por seus valores e seus princípios morais, geralmente de cunho religioso, de forma isolada, sem caráter de política, e muito menos de política pública

oriunda do reconhecimento de um direito. No entanto, com “a expansão do capital e a pauperização da força de trabalho, a assistência vai sendo apropriada pelo Estado sob duas formas: uma que se insinua como privilegiada para enfrentar politicamente a questão social; outra para dar conta de condições agudizadas de pauperização da força de trabalho” (SPOSATI *et al.*, 1995, p. 41).

Até 1930 a questão de pobreza não era reconhecida como expressão da questão social e sim considerada caso de política e problematizada por intermédio dos aparelhos repressivos do Estado. Esses casos eram todos tratados como disfunção individual, sendo muitos encaminhados para o asilamento ou internação desses indivíduos. Assim, pode-se constatar que questões referentes à Assistência Social se mesclavam com a saúde, tanto que muitos serviços realizavam o atendimento de assistência médica e assistência social (SPOSATI *et al.*, 1995).

A primeira grande regulação da assistência social no país foi a instalação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), criado em 1938 (LONARDON *et al.*, 2006). “Desde então o CNSS, hoje CNAS, deveria analisar as adequações das entidades sociais e de seus pedidos de subvenções e isenções, além de dizer das demandas dos ‘mais favorecidos’” (SPOSATI, 2004, p. 15). Os representantes do CNSS eram indicados pelo então presidente Vargas, sendo que o repasse dos recursos financeiros do Governo Federal era realizado sem o controle social (A HISTÓRIA... 2010).

Em 1942 é instituída a Legião Brasileira de Assistência (LBA), onde a esposa do, então, presidente Darcy Vargas reúne as senhoras da sociedade para assistir os pracinhas brasileiros da Força Expedicionária Brasileira (FEB), combatentes da II Guerra Mundial, com cigarros e chocolates. Logo após este primeiro momento, a LBA começa a assistir as famílias destes pracinhas e somente mais tarde, começa a assistir a população. A presidência da LBA sempre foi das primeiras damas da República, imprimindo dessa forma a marca do primeiro-damismo junto à assistência social. Com o tempo, ela passa a estender sua ação às famílias da grande massa não previdenciária, atendendo na ocorrência de calamidades com ações pontuais, urgentes e fragmentadas (LONARDON *et al.*, 2006). Com o passar dos anos, a LBA se transforma em “sociedade civil sem fins econômicos, voltada para desenvolver ações de assistência social sem se desvincular da ideia de assistencialismo” (SOUZA; GONÇALVES, 2014, p. 03).

No período de 1964 a 1985 o Brasil viveu a Ditadura Militar, período onde manifestações e mobilizações populares eram intensamente reprimidas. Já a assistência social continuava articulada a ações clientelistas, assistencialistas, controladoras e disciplinadoras voltadas para o ajuste social (SOUZA; GONÇALVES, 2014), bem como, burocratizando-se

com regras, normas e critérios de atendimento à população excluída (A HISTÓRIA... 2010). Durante a Ditadura Militar, em 1974, é criado o Ministério da Previdência e Assistência Social pelo então presidente General Ernesto Geisel. O objetivo da assistência social nesse período era “prestar assistência pré-natal e natal, reforço alimentar as crianças de 0 a 6 anos, assistência ao excepcional e amparo a velhice” (ALVES, 2016, p.23).

Em 1984, já no final da Ditadura e no início da reabertura democrática⁷, começam a surgir murmúrios da Proposta Nacional de Assistência Social. Em 1985, com o I PND da Nova República, “particulariza a assistência social como política pública, reconhece o usuário como sujeito de direitos, sugere que seja ampliada sua participação e realizada a ruptura com a leitura caritativa e tutelar com que a assistência social era tradicionalmente gerida” (SPOSATI, 2004, p. 30-31).

A Constituição Federal de 1988 representa um grande avanço ao reconhecer a responsabilidade do Estado frente às políticas públicas, especialmente as que se referem à Seguridade Social, conforme Artigo 194, ou seja, Saúde, Previdência Social e Assistência Social. A Saúde como direito de todos e dever do Estado, a previdência mediante a contribuição e assistência social a quem dela necessitar, sem necessidade de contribuição (BRASIL, 1988).

Assim, é possível afirmar que a política de seguridade social proposta tem como concepção um sistema de proteção integral do cidadão, protegendo-o quando no exercício da sua vida laboral, na falta dela, na velhice e nos diferentes imprevistos que a vida lhe apresentar, tendo para a cobertura ações contributivas para com a política previdenciária e ações não contributivas para com a política de saúde e assistência (COUTO, 2013, p. 159).

O sistema de proteção social reconhecido na Seguridade Social representa um importante avanço na conquista dos direitos sociais, uma vez que o Estado é apresentado como responsável pelo atendimento das necessidades sociais da população e esta é reconhecida como cidadão de direitos. Nesse sentido, a Assistência Social, adotada como um direito social, junto ao sistema de proteção social possibilita a construção de uma nova identidade, ou seja, espaço de direito e não de favor, caridade. Porém, essa nova identidade necessita ser construída com a participação, com a construção de novos serviços e formas de fazer acontecer a política, para que a mesma possa efetivar o que a lei preconiza.

⁷O Serviço Social participa intensamente do processo de redemocratização do Brasil junto da Assistência Social, sendo que desde 1984 a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) inicia estudos e pesquisas sobre a Assistência Social. A Secretaria Nacional de Assistência Social, nesse período criou seminários e financiou pesquisas. Em 1987 a LBA e a PUC-SP realizam uma pesquisa participativa nos Estados do Amapá e Rio Grande do Sul para debaterem a Assistência Social como direito e política pública. Essa discussão se espalha pelo Brasil, onde o Serviço Social contribui no fortalecimento e nascimento da política. Essas articulações são aceleradas com a Constituinte, sendo que a Assistência Social passa a ser reconhecida como direito à seguridade social nos artigos 203 e 204 da Constituição Federal (SPOSATI, 2004).

A necessidade da criação de um sistema de assistência social descentralizado, participativo e com garantias de alocação dos recursos financeiros, superação da fragmentação, da superposição de programas sociais, introdução do controle do setor público sobre os recursos repassados às entidades privadas com mecanismos de avaliação e controle social, são demandas que aparecem na argumentação do Senador e relator da Constituição com todas as letras e fontes de pesquisa (SPOSATI, 2004, p. 42).

A Assistência Social reconhecida como uma política pública de direito representa uma grande vitória, fruto de processos de participação e mobilização de muitos movimentos sociais organizados, que pautaram a defesa das políticas públicas de direito, a articulação de diferentes segmentos sociais e de trabalhadores, como os Assistentes Sociais (A HISTÓRIA... 2010). Pode-se perceber que há uma construção importante, tensa e intensa para alcançar essa vitória que precisou ser construída e efetivada com a participação dos usuários, trabalhadores e governo.

3.2 ASSISTÊNCIA SOCIAL: SEU DESENHO COMO DIREITO, POLÍTICA E SISTEMA

Conhecer a construção histórica da Política de Assistência Social é determinante para identificar que o/a assistente social, através de seu PEP, e os demais profissionais dessa política, precisam continuar a luta e a defesa desse direito social. A construção da LOAS é fruto de muito tencionamento, estudo e reflexão dos diferentes entes e organizações, onde o CFESS, CRESS e ABEPSS se fizeram presente, somando forças e contribuindo na constituição de equipes e comissões. A LOAS somente é aprovada a custo de debates exaustivos, com a participação de diferentes grupos, movimentos sociais.

As negociações, os debates sobre emendas ao texto constitucional geram um momento ímpar, que se torna conhecido como Conferência Zero da Assistência Social. No auditório da Câmara Federal é debatido artigo por artigo do projeto de lei entre representantes dos vários estados e dos movimentos pró LOAS, com a presença de parlamentares, líderes de governo, emissários do ministro, e a deputada Fátima Pellaes, relatora do projeto de lei. Ali é fechado o texto básico (SPOSATI, 2004, p. 59).

A LOAS, Lei nº 8.742/1993, foi aprovada apenas no dia 07 de dezembro de 1993, após mais de três anos intensos de discussões, votações, tensionamentos e construção de resistência em defesa da Assistência Social. Nesses três anos é possível reconhecer a força dos processos de participação, mobilização e democratização na Política de Assistência Social, pois ela somente é constituída a partir desses processos e sua continuidade depende dos mesmos. Tais

processos foram construídos em muitos espaços, com a presença e atuação de profissionais, usuários, que viram as mudanças se concretizando.

Não tinha nada, tinha ações fragmentadas, tinha. Não tinha consolidado ações, um conjunto de ações de intervenções da Assistência Social. Então hoje posso dizer que sou uma que vivi muito dessa construção da cidade, essa construção da política de Assistência Social na cidade a partir de 93. A gente, inclusive fez, antes da LOAS, que a LOAS é de 07 de dezembro de 93, aqui em Porto Alegre a gente fez a 1ª Conferência em agosto de 93, mesmo antes da LOAS. Então essa história é de protagonismo político da nossa cidade, protagonismo político de muitas pessoas, muitos militantes, não é só eu (Assistente Social 02).

Pode-se perceber que a construção da LOAS envolveu, implicou em seu processo todo um conjunto, segundo o/a entrevistado/a, toda a cidade, ou seja, muitas pessoas se envolveram e contribuíram para com a mesma. A LOAS apresenta os princípios, objetivos, funções, diretrizes, serviços e a gestão da Assistência Social. Ela representa os avanços constitucionais na Assistência Social, quanto ao reconhecimento de direitos, trazendo para a esfera pública a questão da pobreza e da desigualdade social, alterando constitucionalmente essa política social em espaço de exercício de participação política. Por outro lado, a inserção do Estado se dá na contraditória dinâmica da sociedade e os impactos das políticas econômicas neoliberais, desencadeando processos desarticulados de desmonte e retração de direitos e investimentos no campo social, ao se remeter a esse processo de construção da política (COUTO; YASBEK; RAICHELIS, 2010).

Com a LOAS é extinto o CNSS e criado o Conselho Nacional de Assistência Social, órgão de composição paritária, deliberativo e responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 1993b). Em 1997 foi aprovada a primeira Norma Operacional Básica da Assistência Social, através da Resolução nº 204 do Conselho Nacional de Assistência Social. E em 2004 foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que apresenta, de forma elaborada, o conteúdo da assistência social enquanto um dos pilares da seguridade social (LEITE, 2011).

A Política Nacional de Assistência Social trata-se de um instrumento de criação do Sistema Único de Assistência Social, onde o Estado tem o dever de ampliar sua atuação, construir uma rede público-estatal para o atendimento do cidadão, além de ampliar o debate sobre a importância da assistência social como direito de cidadania, buscando universalizar o acesso ao discutir critérios de vulnerabilidade e risco social, para além da questão da renda e da pobreza (COSTA, 2007⁸ Apud PAGANINI, VIEIRA, 2015, p. 11).

⁸ COSTA, Lucia Cortes da. Estado e políticas públicas: contexto sócio-histórico e assistência social. In: BATTINI, Odária (Org). **SUAS: Sistema Único de Assistência Social em debate**. São Paulo: Veras Editora, 2007.

Nesse processo de legislação, normatização e organização da Assistência Social, em 2005, é instituído no Brasil o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sistema público, descentralizado e participativo, com os princípios de universalidade, gratuidade, integralidade da proteção social, intersetorialidade e equidade. Em 2006 é aprovada a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH), a qual, acompanhando o SUAS, estabelece com precisão o quadro profissional da política de assistência, bem como ressalta a necessidade de qualificação e concurso público. Essa Norma é um importante avanço, pois torna a Assistência Social uma Política Pública mais técnica e qualificada, estabelecendo equipes mínimas de referência para os serviços, superando uma herança de trabalho voluntário.

O SUAS, em seu desdobramento, gerou processos de reordenamentos e novas formas de garantir o acesso público à Assistência Social para a população. Foram instituídas a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade (PSE), previstas na LOAS e na PNAS, que se materializam nos serviços públicos como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), constituindo assim os serviços próprios⁹ da assistência social.

A PSB¹⁰ é o conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, bem como do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 1993b). Ela é ofertada precipuamente nos CRAS, sendo essa uma unidade pública estatal descentralizada que atua como a principal porta de entrada do SUAS. Além disso, dada a sua capilaridade nos territórios, é responsável pela organização e oferta de serviços da PSB nas áreas de vulnerabilidade e risco social (BRASIL, 2009). O principal serviço ofertado no CRAS é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), sendo sua execução obrigatória e exclusiva, a partir do tripé: proteção, prevenção e proatividade.

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo (BRASIL, 2014, p. 12).

⁹ Serviços próprios são todos os serviços desenvolvidos pelos entes federados, ou seja, cuja responsabilidade é do Estado, cujos serviços não podem ser conveniados.

¹⁰ Conforme já indicado na Introdução, destaca-se a PSB por ser esse o espaço onde fora realizado o Estágio Obrigatório em Serviço Social pela discente.

O PAIF, enquanto um serviço territorial, é uma importante ferramenta para construir espaços de participação dos usuários, a fim de que possam se reconhecer como um coletivo com demandas comuns, que precisam ser pautadas e reivindicadas. No que se refere às ações do PAIF, elas devem ser planejadas e avaliadas com a participação das famílias usuárias, das organizações e movimentos populares do território, a fim de que o serviço possa ser aperfeiçoado, ou seja, com a melhor adequação às necessidades locais, bem como o fortalecimento do protagonismo destas famílias, dos espaços de participação democrática e de instâncias de controle social (BRASIL, 2012). A participação das famílias na avaliação e no planejamento das ações é algo recente, até então a participação das mesmas era apenas de forma passiva.

Esse serviço preconiza espaços/atividades de forma particularizada e coletiva, sendo que “a opção pela utilização de ações particularizadas no atendimento às famílias deverá ocorrer em casos extraordinários” (BRASIL, 2012, p. 42). No que se refere às ações do PAIF, elas podem ser individuais ou coletivas, conforme o Quadro 01.

Quadro 01: Ações do PAIF

Individuais	Coletivas
Acolhida	
Ações particularizadas	Oficinas com as famílias
Encaminhamentos	Ações comunitárias

Fonte: BRASIL, 2012, p. 14

O PAIF, ao apresentar atividades coletivas, manifestando um importante avanço na Política de Assistência Social, deixando de trabalhar as diferentes expressões da questão social de forma individualizada, mas passa a reconhecer como parte de um processo mais amplo, que precisa ser discutido e reconhecido no coletivo.

[...] quando eu cheguei lá a lógica do atendimento estava muito mais ligada à lógica de plantão social, de atendimentos imediatos e pontuais, do que uma perspectiva de atendimentos, de acompanhamento e de atendimento uma..., qualquer perspectiva mais coletiva. Então lá a gente adotou algumas estratégias para buscar superar isso. Uma estratégia foi estabelecer a Acolhida Coletiva. [...] Essa foi uma estratégia que a gente avalia como bem importante, assim pra estimular, e ali é um processo, que não isenta do atendimento individual, mas naqueles atendimentos a gente possibilita encontrar alguns pontos em comum daqueles usuários, de eles se reconhecerem e da gente também poder dialogar francamente com os usuários (Assistente Social 05).

Nesse sentido, as atividades coletivas apresentam um grande potencial de gerar espaços de participação e mobilização dos usuários, através das Acolhidas Coletivas, Oficinas e Ações Comunitárias, todos espaços importantes de intervenção profissional, desde que garantam a

autonomia e o protagonismo dos usuários. Esses espaços possibilitam socializar informações, por exemplo, sobre a conjuntura, a fim de que os usuários possam se mobilizar e somar na luta pelos direitos sociais para a coletividade, assegurados em lei e efetivos em seus cotidianos de vida.

Desde uma Acolhida Coletiva, desde uma oficina de documento e trabalho, ali a gente também trabalha com eles a importância deles participarem, deles estarem sempre juntos, de eles se enxergarem como comunidade, a importância deles perceberem que aquele espaço é deles, que é eles que vão contribuir, não somos nós. Se eles não estiverem ali não tem como dá continuidade a uma política, enfim, a um direito. Enfim é fazer com que dentro das ações coletivas eles sintam protagonistas (Assistente Social 06).

Sendo assim, os espaços de participação na Política de Assistência Social precisam garantir o protagonismo dos/as usuários/as. No que se refere à participação na Assistência Social, ela é garantida desde a Constituição Federal, quando prevê a “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis” (BRASIL, 1988). Com um olhar minucioso sobre a LOAS, também é possível reconhecer que esses espaços de participação são garantidos e instituídos, inclusive, nesta Lei. Um dos grandes marcos é a existência e funcionamento dos Conselhos¹¹ Nacional, Estadual e Municipal¹² de Assistência Social, sendo que o Federal já foi instituído em 1994 e, a partir disso, os demais foram sendo organizados (SPOSATI, 2004).

Um dado importante a considerar é a questão da paridade (BRASIL, 1993b) nos Conselhos, ou seja, a presença da sociedade civil, garantindo que a Assistência Social não seja apenas um projeto de governo, mas que tenha espaço para o exercício de relações democráticas. Atenção! A paridade normativa garante apenas o mesmo número equivalente de representantes da sociedade civil e do governo, porém esse dado está longe de apontar que ali há uma participação equânime, equitativa e muito menos igual entre as partes.

Sendo “o Conselho um espaço privilegiado para os debates dos interesses em disputa” (CAMPOS, 2006, p. 112), afirma-se que para que haja participação efetiva de todos os conselheiros é necessário o acesso a informação, há que se pensar que essa informação seja crítica, possibilitando processos de consciência crítica que favoreçam a luta pela política social.

¹¹ Art. 16. As instâncias deliberativas do SUAS, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, são: (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011) I - o Conselho Nacional de Assistência Social; II - os Conselhos Estaduais de Assistência Social; III - o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal; IV - os Conselhos Municipais de Assistência Social (BRASIL, 1993b).

¹² Em Porto Alegre, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) foi instituído em 1997 a partir das considerações da LOAS, tendo sua composição a partir de diferentes representações.

Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer que os Conselhos muitas vezes obstaculizam o “protagonismo dos usuários sujeito de direitos, amplificando a presença de atores que se mobilizam mais pela ajuda e a caridade, lógico, na disputa por recursos públicos” (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010, p. 255). Sendo assim, é necessário possibilitar ferramentas, acesso a informação para os/as usuários/as, a fim de que os mesmos possam ocupar os espaços do controle social, a fim de tencionar para que os direitos sociais sejam garantidos.

Os conselhos, por sua vez, são espaços instituídos de participação, onde é possível reconhecer o exercício da democracia que se desencadeia em duas funções básicas: a participação e o controle social, o que “contribuiria para romper com um traço histórico do processo de formação da sociedade brasileira – a privatização do espaço público por agentes privados” (ARAÚJO, 2010, p. 119). Assim sendo, os conselhos são espaços de controle social, de fiscalização dos recursos e de construção da política de assistência social. Contudo, a participação não pode se reduzir apenas a esses espaços, ou seja, precisam ser criados novos espaços de participação e de organização dos usuários e trabalhadores para a luta por seus direitos. O CNAS reconhece que a participação dos usuários acontece a partir de diferentes formas de organização: coletivo de usuários, associações de usuários, fóruns de usuários, conselhos locais de usuários, rede, comissões ou associações comunitárias ou de moradores. Importante reconhecer que há diferentes formas de os usuários se organizarem, mobilizarem-se para efetivar a participação nos espaços da Assistência Social que ainda estão em construção (BRASIL, 2015).

Art. 5º A participação dos usuários na Política Pública de Assistência Social e no SUAS se dará por meio de diferentes organizações coletivas, que visam a promover a mobilização e a organização de usuários de modo a influenciar as instâncias de deliberação do SUAS, e que possibilitam a sua efetiva participação nas instâncias deliberativas do SUAS – os conselhos e as conferências (BRASIL, 2015).

Ao mesmo tempo, é importante considerar que a participação nos espaços da Assistência Social pode ser um disparador para a participação em outras políticas, como por exemplo, no Conselho Municipal do Idoso, grupos de mães das escolas, etc. Um/a usuário/a relatou que a partir do espaço da Assistência Social foi possível sua inserção em outros espaços.

Porque através de um CRAS a gente pode se mobilizar pra diversos assuntos, tá faltando escola, tá faltando isso mais de 6 meses da assistente social. Então através desse serviço a gente se mobiliza [...] que eu fui conselheira estadual do idoso, que através do CRAS daqui que eu recebi o convite da FASC participar com um representante de idosos. Esse serviço era um, que era por decreto dos governadores do Estado. Eu participei três, digamos que me fez o, o meu contrato, que era por decreto, por três governadores: Rigotto, Yeda Crussius e depois o Tarso. Daqui a gente batalhou e foi criado por lei, que não era. A gente participa de congressos, onde a

gente pode discutir com idosos de outros Estados e de todo Brasil como vivem esses idosos, o que fazem, se tem um serviço de assistência, se tem serviços de conselho municipal de idosos, como pelo Estado, como participam, como se sentem, para não ficar sozinho em casa, lá sem fazer nada. E então é muito importante, pra mim foi muito importante participar do Conselho Estadual do Idoso pelo Estado (Usuário/a 03).

O relato apresenta a questão da precarização do serviço, onde a participação possibilita reconhecer como isso se efetiva, na falta de profissionais e no descaso com os serviços públicos, por exemplo, a educação. A participação em diferentes momentos, em três gestões diferentes do Governo Estadual, possibilita identificar as mudanças, os avanços e retrocessos, e pautar lutas, como a questão da aprovação em lei que garante os direitos da população idosa. Pode-se constatar que há uma história construída com os/as usuários/as da Assistência Social, que vem despertando a participação e a inserção em espaços mais amplos de luta e reivindicação dos direitos sociais como o Conselho Municipal e Estadual do Idoso, dentre outros.

Ao mesmo tempo, é preciso tencionar algumas questões postas aos serviços e aos trabalhadores da Assistência Social, por exemplo, a herança conservadora da identidade que lhes é atribuída, num sentido de desvalorização, subalternização, destituindo-os da condição de cidadão. Outra questão é reconhecer os/as usuários/as como a classe que vive do trabalho, que a sociedade capitalista tem cada vez menos garantido a proteção do seu trabalho, sendo a Assistência Social um espaço de proteção social, instrumento de socialização da riqueza produzida. É necessário reconhecer o usuário como portador de direitos, o que necessita de um movimento coletivo, de classe social e de suas frações e segmentos. É preciso tensionar a questão de vulnerabilidade e risco social, pois na sociedade capitalista é inerente a produção de desigualdade, que precisa ser reconhecida, identificada e trabalhada, no sentido dos direitos de cidadania, rompendo com a lógica de responsabilizar o sujeito pelas vicissitudes e mazelas que o capitalismo produz (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010).

A fim de garantir a participação dos usuários é necessário coragem para romper com essas e outras questões postas, que por vezes dificultam uma efetiva participação. A NOB SUAS (BRASIL, 2012) reintera que a participação e o protagonismo dos usuários são determinantes para que a política se efetive, ou seja, faz parte da natureza da política a participação dos usuários.

Art. 125. O estímulo à participação e ao protagonismo dos usuários nas instâncias de deliberação da política de assistência social, como as conferências e os conselhos, é condição fundamental para viabilizar o exercício do controle social e garantir os direitos socioassistenciais.

Art. 126. Para ampliar o processo participativo dos usuários, além do reforço na articulação com movimentos sociais e populares, diversos espaços podem ser organizados, tais como: I - coletivo de usuários junto aos serviços, programas e

projetos socioassistenciais; II - comissão de bairro; III - fórum; entre outros (BRASIL, 2012).

Como visto, a NOB SUAS (BRASIL, 2012) apresenta outras possibilidades de efetuar a participação dos usuários na Política, ou seja, não se restringindo aos conselhos, espaços instituídos. A partir disso, é possível construir espaços, em articulação com movimentos sociais e populares, ou seja, o/a assistente social, enquanto trabalhador/a de algum serviço da Assistência Social, tem como construir espaços de organização que possam desencadear processos de socialização de informações, de participação e mobilizações.

No percurso de apontar a participação dos usuários na construção da Política de Assistência Social, em 2009 aconteceu a VII Conferência Nacional de Assistência Social¹³ com o tema “Participação e Controle Social no SUAS”. A conferência teve como objetivo discutir a qualidade dos serviços e as experiências bem sucedidas nos municípios, além dos entraves que dificultam uma maior participação dos usuários. Um dos eixos trabalhados nas conferências preparatórias foi a discussão do “processo histórico da participação popular no país, trajetória e significado do controle social na política de assistência social e conselhos de assistência social”. O resultado dessas conferências foi apresentado em forma de síntese num dos painéis da VII CNAS. No que se refere aos processos de mobilização social na Política de Assistência Social, Maria Carmelita Yasbek constata que

Em relação à sociedade civil de um modo mais geral e ao Conselho, quanto aos processos de mobilização e aos processos de envolvimento da sociedade, os relatórios mostram, em primeiro lugar, o pouquíssimo conhecimento do processo histórico de mobilização da sociedade civil, dos movimentos sociais, das lutas sociais, das lutas contra a ditadura, dos avanços da democracia neste país e até a Constituição de 1988. Então apenas dois ou três Estados mostram um pouco desta discussão de recuperação da memória histórica dos movimentos, das lutas sociais, que culminam com a Constituição de 1988, e que não ocorreram por acaso, mas que é um desaguadouro de uma história de luta, de militância, que nem sempre aparece como de domínio dos usuários da assistência social e da sociedade civil em geral, porque estamos num plano um pouco mais amplo (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009, p. 59).

No que se refere à participação e à mobilização, a historicidade desse processo precisa ser de conhecimento dos/as usuários/as, pois isso possibilitará ferramentas para as lutas necessárias na continuidade da construção da política. Ou seja, elas não nasceram com a LOAS, mas apresentam um novo direcionamento, uma nova organização. A identificação desse processo histórico pode contribuir para despertar novos cursos de participação e mobilização,

¹³ Merece destaque essa Conferência por ser a única a tratar diretamente da participação e do controle social no SUAS. Esse assunto apenas é discutido em conferências, em 2009, quando já se tem 16 anos da LOAS, porém os processos de participação ainda se encontram em construção, conforme pode-se perceber.

para que os conselhos não sejam apenas espaços burocráticos, mas de luta pelos direitos e de construção da Política. Ao mesmo tempo, ainda é possível constatar que existem muitas dificuldades no acesso aos espaços de participação.

Na mesma esteira de participação dos usuários o relatório vai mostrando as enormes dificuldades que os usuários têm para participar, como a distância dos locais onde ocorrem as reuniões, os horários e dias em que os encontros são realizados, a complexidade das programações e a inviabilidade de seu deslocamento (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009, p. 59).

Para além de apenas reconhecer a importância da participação nesses espaços, conforme o relato, há dificuldades que implicam diretamente na condição do/a usuário/a participar, como horários, distâncias, dias, etc. Para possibilitar a participação é necessário repensar esses espaços e abertura para acolher as demandas dos/as usuários/as, que passam por questões muito práticas, pois o trabalhador/a da Assistência Social tem liberação do trabalho para participar da reunião, mas o/a usuário/a dificilmente consegue liberação do seu emprego. Outros/as usuários/as ainda conseguem participar apenas enquanto estão na condição de desempregados/as, sendo que no momento de efetivação de um emprego, acabam sendo obrigados pela situação a deixar de participar, como foi possível reconhecer nas entrevistas no CRAS Ampliado Lomba do Pinheiro.

Mesmo com essas dificuldades, percebe-se que há uma crescente participação dos/as usuários/as, “que há uma presença mais forte do usuário no debate sobre as suas necessidades, sobre as suas questões, sobre os seus direitos, isso também é um dado muito importante nesta travessia, nesta história da política de assistência social” (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009, p. 60). De fato, há um processo em construção, onde se percebe avanços e onde alguns entraves ainda precisam ser reconhecidos, assumidos e resolvidos, a fim de que a participação se efetive.

Um dado a considerar, apontado na Conferência, refere-se aos processos de construção da participação, através dos serviços de Assistência Social, como CRAS e CREAS, e outros espaços construídos, onde os/as usuários/as puderam discutir e se mobilizar.

Os Encontros preparatórios que ocorreram em vários Estados, conforme as orientações do Conselho, revelaram resultado bastante positivo com grande número de pessoas, com a presença dos usuários, com várias modalidades de discussões nos CRAS, nos CREAS, em pré-Conferências, isso foi de uma riqueza muito grande e alguma coisa que deve ser cultivada com muito carinho (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009, p. 60).

Esse dado revela que a participação precisa ser construída para além dos espaços instituídos, ou seja, “pautar a participação significa extrapolar o caminho para além da

participação nos conselhos” (PINHEIRO, 2013, 165). É necessário avançar nos processos de participação, reconhecendo espaços e serviços onde os/as trabalhadores/as possam contribuir, construir e fortalecer espaços de socialização de informação, de participação na construção da política e dos serviços.

A Conferência expôs a necessidade de que sejam publicizados aos usuários os seus direitos, os serviços, programas, entre outros, pois isso poderá ser um dispositivo para a construção da participação social.

Quer dizer, que toda aquela população que é usuária da política de assistência social conheça os recursos existentes, os programas, os serviços, os projetos, os recursos nas comunidades urbanas e rurais. Que os direitos sejam divulgados, que os direitos sejam debatidos, que a reflexão sobre o direito chegue à vida concreta dos cidadãos, que os CRAS sejam fortalecidos, abertos a reuniões, debates, discussões sobre a política. Isso aparece muito forte, quer dizer, o CRAS como lugar aonde esse encontro da política e dos trabalhadores com a população realmente aconteça (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009, p. 62).

Os serviços precisam ser espaços abertos para que os/as usuários/as possam se reconhecer neles, saibam quais são seus direitos, ou seja, os serviços não podem ser apenas espaços de atendimento a demandas pontuais, mas espaços onde os/as usuários/as possam ser incluídos em ambientes de discussão e de formação. Esses espaços são reconhecidos na Conferência como sinais de mudança na política de Assistência Social.

[...] com novos espaços de participação dos CRAS e CREAS, que começam a aparecer como espaços de participação, não só de atendimento, mas onde os usuários vinculados aos serviços e aos espaços coletivos passam a ser mais atuantes e propositivos, com melhorias do acesso à informação sobre a garantia de direitos, e onde o protagonismo começa a surgir, com a maior participação das associações de moradores e a representação de usuários no âmbito dos Conselhos (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009, p. 62).

Nesse sentido, os serviços públicos da Política de Assistência Social, como CRAS e CREAS, precisam contribuir no fortalecimento dessa política e do direito social, reconhecendo o usuário como cidadão de direito. Esses serviços merecem destaque pela sua capilaridade nos territórios, uma vez que estão próximos da vida da população usuária.

A partir da discussão realizada, pode-se concluir que as atividades coletivas nos serviços de Assistência Social tem um potencial de gerar espaços de informação, formação, organização e mobilização. Observa-se que os serviços mais territorializados apresentam uma possibilidade maior de gerar e fortalecer espaços coletivos de participação dos/as usuários/as no interior das comunidades. A capilaridade dos serviços da Assistência Social possibilita que os mesmos estejam presentes em quase todos os espaços do território nacional, o que vem a ser um grande avanço dessa Política Pública Social.

3.3 ORGANIZAÇÃO DOS USUÁRIOS: ENTRE O INSTITUÍDO E O INSTITUINTE

Conforme já discutido anteriormente, uma das formas instituídas de organização dos/as usuários/as são os Conselhos de Assistência Social. Para além deles o Conselho Nacional de Assistência Social reconhece outras formas de organização, como coletivos de usuários/as, associações, fóruns, conselhos locais, redes, comissões ou associações comunitárias ou de moradores. Essas formas de organização dos/as usuários/as têm o intento de “promover a mobilização e a organização de usuários de modo a influenciar as instâncias de deliberação do SUAS, e que possibilitam a sua efetiva participação nas instâncias deliberativas do SUAS – os conselhos e as conferências” (BRASIL, 2015). O Quadro 02 apresenta cada um desses tipos de organização, com suas especificidades.

Quadro 02: Tipos de organizações dos/as usuários/as e suas especificidades, disponível no Art 5º §1º da Resolução do CNAS nº 11, de 23 de setembro de 2015

	Tipo de organização	Especificidade da Organização
I	Coletivo de usuários/as	Organizam usuários/as tendo como referência os serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda no âmbito da Política Pública de Assistência Social, com o intuito de mobilizá-los a reivindicar ações e, ou, intervenções institucionais e pautar o direito socioassistencial;
II	Associações de usuários/as	Organizações legalmente constituídas, que tenham os/as usuários/as em sua direção e que prevejam, em seu estatuto, os objetivos de defesa e de garantia dos direitos de indivíduos e coletivos usuários do SUAS;
III	Fóruns de usuários/as	Organização de usuários/as que têm como principal função a sua mobilização, elencando e debatendo as demandas e necessidades dos/as usuários/as, bem como temas relevantes para os/as usuários/as, como a articulação de políticas de atendimento que atravessam os diversos tipos de vulnerabilidade social, a integração entre serviços e benefícios, a qualidade do atendimento, a qualidade da infraestrutura disponível nos equipamentos do SUAS, dentre outros;
IV	Conselhos locais de usuários/as	Instituídos nos equipamentos públicos da Política de Assistência Social, com o intuito de mobilização e de discussão de temas relevantes relacionados ao território de vivência e de interesse imediato das famílias e coletivos, para encaminhamento ao poder público local.
V	Rede	Articulação de movimentos, associações, organizações, coletivos, dentre outras formas de organizações de usuários/as para a defesa e a garantia de seus direitos; e
VI	Comissões ou associações comunitárias ou de moradores	Organizadas em base territorial, que tenham o intuito de promover esclarecimento, informação e formação da comunidade no âmbito da Assistência Social, e que desenvolvem projetos comunitários relacionados à política de assistência social;

Fonte: Organização da autora, BRASIL (2015).

Importante considerar essas diferentes formas de organização dos/as usuários/as reconhecidas pelo Conselho Nacional, pois possibilitam aos mesmos diferentes configurações de organização e articulação, a fim de efetivar a mobilização e participação nos espaços de controle social.

No que se refere ao Coletivo de usuários/as, pode-se perceber que essa organização pode vir a se constituir no interior do Serviço. Esse dado aponta o compromisso que os/as trabalhadores/as, dentre esses os/as Assistentes Sociais, têm de proporcionar a constituição de espaços onde os/as usuários/as possam se reconhecer no coletivo, com demandas comuns, a fim de se organizar, pautar mobilizações e reivindicar seus direitos. Esses coletivos podem surgir a partir de serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda, como é possível reconhecer na fala do/a usuário/a que participou de atividades de grupo.

Ah, o importante é, que quando tu chega lá tu vai, tipo tu vai numa Horta, numa Roda de Conversa, e lá nessas Rodas de Conversa, na Horta, tu vê e ouvê coisas que tu pensa que só tu passou, sabe. Conversas, histórias, bastante, bem interessantes, a gente pensa que só a gente passou e eu acho que não é só por causa da horta, a gente se torna uma família lá dentro. Uma conta pra outra os problemas. Pra mim foi assim, né (Usuário/a 02).

O espaço de participação proporciona trocas importantes que favorecem uma identificação pessoal com o coletivo a partir das demandas que são coletivas, favorecendo um compromisso com o grupo. A partir desse espaço é possível reconhecer os processos de participação e mobilização, com pautas, interesses comuns e demandas.

Ao mesmo tempo, diante do cenário nacional de desmonte da Seguridade Social é possível identificar outras forças de resistência que se organizam e se levantam na luta pela Assistência Social enquanto um Direito Social de todo cidadão que dela necessitar. Esses espaços ainda estão sendo instituídos, ou seja, são para além dos espaços instituídos como os Conselhos Municipais e Estaduais e o Conselho Nacional de Assistência Social.

No cenário nacional, o atual grande monstro foi a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016 na Câmara dos Deputados, posteriormente PEC 55/2016 no Senado Federal, que aprovou a PEC do congelamento dos investimentos sociais para 20 anos. Para enfrentar o mesmo, foram construídas mobilizações, em todo o cenário nacional, como por exemplo, na Lomba do Pinheiro, Porto Alegre, RS.

Uma foi quando nós articulamos a região e também os serviços da comunidade e, principalmente dos servidores do CRAS, com a questão da nossa contestação dos 20 anos de congelamento das políticas. Aquilo foi emblemático, ele teve repercussão na região, porque a gente fez um protesto, fechando a rua, numa forma tranquila, mas aqui foi muito importante. Fez com que as pessoas que passassem pudessem enxergar o que estava se passando e porque as pessoas estavam paradas ali. Então, essa

interrogação teve um processo de consciência crítica pra quem não sabe o que estava se passando, como tem gente que hoje ainda não percebeu que esses 20 anos vai trazer prejuízo pra todo mundo (Liderança comunitária 01).

Essa mobilização aconteceu com a articulação “junto com CORAS, com Conselho Popular, com profissionais da Assistência Social” (Liderança Comunitária 01) e usuários/as, ou seja, a mobilização é construída com diferentes sujeitos e grupos, o que fortalece o movimento e gera repercussão. No processo da construção dessa mobilização, pode-se perceber a importância das pessoas se prepararem para a mesma, terem realizado discussões sobre o assunto anteriormente, pois quem passou pelo espaço da mobilização pode reconhecer o porquê da mesma. Outro dado é a questão do processo de construção da consciência crítica, ou seja, de romper com a pseudoconcreticidade (KOSIK, 1989) que a sociedade impõe para construir um posicionamento crítico frente às mudanças, projetos de leis, reformas, cortes dos direitos sociais e outros.

Essa mobilização articulada entre diferentes segmentos é apenas uma dentre aquelas que tem surgido no atual contexto como novas formas de participação, de organização e luta pelos direitos sociais. Tais processos ocorrem a partir da união de diferentes coletivos, do uso dos Meios de Comunicação Social (MCS), de Audiências Públicas e outros. Em diferentes partes do Brasil se organizou a Frente em Defesa do SUAS e da Seguridade Social, junto a outros Fóruns, que participaram e organizaram importantes momentos de estudos, debates e mobilizações contra o desmonte da Seguridade Social. A construção de Frentes e Fóruns se dá como resposta a todo o cenário de desmonte das políticas públicas que acontecem no Brasil, especialmente a partir do Golpe Jurídico-Parlamentar¹⁴ e de todos os projetos de contrarreforma que se fortaleceram após ele.

Aí se começou a observar, o Temer com o golpe, o Temer assumiu e a gente começou a perceber o início do desmonte da Política de Assistência Social, seja com o Benefício de Prestação Continuada, os critérios, a questão do congelamento dos recursos, por 20 anos. E ao mesmo tempo no Estado, o Sartori, o departamento da Assistência Social tinha 5 profissionais pra assessorar 497. Então a gente começou a cobrar, do governador, e a gente criou um movimento gaúcho em defesa do SUAS, né, da política de Assistência Social. Só que ela, era restrita ao Rio Grande do Sul, aí se fez, lá na Assembleia Legislativa, se fez um seminário, uma audiência, e a partir dali foi proposto, que esse movimento, junto com outros, se tornasse numa Frente em Defesa do SUAS. Que também em âmbito nacional também tava começando a criação das Frentes. Tá, daí nós, então concordamos e participávamos da Frente Gaúcha em Defesa do SUAS (Assistente Social 04).

¹⁴ Em 2016 governo Dilma enfrentou um cenário caótico de estagnação econômica, o que gerou um contexto de instabilidade política. Esse contexto possibilitou a efetivação do “golpe jurídico-parlamentar que alterou a base de sustentação do governo Dilma e permitiu a ascensão do governo ultrarreacionário e ilegítimo de Michel Temer, em uma ampla coalizão que assegurou a intervenção econômica por meio de um duro plano de austeridade” (CASTILHO; LEMOS; GOMES, 2017, p. 455-456). Ou seja, a partir desse Golpe tem-se vários projetos de contrarreforma que atacam diretamente os direitos sociais da população.

Nesse sentido é importante perceber um movimento em defesa da política de assistência social que se expande em território nacional de forma rápida, muito com o protagonismo dos/as trabalhadores/as, de assistentes sociais e usuários/as. Importante destacar que o desmonte da política de assistência social como tal, é recente, pois a própria política ainda é nova e já passa por contrarreformas, conforme explicitado pelo/a Assistente Social 04.

No caso de Porto Alegre a Frente Gaúcha em defesa do SUAS e da Seguridade Social, junto com o Fórum Estadual de Entidades de Assistência Social, Fórum Estadual de Usuários, Fórum Estadual de Trabalhadores do SUAS, Movimento Nacional População de Rua RS, (Fórum Municipal de Trabalhadores da Assistência Social (FOMTAS), Coletivo Nomeação Já, Conselho Regional de Serviço Social e Conselho Regional de Psicologia organizaram momentos importantes de luta e defesa da Assistência Social, através de Audiências Públicas, Mobilizações, encontros de estudo, Notas públicas e outros. A Frente Gaúcha realizou importantes denúncias frente a atual situação da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), conforme é possível constatar na Carta¹⁵:

Porto Alegre que já foi referência no modelo de proteção social hoje vive uma agenda de retrocessos que trazem enormes prejuízos à população. A situação da FASC – Fundação de Assistência Social, órgão gestor da política de Assistência Social no município, é crítica. Há mais de um ano a cidade, população usuária e trabalhadores convivem com a precarização dos serviços, atraso e interrupção dos benefícios aos usuários (benefício eventual, cesta básica, tri assistencial), atraso nos convênios, falta de condições técnicas de trabalho (SOCIAL, 2017).

Pode-se reconhecer que essa Frente é constituída de diferentes representações, o que demanda um novo momento nos processos de participação, onde usuários/as, trabalhadores/as, entidades, etc, estão representados e diretamente afetados pelos cortes nos direitos sociais. Conforme a Carta, no que se refere aos atrasos no pagamento dos trabalhadores e no repasse dos benefícios aos/as usuários/as, situação recorrente, tem afetado a qualidade do atendimento dos serviços e o acesso aos direitos sociais dos mesmos. Esse fato tem possibilitado importantes diálogos com a população, que tem se mobilizado e participado de relevantes espaços de reivindicação junto aos trabalhadores da Assistência Social, como audiências públicas, mobilizações e outras ações. A Frente Gaúcha tem utilizado também os MCS, como o Facebook, por onde tem divulgado seus posicionamentos, assim atingindo um grande número de pessoas.

¹⁵ Carta da Frente Gaúcha em Defesa do SUAS e da Seguridade Social lançou sua nota publicizada pelo Facebook e oportunamente publicada no Blog do Grupo de Pesquisa Educação, Trabalho e Políticas Sociais da UFRGS.

Outro espaço importante de controle social, participação e mobilização é a Rede da Criança e Adolescente¹⁶ de Porto Alegre, do qual fazem parte todos os serviços que trabalham com crianças e adolescentes, dentre esses a Assistência Social. O PAIF está diretamente implicado com essa rede, pois ele realiza o acompanhamento de famílias que têm crianças e adolescentes no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), realizando articulações com outras políticas como educação, saúde, entre outras, no atendimento desse público. Em maio de 2017 os serviços da Rede da Criança e do Adolescente de Porto Alegre chamou uma Audiência Pública que se realizou na Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre, para a qual todos os serviços prepararam um dossiê sobre situação da Assistência Social e dos demais serviços da Rede. Esse foi entregue à promotora da Vara da Infância e Juventude do Ministério Público Estadual. A principal finalidade da Audiência Pública¹⁷ foi realizar a denúncia da precarização que tem afetado os diferentes serviços, como por exemplo o “fins de contratos sem reposição de trabalhadores e outros riscos ao atendimento, desde o início do governo do atual prefeito Nelson Marchezan Junior. A situação que, segundo os trabalhadores, já teria iniciado na gestão anterior, de José Fortunati, tem se agravado este ano”

Foi em maio de 2017, a gente fez uma grande Audiência Pública chamando a atenção da sociedade com relação ao desmonte das políticas públicas de Porto Alegre. Aí começa o sucateamento, desvalorização dos trabalhadores, desvalorização dos espaços de trabalho, e as políticas públicas sendo tiradas da pauta prioritária do prefeito. Isso fez com que a gente se mobilizasse e colocasse quase 2 mil pessoas na Câmara de Vereadores, numa audiência pública. Meu único “Q” dessa história, foi que não conseguimos dar trampolim seguinte daquela Audiência Pública. Enfim, mas acho que foi marcante aquele momento (Liderança Comunitária 01).

A participação de quase 2 mil pessoas na Audiência Pública demonstra o quanto ainda está presente a luta pelo direito à Assistência Social, especialmente num momento em que essa política é colocada em disputa, precarizada, tendo seus serviços terceirizados e conveniados com instituições do Terceiro Setor. Diante disso, é possível perceber que há uma importante participação da população, trabalhadores/as e usuários/as na denúncia do desmonte da Política, o que vem acontecendo tanto em nível local, como estadual e nacional. Nesse sentido, os avanços e as conquistas são poucos, porém é importante a resistência e o envolvimento dos/as usuários/as nesses processos, pois a socialização das informações referente aos seus direitos e sobre a realidade possibilitam ferramentas importantes na luta necessária para avançar e não retroceder na conquista dos mesmos. Outro dado a considerar é que cada momento tem uma

¹⁶ A Rede de Serviços da Criança e do Adolescente realiza reuniões mensais nas diferentes regiões da cidade de Porto Alegre, do qual participam os serviços que trabalham com o público da criança e do adolescente.

¹⁷ Dados sobre a Audiência Pública podem ser acessados no link: <https://www.sul21.com.br/jornal/rede-de-assistencia-social-se-reune-na-camara-para-denunciar-precariozacao-dos-servicos-em-porto-alegre/>

forma de resistência, por vezes é na forma de mobilização de rua, outras em processos de construção de reflexão e conscientização, outro em Audiência Pública. O contexto político influencia diretamente nesses processos, sendo que cada momento tem implicações diferentes, sendo necessário conhecer a conjuntura para, a partir dela, construir a resistência e a insistência.

Porque na medida que tu mexe com interesses, isso também tem processos de avanços, de retrocessos, na medida, dependendo do grau de compreensão e de comprometimento que tem aquela pessoa, ou até uma instituição. Quando mexe com o setor público, tem variáveis que fazem avançar ou recuar. Eu vivi vários governos, várias experiências de gestão e a gente consegue no meio, concretamente, quem valoriza, que respeita as mobilizações, quem respeita os direitos do... que deve preconizar numa sociedade. Eu pego por exemplo as administrações populares da década de 90 até o início da década de 2001, 2003 até 2004. Não tinha cerceamento das pessoas poderem participar, sei que o cidadão comum ou seria institucional, por havia um respeito sobre isso. A gente pega hoje, por exemplo, exatamente nos dias de hoje, um prefeito que instituiu uma legislação¹⁸ que proíbe as pessoas se manifestarem. As pessoas estavam sem água ontem, não podem se manifestar porque o prefeito aplica uma multa de não sei quantos mil reais pra pessoas, tá entendendo, num direito básico dela que a questão da água. Então, a quem participa por ousadia, por ser teimoso diante desse mundo e aí se põem em risco, né, porque na medida que você participa, tem consciência crítica, sabendo que tu pode ser penalizado em algum momento, porque tu tá lutando não por ti, mas pela coletividade. Então essas experiências de governo e de respeito ao protagonismo e a participação popular elas se diferenciam conforme o modelo de gestão. E nesse modelo atual ela simplesmente não respeito ninguém, tu chama um prefeito, secretário pra vim numa reunião, eles não vem. Antigamente os caras vinham, ouviam barbaridades da comunidade, mas os caras tavam ali, e buscavam construir junto com a comunidade alternativas para aquele problema. Hoje em dia não é mais assim. Além de não vim, não resolvem os problemas, então é complicado, né (Liderança comunitária 01).

Conforme o relato, pode-se perceber que é intrínseco ao processo de participação e mobilização o confronto com diferentes interesses, ou seja, a esses processos está imbricado a relação de forças. Nesse sentido, é possível reconhecer processos de avanços e recuos, que estão relacionados com a conjuntura, mas também com a força da mobilização. Importante conhecer a conjuntura, conforme relatado, pois há momentos, gestões, em que os processos de mobilização são mais efetivos, não só nos resultados, mas também no processo de organização da população e na construção da consciência crítica. Outros momentos, como atualmente, os processos de mobilização são criminalizados e inclusive intimidados com legislações punitivas e repressão policial, como se tem assistido no cenário nacional.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o conhecimento da realidade e da conjuntura são de suma importância na construção dos processos de mobilização e participação, como o foram em todo o processo de construção da Política de Assistência Social. Diante do atual momento,

¹⁸ O entrevistado se refere à Lei Antivandalismo, que altera as competências da Guarda Municipal de Porto Alegre e as punições aos cidadãos que causarem danos ao patrimônio público ou atrapalharem o fluxo da Cidade. Essa Lei foi sancionada pelo prefeito municipal de Porto Alegre no dia 13 de março de 2018. Mais informações: <http://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/lei-antivandalismo-pretende-punir-quem-cometer-danos-ao-municipio>.

quem sabe seja pertinente, *“reassumir o trabalho de base, de educação, mobilização e organização popular, que parece ter sido submerso do debate teórico-profissional ante o refluxo dos movimentos sociais, mas não no trabalho de campo”* (IAMAMOTO, 2012, p. 55, grifos do autor), ou seja, extrapolar os espaços instituídos de participação, como os conselhos e outros. O próximo capítulo procurará reconhecer estratégias de reassumir o trabalho de base na Política de Assistência Social.

Ante o percurso histórico da Política de Assistência Social discutido nesse capítulo, pode-se reconhecer que a mesma é fruto de luta, organização e resistência dos/as trabalhadores/as, usuários/as e população no reconhecimento e na efetivação da Assistência Social como um direito de todo cidadão que dela necessitar. Os espaços de participação são garantidos e instituídos na Assistência Social, ao mesmo tempo em que é possível reconhecer que os serviços dessa política podem ser espaços onde a participação e a mobilização sejam provocados e construídos. Tais espaços participativos contribuem para o processo de democratização da Política de Assistência Social. No entanto há de se considerar que eles se distinguem no processo histórico de constituição dessa Política, conforme se modificam as linhas de governos no âmbito federal, estadual e também nos municípios.

A atual conjuntura tem se apresentado como um desafio tanto na manutenção dos serviços, que vivem processos de precarização, sucateamento, com falta de recursos humanos, materiais, etc. Outro agravante são os cortes nos investimentos sociais realizados pelo governo local, estadual e federal. A Assistência Social está em disputa frente aos avanços dos projetos de contrarreforma, o que exige que a população, trabalhadores, usuários estejam em alerta e despertos para resistir e lutar por esse direito.

4 SERVIÇO SOCIAL, ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS PROCESSOS DE DEMOCRATIZAÇÃO

Debater a participação dos/as usuários/as na política de Assistência Social é pensar além dos espaços já instituídos, conforme discutido no capítulo anterior. Nesse sentido, o/a assistente social tem compromisso com o processo educativo de participação, que acontece através da conscientização, organização e capacitação contínua e crescente da população ante a sua realidade social concreta (SOUZA, 2004).

Cabe ao/à assistente social, enquanto trabalhador/a da Política de Assistência Social retomar e assumir o potencial das atividades coletivas de participação nos espaços de trabalho, a partir de seu projeto ético-político profissional. O Conselho Federal do Serviço Social (2011) reconhece como competências, estratégias e procedimentos do/a assistente social na Política “instituir espaços coletivos de socialização de informação sobre os direitos socioassistenciais e sobre o dever do Estado de garantir sua implementação”.

Relacionada a essa defesa do Conselho Federal do Serviço Social, encontra-se no Código de Ética em seu Princípio 3º a ideia da “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticas das classes trabalhadoras”. Diante disso, pode-se perceber o explícito compromisso profissional com a socialização da informação, construção de espaços coletivos que venham possibilitar a luta e o acesso aos direitos sociais.

O capítulo que segue busca estabelecer um diálogo entre o material produzido durante o período de estágio obrigatório em Serviço Social realizado no CRAS Ampliado Lomba do Pinheiro, as entrevistas realizadas com os/as 04 usuários/as que participaram das Rodas de Conversa, as 02 Lideranças Comunitárias da Lomba do Pinheiro e os/as 06 assistentes sociais do GT Assistência do CRESSRS, bem como relacionar com a pesquisa documental. As reflexões aqui postas buscam compreender como se efetivam os processos de participação e mobilização na realidade atual. Importante destacar que as atividades do estágio obrigatório foram realizadas no PAIF, sendo que o projeto de intervenção teve como foco as Rodas de Conversa¹⁹, ou seja, atividade coletiva aberta à participação dos usuários e comunidade.

¹⁹ O Projeto de Intervenção como título: “*Rodas de Conversa com famílias do Cadastro Único no CRAS Ampliado Lomba do Pinheiro: Instituinto espaços coletivos de reflexão sobre os Direitos Sociais*”. O mesmo foi desenvolvido com a supervisão da Assistente Social Clarissa M. Baldini e com a parceria do colega estagiário Ricardo de Souza.

4.1 COMPROMISSO PROFISSIONAL COM A SOCIALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

O/a assistente social é reconhecido/a historicamente como executor/a terminal de Políticas Públicas, como por exemplo, da Política de Assistência Social (NETTO, 2001). Essa política, reconhecida enquanto um direito social, nasce na sociedade capitalista permeado por intensas contradições e num campo de disputa de projetos societários. O Direito à Proteção Social, enquanto uma política pública ainda em implementação, é disputado pelo ideário econômico neoliberal, onde é posto a precarização dos serviços oferecidos através de políticas focalizadas, fragmentadas, despolitizadas e privatistas, processo fortalecido pela atual contrarreforma com seus cortes nos direitos sociais.

O/a assistente social trabalha nesse contexto, permeado de contradições e resistências, na perspectiva da “efetivação das políticas sociais em favor da universalização dos serviços públicos de qualidade” (SOUZA *et al.*, 2013, p. 04). Nesse cenário, o PEP do Serviço Social se encontra em constante resistência com o sistema neoliberal que encontra suas estratégias

[...] para camuflar um enfrentamento a essa questão é a elaboração de políticas sociais focalizadas (direcionadas apenas a uma parcela da sociedade em que possuem carências pontuais); despolitizadas (falta de ações do estado para o combate das demandas sociais em prol do acesso universal aos serviços); privatistas (a responsabilidade passa a ser do mercado e da sociedade, sendo utilizada num processo econômico rentável); compensatórias (oferecem somente os mínimos sociais precarizando os serviços) e excludentes (exclui os não contribuintes, pois possui caráter contratualista) que requer profissionais que simplesmente executem essas políticas e não profissionais críticos, com capacidade teórica e compromisso ético-político (SOUZA *et al.*, 2013, p. 05).

Diante disso, pode-se perceber que a Assistência Social tem sido um campo de disputa de projetos societários, sendo que atualmente as políticas públicas são marcadas por cortes nos investimentos sociais, garantindo apenas os mínimos sociais. O Serviço Social, por sua vez, está inserido nesses espaços de trabalho, na perspectiva de gerar e construir práticas que viabilizem o acesso aos direitos. A fim de orientar a categoria profissional, o CFESS produziu uma Cartilha com os “Parâmetros para a Atuação do Assistente Social na Política de Assistência Social”, sendo essa uma importante ferramenta no que se refere ao direcionamento e ao entendimento da atuação profissional nessa política. Os Parâmetros orientam que o

[...] perfil do/a assistente social para atuar na política de Assistência Social deve afastar-se das abordagens tradicionais funcionalistas e pragmáticas, que reforçam as práticas conservadoras que tratam as situações sociais como problemas pessoais que devem ser resolvidos individualmente (CFESS, 2011, p. 18).

Esses Parâmetros são resultado, tanto do avanço crítico da profissão, que resultou no Projeto Ético Político da profissão, quanto da presença crítica e atuante do/a assistente social na luta pelo reconhecimento da Assistência Social enquanto um direito, exercendo a profissão em consonância com essa nova compreensão da política, constatando a necessidade de afirmar um novo perfil profissional para a atuação na mesma. Esse novo perfil, é gestado a partir da intenção de ruptura, quando a profissão assume um novo aporte teórico metodológico, o qual interfere diretamente na forma como a profissão vai realizar suas intervenções juntamente com os usuários.

Processo educativo de participação é [...] o processo que se expressa através da conscientização, organização e capacitação contínua e crescente da população ante a sua realidade social concreta. Como tal é um processo que se desenvolve a partir do confronto de interesses presentes a esta realidade e cujo objetivo é a sua ampliação enquanto processo social (SOUZA, 2004, p. 84).

Essa nova compreensão do processo educativa da participação encontra respaldo no Código de Ética da profissão, enquanto resultado do protagonismo da profissão nos seus setores progressistas, contando com o processo de reorganização das classes trabalhadoras e dos movimentos democrático-populares, no contexto de redemocratização da sociedade brasileira dos anos 80. O Código é um grande avanço para a categoria profissional, que assume seu PEP ligado a uma nova ordem societária, reconhecendo-o a partir da leitura crítica marxista, que movimenta a categoria a assumir a luta da classe trabalhadora, pautada pela liberdade e democracia (BARROCO, 2011). O Código de Ética apresenta pela primeira vez o compromisso ético-político com os usuários, o que é possível constatar, conforme segue:

Artigo 5º São deveres do/a assistente social nas suas relações com os/as usuários/as: a - contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais; b - garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais, resguardados os princípios desse Código; c - democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as (BRASIL, 1993a).

O/a assistente social tem um compromisso ético de viabilizar espaços onde os usuários/as possam participar ativa e democraticamente, tendo acesso às informações quanto aos seus direitos e aos serviços. Pode-se assim dizer que o/a assistente social tem o compromisso ético de viabilizar em todos os atendimentos, individuais ou coletivos, o acesso à informação e espaços de possibilitem que as decisões sejam tomadas de forma democrática. Nesse sentido, o/a usuário/a relata que vê a necessidade de que o CRAS seja de fato um espaço

de informação coletiva, a partir de onde a comunidade possa buscar a informação para os seus direitos.

[...] eu acho que é bem importante que o pessoal da comunidade venha, porque tem bastante coisas ainda que dá pra aproveitar aqui dentro do CRAS. Dá pra gente dar continuidade. Mas eu ainda acho que falta um pouco de calor humano, do bate na porta. Porque as pessoas tão vindo muito procurar aqui, não muito com o objetivo de participar, mas sim com o objetivo de ter uma coisa pra si próprio. E eu acredito que se a gente se ajuntasse todo mundo junto, conseguia fazer uma coisa bem melhor. Mas eu acho importante sim, né, que o pessoal viesse, que reunisse, que tivesse mais atividade com a comunidade inserida dentro do CRAS. Seria importante (Usuário/a 04).

O serviço de Assistência Social é da comunidade, onde ela deve participar, sentir-se em casa, debater suas demandas, ser acolhido e encontrar formas de resistir e construir pautas coletivas. Importante o destaque no que se refere ao serviço “bater na porta” das pessoas, aproximar-se da realidade, adentrar no território. Esse tem sido um grande desafio, uma vez que muitos serviços não dispõem de recursos, como por exemplo, carro que possibilite aos trabalhadores circular pelo território, construir processos mais próximos da população. Por outro lado, o acesso dos/as usuários/as ao serviço se dá por demandas pontuais e individuais, que não produz processos de mobilização e participação mais efetivos.

O CRAS, enquanto um serviço da Assistência Social, é reconhecido pela população como um espaço de informação, onde se tem a possibilidade de reconhecer os direitos e se informar quanto a conjuntura. O/a usuário/a relata a experiência de participação nas Rodas de Conversa e nos grupos do CRAS, reconhecendo os mesmos como espaço de informação. “Sim, pra mim é bom, porque a gente vai descobrindo vários benefícios que a gente tem e às vezes o governo tá cortando muitos benefícios nossos, assim. Nós temos direito né e eles estão tirando” (Usuário/a 01).

O acesso à informação é um constitutivo indispensável nos espaços de participação, pois possibilita aos/as usuários/as o conhecimento dos seus direitos, uma visão crítica da realidade e a possibilidade de se organizar e lutar pelos mesmos. Nos espaços de trabalho, nem sempre é possível garantir o direito, devido a toda conjuntura e precarização, porém é possível socializar a informação, contribuindo para a organização da população na luta pelo direito.

Os/as usuários/as manifestam a preocupação e a necessidade de que os serviços de Assistência Social estejam perto da realidade da comunidade, orientando e informando quanto às situações que ocorrem no território, bem como aquelas presentes na luta pelos direitos. Quando o serviço público de Assistência Social não contempla, não garante a informação e a discussão dos direitos sociais como o acesso à água potável, à luz elétrica, e outros, percebe-se que há uma insatisfação da comunidade frente ao serviço, conforme o relato:

A gente teve agora mesmo o problema da água na nossa comunidade, que a gente tá ficando sem água, quem tinha carro buscava pros vizinhos, né. Na bica né, mas foi bem precário. Agora nós temos da luz também. E não vimos nenhuma assistente social chegar em nós e explicar: ‘tá sendo feito uma reforma na CEEE, assim e assim’, mas o pessoal da comunidade que não tem condições vão procurar fazer, né, com que tenha luz carente, não sei se ainda tem, né. Mas que tenha de alguma maneira o respaldo de uma assistente social. Porque as pessoas estão entrando em nossa comunidade, estão fazendo acontecer as coisas e não estão nos perguntando ou nos orientando como vamos agir daqui pra frente. Eles estão simplesmente trocando os postes, trocando a luz, e botando um poste novo pra quem já tem. E quem não tem? E quem não paga? E quem tem o famoso gato que a comunidade praticamente quase toda? A gente vai fazer o que com essas famílias? Vai deixar sem luz? Até então vim alguém e dizer, bom aí a assistente social vai chegar, eu vou ter que ir na assistente social e dizer, olha infelizmente o meu filho passou mal de madrugada, morreu, porque eu estava sem luz, não enxerguei. [...] Acho que a gente precisa sim de fortalecimento e conversa, mais, sabe, mais aberta. Às vezes o povo até não tende a palavra como a assistente social vai colocar, mas tendo mais um líder comunitário, tendo a cabeça mais aberta, vai entender e vai explicar pra aquela pessoa na linguagem do popular (Usuário/a 04).

A população reconhece no/a assistente social um profissional comprometido com a realidade, que precisa conhecer, estudar e se informar quanto às mudanças e situações que envolvem o espaço, território onde está atuando. O/a profissional é identificado/a como um agente propulsor de espaços de formação e informação para com a população, pois tem apropriação da realidade, sabe a dificuldade do acesso ao direito à educação, à saúde, à água potável, à luz elétrica e outros. Essas são demandas que precisam chegar aos espaços de trabalho e despertar para atividades coletivas de mobilização.

É possível perceber que o/a usuário/a 04 apresenta que ainda há resquícios de um fazer profissional fiscalizador, “bom, aí a assistente social vai chegar”, de alguém que está fora do contexto e realiza intervenções de forma punitiva, porém essa não é sua função. Outro dado ainda a considerar é a questão da linguagem técnica que em alguns espaços tem dificultado uma interação com a comunidade. Para superar essa dificuldade, o/a usuário/a acena para a articulação com lideranças, associações e organizações da própria comunidade, a fim de construir juntos espaços efetivos de aproximação do serviço com a comunidade e processos de formação e informação. Ou seja, percebe-se que há um apelo para que o serviço seja o mais próximo da realidade, do dia a dia, da comunidade e o/a assistente social é o/a profissional reconhecido como o protagonista dessa aproximação.

Nesse sentido, para além dos espaços de atendimento individual, é necessário criar novos espaços, através de atividades coletivas junto com a comunidade, através de articulações com as lideranças comunitárias, a fim de conhecer a realidade, democratizar as informações e construir processos de resistência. Esses espaços, por vezes não estão instituídos, precisam ser

criados e gestados pelos profissionais, pois tal tarefa se refere a um compromisso ético-político da profissão, na perspectiva da construção de uma nova ordem societária.

A informação é fundamental para construção de relações de igualdade e democráticas. Quem é detentor de informações e do conhecimento pode fazer escolhas que sejam compatíveis com suas necessidades e possibilidades e pode desenvolver sua capacidade crítica à medida que recebe e que tem acesso aos meios de informação (BARROCO; TERRA, 2015, p. 174).

Nesse sentido, cabe ao/à assistente social criar espaços onde possam ser democratizadas as informações quanto aos programas disponíveis nos diferentes espaços de trabalho, bem como informações que possam vir a mobilizar os usuários e a participar na luta pelos direitos. Por vezes, os serviços de Assistência Social são assim reconhecidos, conforme constata o/a usuário/a.

Ah, de que forma tem muita gente que é mal informado, que não sabe das coisas e indo pra lá fica bem informada e, como é que eu vou dizer, sabe os seus direitos. O CRAS precisa de mais participação da comunidade né. Pra ficar mais informada das coisas da comunidade, porque tem muitas pessoas, por exemplo, ali na Lomba mesmo que não sabem dos seus direitos, que são bem mal informados. Não é burra como o pessoal fala, são tipo mal informada mesmo (Usuário/a 02).

Conforme consta, nos serviços de Assistência Social é depositado o compromisso de informar a população, que não encontra outro lugar onde possa tomar conhecimento de seus direitos. Reconhece-se o/a assistente social como um/a trabalhador/a que tem a sensibilidade e proximidade com a população. Essa população é reconhecida pelo/a usuário/a como sujeito de direito que precisa ser informado para que possa construir espaços coletivos nos quais participe, de fato, enquanto comunidade.

A partir dessa reflexão, é possível constatar que os serviços de assistência precisam favorecer espaços de informação para a população usuária, especialmente no que tange aos direitos sociais. Um/a usuário/a inclusive relata que a participação favorece que as pessoas conheçam os diferentes projetos e programas que tem o direito ao acesso, o grupo como um espaço onde se potencializa o protagonismo dos/as usuários/as para reivindicar e ser reconhecido/a como cidadão/ã de direito.

Pois só através da participação e da mobilização que a gente consegue, digamos, fazer, a gente que tem a Política para o Idoso da própria casa própria, mas se a gente não participa, se eu tenho esse recurso, eu não vou ter esse recurso que o governo disponibiliza. Mesmo muito precário. Mas se eu não participa, incentivar outras pessoas a participarem, elas vão ficar sempre lá achando que o governo tem que dá. Tem uma ocasião que eu conversei, a gente conversando, o governo tem que dá, consertar isso, tem que dar é obrigação. [...] Mas se não participar, se não for lá buscar, o governo não sabe que eu existo (Usuário/a 03).

A integração em grupos, como por exemplo, os grupos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos, possibilita a construção de estratégias coletivas na luta pelos direitos. Conforme relatado, a participação no grupo tem favorecido a implantação da Política Nacional do Idoso, bem como os demais direitos dessa parcela da população. Na medida em que a comunidade acessa o serviço e reconhece sua função, é possível constatar que são construídas formas de resistências e o fortalecimento do mesmo.

Usuários/as e lideranças comunitárias relatam que “na hora que o CRAS fecha, que necessita da ajuda da comunidade, nós, enquanto liderança, juntamos a parte que nós, que pode vir com a gente soma, né. E a gente vem junto porque é um objetivo nosso, da comunidade manter isso aqui” (Usuário/a 04). Há um reconhecimento da função e da importância do serviço do/a Assistente Social na e para a comunidade, especialmente na medida em que ela participa e que o serviço é aberto para as questões da mesma.

A partir do exposto, pode-se concluir que dentre as funções dos serviços de Assistência Social, uma das principais está diretamente relacionada ao acesso à informação e à promoção do diálogo com as demandas da comunidade. O/a assistente social é o trabalhador/a reconhecido/a como ‘o/a responsável’ e ‘o/a técnico/a’ que tem apropriação para construir os espaços coletivos e a comunicação com a comunidade. Ao passo que os/as usuários/as reconhecem a importância da participação, também apontam o quanto esse serviço tem contribuído na construção da luta pelos direitos sociais.

4.2 ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS COLETIVOS DE PARTICIPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

Ao se discutir a construção de espaços coletivos de participação e mobilização na Política de Assistência Social, faz-se necessário abordar a dimensão político-pedagógica²⁰ do Serviço Social que encontra na educação popular grande contribuição. A profissão se aproxima da educação popular no período da formulação do ‘Método BH’, que surge em Belo Horizonte, MG, nos anos de 1972 a 1975, através de um grupo de professores, estudantes e assistentes sociais que constituíam um Grupo de estudo da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Esse trabalho foi reconhecido como um

²⁰ Vargas (2014) compreende a prática político-pedagógica da profissão na ótica da educação popular, porém com o diferencial da atuação do/a assistente social a partir da perspectiva crítica e do PEP. Nesse sentido a prática profissional precisa levar em conta o contexto com experiências importantes para aprofundar o debate sobre as potencialidades de uma atuação voltada para a constituição de processos emancipatórios.

dos grandes expoentes que marcaram o processo de ‘intenção de ruptura’, “na redefinição do papel da profissão a partir de uma dimensão político-pedagógica” (VARGAS, 2014, p. 36).

No que se refere a aproximação com a Educação Popular, tem-se ali um movimento de romper com a suposta neutralidade do Serviço Social brasileiro. “Trata-se de uma ação educativa baseada numa ação-reflexão junto aos usuários, contribuindo para sua organização, que visava a conquista de espaços políticos” (VARGAS, 2014, p. 38).

Nesse período, a profissão constrói processos de educação popular com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a partir da proposta da Teologia da Libertação, bem como com movimentos de cultura e outros. Nesses processos, é possível constatar vários equívocos teóricos e ecletismos. Ao mesmo tempo, o Método BH foi importante na construção da ‘intenção de ruptura’, pois possibilitou ao Serviço Social a aproximação com a teoria marxista, assumindo como objeto de atuação profissional as expressões da questão social (MACHADO, 2012).

Tanto é que os formuladores de Belo Horizonte consideravam que o objeto de sua atuação eram “a ação social da classe oprimida”, seus objetivos meios eram “a conscientização, a capacitação e a organização” e seus objetivos fins eram a “transformação da sociedade e do homem” (MACHADO, 2012, p. 153).

Para Marx e Freire, o processo de conscientização é de suma importância no trabalho de base. Para Marx esse processo acontece através da ruptura com o senso comum, com a alienação, reconhecendo a totalidade da realidade, a fim de construir uma consciência crítica frente ao sistema capitalista posto. Marx compreende que a consciência crítica passa pela classe trabalhadora que construirá uma nova ordem social. Em outras palavras, Freire pensa a transformação, a conscientização a partir do espaço da educação, porém Marx reconhece essa transformação num sentido mais amplo de sociedade capitalista, onde a transformação necessária é de ordem societária como tal. A partir dessas observações é possível criar aproximações e caminhos junto à educação popular, nos diferentes espaços de intervenção profissional, uma vez que o processo de conscientização pode vir a gerar processos de mobilização e revolução. No entanto “as ideias de Freire e as ideias da proposta de Belo Horizonte podem ainda contribuir, na atualidade, para pensar a dimensão política da prática profissional, no fortalecimento da classe trabalhadora” (VARGAS, 2014, p. 37).

A partir dessa reflexão e da prática político-pedagógica da profissão, a construção de espaços coletivos pressupõe que o/a profissional reconheça e construa os processos a partir do que os/as usuários/as já têm de conhecimento.

[...] quando eu vim pra Roda de Conversa de agora, a gente foi, tipo, como se a gente tivesse, a assistente social que estava no momento quisesse saber o que a gente sabia sobre política, o que a gente entendida quanto assistente social, o que a gente entendia quanto política pública. E que naquele tempo, de antigamente, era que a gente vinha, procurava e aí elas orientavam a como a gente buscar. Ao menos nas que eu vim agora, já deu pra perceber que o pessoal já sabia até aonde tu tem conhecimento, até onde tu sabe (Usuário/a 04).

Há uma mudança considerável no processo de construção dos espaços coletivos a partir do momento em que são consideradas as contribuições e o conhecimento que já estão presentes na realidade e na vida dos/as usuários/as para, a partir de então, construir processos de reflexão. O/a assistente social, como qualquer trabalhador/a, precisa reconhecer o que o/a usuário/a tem de compreensão e de conhecimento da política pública, conhecimento que passa pelo acesso que tem aos serviços e como esses se efetivam. O/a usuário/a 04 relata que pode perceber que todos tinham algum conhecimento sobre o tema que era discutido. Esse dado confirma que há um conhecimento que precisa ser potencializado nos/as usuários/as e, ao mesmo tempo, compartilhado, discutido, a fim de que seja sempre mais amplo no que se refere aos direitos, à cidadania, para que a mesma se efetive.

Primeiro a gente tem que ouvir deles a opinião, o que eles acham, se é realmente ‘interessante essas oficinas’, ‘bah, participaria’, ‘acho que tem a ver mesmo com o que a gente está vivendo’. Realmente eles trazem muito isso de que hoje os governos não querem saber dos pobres, eles trazem isso, de que pobres, estão deixando os pobres cada mais de canto. Eles trazem de que daqui a pouco a gente vai ficar à míngua, eles realmente trazem esse palavreado assim. Então, isso eles trazem. Talvez isso seja um, o disparador para fazer uma oficina, por que a gente precisa ter o conhecimento da realidade que eles vivem. A gente precisa conhecer qual é a realidade e se isso vai fazer a diferença pra eles, se não faz diferença pra nós, pode ser que a gente tenha esse, mas se pra eles não faz diferença vai ser um tempo que não vai ser bem aproveitado e não vai haver a participação. Se eles não se sentirem implicados eles não vão participar (Assistente Social 06).

O fato de considerar o conhecimento já presente na realidade, ou ainda reconhecer a realidade da população, está diretamente implicado com a efetivação e a participação da população. Para além de participar, esses espaços precisam significar algo para a vida das pessoas, para seu processo de protagonismo. Esses espaços também favorecem a troca de informações de profissional e usuários/as, onde ambos trazem um conhecimento a partir dos espaços onde participam e se envolvem. Um/a assistente social entrevistado/a relata que no seu espaço de trabalho é constante essa troca de informação.

E eles também trazem pra mim as informações, porque eles também estão no movimento. Então a gente faz uma troca. ‘Olha dona ... eu fui, nós fomos hoje em tal lugar, fomos fazer um manifesto’. Eles também trazem. Trazem o jornalzinho com as fotografias. Então isto é uma troca constante na questão da participação e no todo (Assistente Social 01).

Nesse sentido, pode-se reconhecer que nos espaços de intervenção é importante haver troca de saberes, de informações, a fim de possibilitar um espaço onde a comunidade possa discutir sobre seus direitos, suas lutas e continuar a se mobilizar. A prática político-pedagógica está diretamente relacionada “à capacitação, mobilização e participação populares, mediante, fundamentalmente, processo de reflexão, identificação de necessidades, formulação de demandas, controle das ações do Estado de forma qualificada, organizada e crítica” (ABREU, 2016, p. 255). Reconhecer as demandas dos/as usuários/as é de fundamental importância no processo de organização da população, pois isso possibilitará um novo jeito de construir o serviço, a fim de que se efetivem os processos de reflexão.

Então a gente faz todas essas reflexões naquele espaço ali. [...] a gente tem a perspectiva de fazer não só com que eles venham até o CRAS, mas que a gente vá até os espaços onde eles estão, a praça, o Largo dos Estudantes, enfim. E aí faz esse movimento coletivo. Tem uma colega que faz o grupo de fotografia com crianças e adolescentes e aí trabalha na perspectiva da criança e adolescente família, numa ação descentralizada, no bairro onde a gente identificou situação de maior vulnerabilidade (Assistente Social 05).

A prática político-pedagógica possibilita construir espaços coletivos a partir das demandas, das necessidades e dos próprios espaços onde os/as usuários/as já se reconhecem, como praças, associações de bairro, etc, potencializando a organização que já existe. Ao mesmo tempo os serviços de Assistência Social também apresentam espaços onde é possível potencializar a organização e a socialização de informações, identificado pelos/as entrevistados/as como Assembleias semanais, Cine Debate, Oficinas, Acolhida Coletiva, grupos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, dentre outros. Esses espaços são identificados pelos/as entrevistados/as como parte do processo de participação e mobilização.

O primeiro momento de mobilização e participação é socializar as informações, é poder fazer com que eles se sintam pertencentes a aquela política, entendam o que que é aquilo ali, pra que serve a política. O segundo passo da mobilização e da participação, eles já tendo as informações aí é o deixar eles conduzir, deixar eles fazerem enfim o que tem que ser. A poder gente respeitar, respeitar os espaços deles, respeitar a voz deles, respeitar o que eles têm a contribuir [...] (Assistente Social 05).

A prática profissional precisa possibilitar o protagonismo dos/as usuários/as num sentido de que os mesmos possam ter a autonomia para contribuir e opinar na luta pela efetivação de seus direitos. Nesse sentido é importante citar a experiência construída durante o Estágio Obrigatório no CRAS Ampliado Lomba do Pinheiro onde, a partir do Projeto de Intervenção, foram criados espaços coletivos, reconhecidos como “Rodas de Conversa sobre Direitos e Cidadania”. Aconteceram 08 Rodas, abordando temas de interesse da população e relacionados com os direitos sociais que estavam sendo discutidos no contexto de cortes de

direitos e da contrarreforma, a fim de informar a população. Segue um quadro com o número de Rodas de Conversa, o tema e o número de participantes.

Quadro 03: Rodas de Conversa, tema e número de participantes

	Data	Tema	Número de participantes
01	12.09.2016	Cadastro Único	17
02	03.10.2016	Direito a transferência de Renda	09
03	22.11.2016	PEC 241/2016	25
04	06.12.2016	Atual conjuntura da Assistência Social em Porto Alegre	09
05	19.12.2016	Precarização dos serviços públicos	05
06	13.03.2017	Reforma da Previdência	05
07	10.04.2017	Conferências de Assistência Social	04
08	08.05.2017	Avaliação das Rodas de Conversa	04

Fonte: Sistematização da autora a partir de dados do Relatório do Estágio, BOTH (2017).

No caso das Rodas de Conversa desenvolvidas no processo de estágio, elas foram um espaço de discussão e informação, desencadeando outras atividades coletivas como Audiência Pública, Mobilizações de Rua contra a PEC 241/2016 e da Reforma da Previdência e outras. As mesmas foram realizadas em articulação com lideranças comunitárias, Conselho Popular da Lomba do Pinheiro, Rede da Criança e Adolescente, serviços da Assistência Social (CRAS, CREAS, SAFs, SCFV conveniados, etc) do território e outras. Nesse sentido é importante reconhecer os processos de mobilização já construídos pela comunidade e que ainda precisam ser fortalecidos, em articulação com outros segmentos sociais empenhados na luta pelos direitos sociais. Uma liderança comunitária relata a importância dessas mobilizações com a articulação dos diferentes serviços, conforme consta:

Uma foi quando nós articulamos a região e também os serviços da comunidade e, principalmente dos servidores do CRAS, com a questão da nossa contestação dos 20 anos de congelamento das políticas. Aquilo foi emblemático, ele teve repercussão na região, porque a gente fez um protesto, fechando a rua, numa forma tranquila, mas aqui foi muito importante. Fez com que as pessoas que passassem pudessem enxergar o que estava se passando e porque as pessoas estavam paradas ali. Então, essa interrogação teve um processo de consciência crítica pra quem não sabe o que estava se passando, como tem gente que hoje ainda não percebeu que esses 20 anos vai trazer prejuízo pra todo mundo. O outro foi sobre a Reforma da Previdência, uma audiência pública que nós fizemos. E também o CRAS foi extremamente importante, por que na saída da Lomba, às 7 horas da manhã, estava lá panfletando os carros. Conscientizando a comunidade sobre o que significava a Reforma da Previdência. Então foram dois momentos importantes da relação da comunidade com o CRAS (Liderança comunitária 01).

Conforme a/o liderança comunitária 01, pode-se constatar que as mobilizações também favorecem processos de conscientização, num sentido de fortalecer uma visão crítica diante da

realidade posta de cortes nos recursos e investimentos sociais, agravados com os projetos de contrarreforma. Os relatos das duas mobilizações demonstram possibilidades construídas no coletivo dos serviços, usuários/as, lideranças e outros, a fim de possibilitar que a comunidade tome consciência da situação e da conjuntura. “A mobilização, ela pressupõe a possibilidade da gente fazer com que mais pessoas possam compreender a necessidade, que juntos eles são mais forte, né” (Liderança comunitária 01). Ou seja, a mobilização atinge mais pessoas, tem maior repercussão e torna conhecida a pauta da luta, da reivindicação, por isso ela é na rua e outros espaços de maior proximidade com a população. Ou ainda, “mobilização pra mim é mobilizar o povo pra entender a real situação dos problemas, né [...] é uma maneira de mostrar que tu, mostrar que é tu que manda e não os políticos (Usuário/a 01). Então mobilização é uma expressão do protagonismo do cidadão, que tem uma consciência crítica, que protagoniza processos de reivindicação de seus direitos e exige sua efetivação.

Rodas de Conversa e todas as atividades coletivas que acontecem na Assistência Social podem potencializar processos de mobilização em outros espaços de participação, como o que foi citado pelo/a usuário/a Orçamento Participativo²¹ (OP).

É muito importante porque a mobilização é onde a gente adquire muitas coisas que precisa na política mesmo. Com a mobilização até idosos, claro que eu trabalhei isso antes, mas às vezes estão lá em casa, na sua casa e não sabe o que fazer, até mesmo pra ir no médico. Às vezes tão lá, e estão jogados. Então a gente na mobilização que eu participo via Orçamento Participativo, via outros que eu sempre trabalhei, esse trabalho de mobilizar a gente visitou muitos locais onde a gente achou pessoas que estavam praticamente, como é que citaria? Tipo um *ermitão* que a gente lê nas histórias. Lá no meio do mato, bem distantes, sem lê... Então nesse trabalho assim da mobilização, a gente conversou com idosos, crianças, adolescentes... Então mobilização é muito importante (Usuário/a 03).

Conforme consta, os processos de mobilização possibilitam chegar a diferentes espaços e pessoas, especialmente das que se encontram distantes dos serviços e das informações quanto aos seus direitos. Sendo assim, a mobilização gera processos de aproximações e de conhecimento da realidade, que, por vezes, está invisibilizada pelos serviços públicos, ou seja, “visitando locais bem distantes”, que estão sem o acesso a tais serviços e equipamentos públicos sociais.

²¹ O Orçamento Participativo (OP) foi implantado em Porto Alegre em 1989. O OP é um mecanismo governamental de democracia participativa que permite aos cidadãos influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos, através de processos da participação da comunidade. A participação acontece em momentos prioritários: as reuniões preparatórias, a Rodada Única de Assembleias Regionais e Temáticas e a Assembleia Municipal. O OP é um processo dinâmico busca atender às necessidades locais, a partir de um formato facilitador, ampliador e aprimorador do debate entre o Governo Municipal e a população. Conforme dados: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p_secao=1129 – Acesso dia 24 de abril de 2018.

Nesse sentido, importante reafirmar que cabe ao/à assistente social, enquanto trabalhador/a na Política de Assistência Social, retomar e assumir o potencial das atividades coletivas no espaço de trabalho, a partir de seu projeto profissional e ético-político. Faz parte da dimensão pedagógico-interpretativa do trabalho do/a assistente social na Política de Assistência Social a socialização de informações e saberes no campo dos direitos, da legislação social e das políticas públicas, dirigida aos/às diversos/as atores/atrizes e sujeitos da política: os/as gestores/as públicos/as, dirigentes de entidades prestadoras de serviços, trabalhadores/as, conselheiros/as e usuários/as (CFESS, 2011).

Reitera-se que o/a assistente social tem o compromisso ético-político de socializar a informação com os/as usuários/as, em todos os espaços de intervenção, sejam eles em atendimentos individuais, bem como em intervenções coletivas, em espaços de mobilizações. Nesse sentido, é preciso reconhecer o contexto de ataque aos Direitos Sociais vivenciado no atual momento histórico, bem como a manipulação de informações realizadas pelos MCS, deixando a população à mercê da verdade.

Por sua vez, o conjunto CFESS/CRESS e Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino em Serviço Social (ABPESS) tem contribuído na sistematização de informações que possibilitam ao profissional uma leitura crítica da realidade e do cenário dos direitos, bem como o acesso à informação. “A gente fala do constante aprimoramento intelectual, a gente também está falando de a gente se subsidiar, de estar preparados pra poder fazer isso também” (Assistente Social 05). A organização da profissão é uma ferramenta importante no processo formação continuada, possibilitando o acesso a subsídios que possibilitam a leitura crítica dialética da realidade e um posicionamento ético político orientado pelo projeto profissional.

É bom lembrar que essa legitimidade política está presente no Código de Ética e nos marcos legais que regulamentam o exercício profissional e seu processo formativo, assim como nas múltiplas decisões, deliberações que reafirmam o fortalecimento do projeto ético-político profissional e a organização coletiva da categoria profissional (YASBEK, 2014 p. 690).

É importante que a categoria profissional possa reafirmar o PEP colocado em disputa em tempos de avanço do neoliberalismo. O projeto societário, assumido pela profissão, respalda e orienta, no sentido de criar espaços e articulações com a comunidade, a fim de gerar espaços coletivos de participação e de mobilização. Por dentro dos serviços, da própria Política de Assistência Social, é possível fortalecer os espaços coletivos a partir do posicionamento profissional, da democratização dos espaços, a fim de que os/as usuários/as possam ser protagonistas dos processos e da luta pelos direitos sociais.

4.3 DESAFIOS ABERTOS NA CONSTRUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO

Os/as Assistentes Sociais entrevistados/as todos/as atuam ou atuaram em serviços da Política de Assistência Social, sendo esses serviços públicos ou desenvolvidos por organizações não-governamentais, na Proteção Social Básica e na Proteção Social de Alta Complexidade. Os/as profissionais fazem parte do GT Assistência do CRESSRS, espaço de participação e de mobilização da categoria profissional, bem como de outros espaços, como Frentes, Fóruns, Conselhos, Sindicatos, etc. Ou seja, os/as entrevistados/as constam de um grupo de profissionais que, para além de sua atuação nos serviços de Assistência Social, estão envolvidos em outros espaços importantes de participação e mobilização da categoria profissional e da classe trabalhadora.

Todos/as destacaram, em suas falas, o quanto os processos de participação e mobilização estão implicados com o fazer profissional do Serviço Social nessa política, sem distinção de serviços. “Eu acho que Política de Assistência Social, da forma como ela está colocada hoje, como ela foi pensada, por si só ela estimularia pra um processo de participação e mobilização social” (Assistente Social 05). Nesse sentido, há um destaque no que se refere às experiências de participação na construção da política a partir da inserção e do diálogo com a comunidade.

Tem uma experiência bem interessante nessa questão da participação, porque começamos muito tempo atrás, até quando eu trabalhava na casa de convivência para população em situação de rua, a gente fez muito o movimento de participação com as mulheres, grupo das mulheres e com toda a população dentro da casa, da gente participar das atividades, dos encontros. Nós íamos muito em encontro, até na, era realizado lá na Paróquia do Santo Antônio. Então nós tínhamos muito isso. E daquele movimento, tinha a partir da Fundação de Assistência Social, as colegas todas, a casa de convivência também. Então a partir dali, do sempre em articulação com as equipes desses serviços, a gente promovia encontros e falas, e movimento de reuniões mesmo, pra gente poder pulsionar essa questão. E a partir dali, daqueles movimentos, veio surgindo, veio surgindo o movimento de População em Situação de Rua, que tá até então. Então foi um processo de muita participação e de muita, como se diz, de persistência sim de toda uma equipe junto com eles, de poder estar instigando essa participação. E eu em partilhar, trabalhei também em muitos projetos em organizações não governamental e tive também muito esse movimento. Também de reuniões nas comunidades, de ir nas caminhadas junto com a comunidade, participei de conselho, de associação (Assistente Social 01).

Assim, pode-se perceber que o Serviço Social se encontra junto e implicado com o movimento dos/as usuários/as, instigando, mas também possibilitando ferramentas e espaços para que a organização se efetive, como, por exemplo, o Movimento Nacional de População de Rua e outros. A profissão tem o compromisso de construir espaços coletivos de participação e

mobilização, sendo essa parte do fazer profissional na perspectiva da sua prática político-pedagógica, onde o/a profissional pode contribuir para a formação da cultura, na perspectiva emancipatória e de protagonismo dos próprios usuários (ABREU, 2016).

Acho que a questão desse processo que a gente tem que fazer do acesso à informação do usuário, é fundamental também. Como é que eu vou me mobilizar em cima de um direito seu eu não conheço o direito? [...] E esse exercício é importante, e isso ele é organizado em assembleias, ela pode ser num espaço de escuta. Ele tem que ser uma intencionalidade permanente assim que eu vejo que está colocada. Agora, os grupos de convivência do PAEFI, do PAIF, então eles são, a gente pode não chamar de assembleia, mas eles, esse processo, essa intencionalidade, assim mobilizadora que avance no sentido da organização são fundamentais (Assistente Social 02).

Sendo assim, em todos os serviços da Política de Assistência Social é possível criar espaços onde sejam compartilhados com o/a usuário/a informações, a fim de potencializar e despertar a luta pelos direitos sociais. Esses espaços fazem parte dos serviços e na atuação profissional precisam ser assumidos, ou seja, “sempre no meu exercício profissional sempre foi uma das minhas metas, objetivos, tá intrínseco também da intervenção, assim, faz parte” (Assistente Social 03). O profissional também precisa estar implicado nesse processo, ou seja, ser algo que o identifica, pois faz parte do PEP.

Agora mesmo na manifestação que teve em defesa da FASC, essa semana, a gente foi proibido de participar pela própria gestão da FASC porque não poderíamos compensar as horas, não aceitaríamos as horas e não justificariamos que a gente estava lá na manifestação. Isso que é em defesa da política, da FASC. Eu fui, eu iria de qualquer forma, eu defendo isso, então é muito. Da minha parte eu não posso não participar disso, porque é muito incoerente, né. E daí eu conversei com os usuários e a gente foi, bem legal, elas também conseguiram entender um pouco mais, conseguiram até se expressar. Aí eu botei uma pilha, ‘vamos falar, vamos falar’, pegaram microfone, aí foi uma falou da importância. Então esses pequenos momentos que a gente conseguiu construindo isso. A pessoa também precisa se sentir potente pra poder se encorajar. Então isso faz parte do nosso trabalho no dia a dia, incentivando, valorizando, ressaltando as potências das pessoas e não só trabalhando em cima do que não deu certo, [...] (Assistente Social 03).

Em tempos de crise, de ameaça direta aos direitos sociais e de ataques aos trabalhadores/as, especialmente aos trabalhadores/as que assumem a defesa da política pública, faz-se necessário retomar as atribuições, prerrogativas da atuação profissional nos diferentes meios, a fim de se respaldar. A defesa da política pública, a inserção nos “espaços democráticos de controle social e construção de estratégias para fomentar a participação, reivindicação e defesa dos direitos pelos/as usuários/as e trabalhadores/as nos Conselhos, Conferências e Fóruns da Assistência Social e de outras políticas públicas” (CFESS, 2011, p. 20) são uma dimensão da intervenção profissional na política de Assistência Social. Sendo assim, essa dimensão faz parte da atribuição profissional que precisa ser resgatada, a fim de fortalecer a resistência e a construção de alternativas que venham na perspectiva dos direitos sociais.

A questão da participação e da mobilização se apresentam também como um desafio aos próprios assistentes sociais, sendo que além de gerar espaços dentro dos serviços, é necessário trabalhar da porta para fora, articular, mobilizar e construir resistências. Conforme a/o Assistente Social 03, por vezes a participação tem implicações diretas, como não pagamento dessas horas, perseguições nos espaços de trabalho, dentre outros. Esse fato também precisa ser reconhecido quando se trata desse tema, pois tem implicações na construção desses processos e no reconhecimento de que em alguns momentos os mesmos se encontram enfraquecidos.

Nesse contexto que nós estamos atualmente, está frágil a participação. E deveria estar muito mais intensa por uma caminhada que todos nós mesmos, assistentes sociais, a população, nós mesmos começamos num impulso que foi muito intenso e é ainda. Mas devido ao contexto que nós estamos de mundo e de sociedade agora, parece que tá frágil a participação. Isso é o meu sentimento. Sabe de participação precisaríamos muito mais (Assistente Social 01).

Pode-se perceber que os próprios profissionais reconhecem que a atual conjuntura tem fragilizado os movimentos de resistência, tem gerado processos de participação diferentes de um período anterior quando ainda se lutava pela constituição da Política. Nas falas de todos os/as profissionais é possível identificar o compromisso profissional, a partir do PEP e do projeto societário, com a construção e viabilização da participação, da organização dos usuários e da mobilização. Porém, é necessário reconhecer que a construção desses processos está diretamente relacionada com os interesses de classe, na respectiva de superação do capitalismo “tendo como horizonte a conquista da emancipação humana, passando pelas lutas democráticas e pelo fortalecimento de processos emancipatórios das classes subalternas e de toda a sociedade” (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 600).

Partindo dessa reflexão, ao atuar nos serviços de assistência social, na interlocução com os/as usuários/as, o/a assistente social desenvolve diferentes competências, estratégias e procedimentos específicos no sentido de que sua atuação possibilite uma intervenção orientada pela perspectiva crítica. Nesse sentido, cabe ao/à assistente social desenvolver formas e estratégias que venham a favorecer a participação dos/as usuários/as e movimentos sociais no processo de elaboração e avaliação do orçamento público. Bem como, é imprescindível instituir espaços coletivos de socialização de informação sobre os direitos socioassistenciais e sobre o dever do Estado de garantir sua implementação (CFESS, 2011). Ou seja, há um compromisso profissional com a construção da Política de Assistência Social enquanto um direito do cidadão, para quem devem ser favorecidos a participação e o acesso à informação. A falta de informação pode vir a contribuir para a pouca mobilização frente às mudanças nos direitos sociais, que

implicam diretamente na vida dos usuários, como o caso do Benefício de Prestação Continuada (BPC), relatado em duas entrevistas.

Uma das coisas que me chamou a atenção é que todas essas questões de BPC, tu não viste no Brasil nenhum movimento, acho que tu conta nos dedos os Estados, municípios que fizeram movimentos de usuários contra o MDS, nas questões que eles mudando nas legislações. Tu viste as categorias profissionais, mas eles, porque? Isso nunca é discutido com eles. Eu tenho essa avaliação. Ou as discussões são muito frágeis (Assistente Social 04).

E hoje nós temos um exemplo forte, que eu acho que é o que está acontecendo com o BPC hoje, como é que hoje os serviços estão passando para os usuários o que está acontecendo com o BPC? Essa transferência do BPC pra questão da condicionalidade do passar pro Cadúnico. O que isso representa? Senão, os espaços têm que ter um diálogo extremamente educativo, crítico, que empodere os usuários sobre os seus direitos sociais (Assistente Social 02).

Pode-se assim perceber que o/a assistente social precisa estar constantemente realizando análises da conjuntura, ou seja, fazendo a leitura crítica da realidade concreta, o que requer compreender o “movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e as particularidades regionais” (CFESS, 2011, p. 19). Isso é necessário a fim de estar instrumentalizado para gerar espaços de socialização da informação, ou seja, enquanto trabalhador/a da política de assistência social não pode ficar de fora do movimento, das mudanças que ocorrem na conjuntura da política pública, as quais incidem diretamente no trabalho e nos direitos sociais.

Para além da socialização da informação, é importante para que o próprio profissional esteja permanentemente informado, faça constantemente a leitura e análise crítica da realidade, pois assim estará instrumentalizado para contribuir com espaços e movimentos de resistência.

E agora tu vê que tamos retrocedendo. Eu não quero, não sou ingênua em achar que isso não tem nada a ver com o modelo capitalista que a gente vive. Nós tamos num período que o Estado e o Mercado tão muito unido e o Estado não está unido com a sociedade civil. Então nós tamos, como vou dizer, tamos fragilizados, e aí a gente tem que resistir. E são essas Frentes que, esses espaços que tu te reúne com colegas, com instituições e colegas de outras profissões, não necessariamente assistentes sociais, que tu vê que há um conjunto de cidadãos, militantes. Não partidários, mas militantes da Política de Assistência Social, trabalhadores que tem essa preocupação. Então tu tem uma identidade com essas pessoas e tu congrega forças, porque agora é um período que tu tem que resistir (Assistente Social 04).

Um indicador importante da pesquisa é a questão da participação do/a próprio/a assistente social nos espaços democráticos e de resistência, para além de apenas despertar e alavancar a participação dos usuários. Esse destaque é realizado a partir do PEP da profissão, isso pois, a profissão se entende também a partir da participação, da militância, caso contrário

perde sua identidade crítica, uma vez que “a participação, a mobilização é algo que sempre perpassou a nossa profissão” (Assistente Social 04).

Entretanto, ao mesmo tempo há um indicativo de pouca participação dos/as assistentes sociais nos espaços de participação da profissão, bem como nos espaços de resistência. Esse dado precisa ser considerado a partir do fato de que todos/as os/as assistentes sociais entrevistados/as participam do GT Assistência Social do CRESSRS. Com isso salienta-se que o grupo de profissionais entrevistados se constitui enquanto um coletivo que já participa e é atuante nos espaços coletivos da profissão, ou mesmo naqueles da política social a que se vinculam, ou seja, estão inseridos em espaços de participação para além dos espaços de atuação profissional direta. Esta realidade de participação profissional engajada não é predominante, infelizmente, o que leva aos próprios profissionais entrevistados a fazerem a crítica e conclamar a categoria profissional para participar.

Eu diria que nós utilizamos, nós enquanto categoria, utilizamos muito o discurso da participação social, discurso da mobilização, o discurso da organização coletiva, mas nós enquanto categoria temos muita dificuldade de nos organizar enquanto categoria. De nos mobilizar coletivamente e de participar. Nossa participação é bastante restrita. Se a gente não faz isso enquanto profissão, como é que a gente vai estimular isso? Nos territórios, nos espaços sócio-ocupacionais? (Assistente Social 05).

Diante disso, pode-se perceber que junto ao processo de estimular a participação e a mobilização dos/as usuários/as, está o processo de inserção do/a assistente social em espaços onde possa vivenciar esses processos. O/a profissional não tem isso como opção, mas como “compromisso ético e político da categoria” (Assistente Social 05), ou seja, precisa fazer parte da vida profissional. Nesse sentido, há um indicativo importante de criar novamente espaços de participação e de fortalecer aqueles já constituídos, a partir da inserção do serviço na comunidade.

Acho que nós deveríamos começar tudo de novo, passo a passo. A relação com a comunidade é muito importante, acho que isso tá faltando muito. Lembra, não sei se tu lembra, nós tínhamos toda a parte, nas comunidades, assim associação, clube de mães, grupo disso, grupo daquilo, e o Orçamento Participativo era um grande espaço de participação. [...]. Agora pela conjuntura que nós estamos, diminuiu, na minha visão, diminuiu a participação e existe a concepção muito de interesses políticos partidários. Esse é o meu, minha percepção (Assistente Social 01).

Voltar a olhar para os espaços de participação já existentes nas comunidades é importante, pois a partir deles é possível potencializar e ampliar a participação, tendo muita atenção aos interesses que estão presentes nesses grupos. O/a assistente social, a partir de sua prática político-pedagógica, tem a possibilidade de incidir na maneira de pensar e de agir dos

sujeitos envolvidos, no sentido de construir no coletivo uma sociabilidade contra-hegemônica, a partir do projeto societário assumido pela profissão (ABREU; CARDOSO, 2009).

Então isso é fundamental, fazer uma análise do território. E mais do que isso, tanto pra gente conhecer a dinâmica, cultura, como também para a gente poder identificar as potencialidades. Porque aí também conhecendo a gente vai identificando lideranças, pessoas de referência que vão podendo muitas vezes facilitar esse processo. Mesmo nos grupos descentralizados, que eu estava citando anteriormente, primeira coisa é mapear as comunidades no bairro, um local no bairro que a gente possa usar, e muitas vezes é a associação comunitária do bairro, é o espaço coletivo que eles já têm. Que a gente não vai criar um outro espaço, mas vai potencializar aquele espaço que é do território, que já está referenciado ao território e dando sentido também pra aquela ação, naquele espaço (Assistente Social 05).

Conhecer a realidade, identificar as potencialidades é de suma importância para gestar e fortalecer os espaços de participação já existentes e construir espaços a partir da proposta da política. O/a assistente social tem a formação técnica e as atribuições profissionais para a construção desses processos coletivos de participação e mobilização, porém precisam ser constantemente aprimorados e efetivados a partir do PEP.

No que se refere aos respaldos legais na construção de processos de participação e mobilização, nas entrevistas foi apresentado do quanto todos os Princípios do Código de Ética estão implicados na intervenção, todos interligados, correlacionados. Foram destacados os Princípios, especialmente no que se refere à questão do respeito aos usuários, à luta pela cidadania e pela conquista dos direitos sociais, à democratização da informação e dos espaços, defesa intransigente dos direitos humanos, à autonomia profissional nos espaços de trabalho, dentre outros. Sendo assim, é possível reconhecer que os/as profissionais compreendem seu fazer profissional, a partir do Código de Ética, do PEP, demonstrando que a profissão tem identidade em construção, que precisa ser fortalecida.

[...] Mas a questão da ética ao sujeito e os princípios da democratização das informações, do exercício dos direitos, da busca pelo exercício do direito, isso a gente tem que tá sempre buscando. Tem que permear toda a nossa intervenção, todas as nossas atividades, o acolhimento, o respeito ao cidadão. Essa, a gente precisa fazer esses momentos de reflexão sobre o vivido, as pessoas as vezes não conseguem né. Até com meus colegas, é pra mim também isso, a gente esquece. A gente troca as informações e a gente constrói o trabalho e o processo. Acho que a gente tem que sempre focar na visão de homem e de mundo que a gente tem, o que a gente quer. Então é isso que vai balizar o trabalho, a questão da ética, do respeito, da democracia, da democratização, das relações (Assistente Social 03).

Pode-se dizer, então, que o compromisso ético profissional está se constituindo no dia a dia da profissão, orientando, dando a direção para a atuação, num sentido de construir espaços coletivos a partir do respeito às diferenças, democratizando informações e espaços.

A discussão desse capítulo proporciona reconhecer o quanto a profissão está implicada na construção e efetivação de processos de participação e mobilização social, construindo-os a partir das atividades realizadas em seus espaços de trabalho, com a socialização da informação. A relação com os usuários, a partir da perspectiva de direito, passa a potencializar os espaços coletivos de intervenção onde é possível desencadear o protagonismo dos usuários, desde que esse processo seja continuado e não pontual.

A pouca participação dos/as Assistentes Sociais nas atividades de mobilização e participação, conforme constatado nas entrevistas, possibilita abrir um leque de interrogações que podem ser aprofundados em posterior estudo. Porém, pode-se afirmar que urge retomar espaços de formação continuada e análises de conjuntura realizadas nos serviços e no coletivo da política, a fim de fortalecer a unidade e encontrar formas coletivas de construir a resistência. Para tanto, faz-se necessário a ousadia de assumir o PEP, com todas as suas implicações e se posicionar frente a atual conjuntura, porém de forma coletiva, procurando somar e construir espaços onde os trabalhadores concursados, terceirizados e outros possam conhecer e somar na luta enquanto classe trabalhadora.

Pode-se perceber que as pautas para mobilização e articulação de trabalhadores e usuários são extensas, ao mesmo tempo em que há assédio aos trabalhadores, bem como diversas formas de perseguições e criminalizações a esses movimentos e espaços. Nesse sentido, um dado importante que tem surgido nas entrevistas e nos espaços de articulação dos trabalhadores é a questão de voltar às articulações mais de base, nos territórios, a fim de construir por dentro dos serviços caminhos de resistência. Importante também retomar a articulação junto aos serviços da rede local, a fim de construir processos, bem como articular com as organizações locais, sejam elas associação de moradores, grupos religiosos, organizações de pais, conselhos populares, dentre outros. A articulação com esses espaços existentes, com suas experiências e organizações, é um indicativo importante de caminhos a percorrer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho, buscou-se evidenciar a relação intrínseca e histórica da constituição dos processos de mobilização e participação no que se refere à construção do Serviço Social e da Política de Assistência Social. No entanto, a relação entre esses dois acompanha o todo do processo de constituição e luta pelo direito social. Nesse sentido, pode-se perceber a profissão como protagonista junto a outros trabalhadores/as, usuários/as, comunidades em todo o processo da construção dessa política social, bem como de toda a reestruturação necessária após esse processo.

Não é possível reconhecer esses processos sem realizar uma leitura da historicidade da profissão e da política, pois ela apresenta dados importantes que possibilitam reconhecer como os avanços foram construídos no coletivo, a partir de processos de resistência e insistência. Nesse sentido, percebe-se que as décadas de 80 e 90 foram muito importantes, uma vez que a Assistência Social passa a ser reconhecida como um direito social a quem dela necessitar e o Serviço Social assume o seu PEP, a partir do projeto societário assumido pela profissão e da perspectiva marxista. Essas décadas são um marco, pois possibilitam que a participação assumida uma nova direção, passa a ser reconhecida como um direito do/a usuário/a e um compromisso profissional, num sentido de que o/a usuário/a passa a ser reconhecido/a como cidadão/ã de direito e não mero/a cliente dos serviços. Todo esse redimensionamento exige um novo jeito de atuar, do fazer profissional na Política, ou seja, faz-se necessário um novo perfil profissional, que assegure os direitos a todos/as usuários/as que atender.

Outra consideração quanto às décadas de 80 e 90, conforme anteriormente discutido, é a questão de que todas as mudanças são possíveis a partir de processos de participação e mobilização social. A Constituição Federal, o processo de redemocratização do Brasil, e com eles os direitos sociais, materializados na Política de Assistência Social, são resultado de um processo de intensa participação popular e mobilização, onde a população construiu processos de resistência. Esses processos garantiram que a participação dos usuários, através do controle social, fosse instituída. Nesse sentido, a partir da revisão documental, no que se refere às legislações da Assistência Social, pode-se constatar que há diferentes espaços e uma abertura no que se refere à possibilidade de construir novos espaços de participação. Essa revisão possibilita afirmar que a Política de Assistência Social é um espaço amplo de participação ainda em construção, com a possibilidade de ser fortalecido e ampliado, inclusive a partir dos espaços de trabalho.

Sendo assim, pode-se afirmar que no processo de construção da Política de Assistência Social há um respaldo legal, expressos especialmente na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e na Lei Orgânica de Assistência Social (BRASIL, 1993b), para a participação social e mobilização, através dos espaços instituídos e com a possibilidade de construção de novos. Ou seja, através do controle social, a Assistência Social tem se recriado, sendo que nas Conferências está constantemente em pauta a questão da participação, a partir de onde passam a ser reconhecidos novas formas de organização que ainda possam vir a ser constituídas através da organização dos usuários.

Esse trabalho, a partir da discussão teórica do Serviço Social e da Política de assistência social, possibilita dialogar com a prática dos serviços através das entrevistas. A coleta de dados foi realizada com pessoas que participam de processos de participação e mobilização, o que é um indicador importante, pois todos apresentam a importância desses processos na luta e conquista dos direitos sociais, na busca de uma nova sociabilidade. Afirma-se isso, uma vez que a participação e a mobilização ainda estão em construção, sendo que a passagem da discussão teórica para a prática do dia a dia da política e da profissão ainda precisa ser fortalecida, ainda mais nesse período de ataque aos direitos e de contrarreforma. Foi destacado, nas entrevistas, a indissociabilidade desses processos com a constituição da Política e com o compromisso profissional, ou seja, eles precisam necessariamente se efetivar, contando com o respaldo legal e necessário para os mesmos.

Um dos pontos mais relevantes que resultaram da pesquisa foi reconhecer o quanto os processos de mobilização e participação fazem parte da identidade do Serviço Social, tanto que as pessoas entrevistadas identificaram o/a assistente social como o/a profissional que realiza a mediação da informação para com a comunidade, possibilitando assim a participação e a mobilização da mesma. Todos/as os/as profissionais relataram a importância de efetivar atividades/estratégias de intervenção coletiva, sendo que cada serviço tem sua especificidade como assembleias, oficinas, rodas de conversa, troca de informações, dentre outras. Essas atividades/estratégias puderam ser identificadas nas entrevistas como algo que é realizado nos espaços de trabalho e em espaços descentralizados como associações de moradores, praças, etc. Pode-se perceber que essas atividades/estratégias estão respaldadas tanto na Política como no PEP, ou seja, os profissionais as reconhecem como uma prática imprescindível nos diferentes espaços.

Os/as profissionais entrevistados/as apresentam também o seu envolvimento em espaços de participação na luta e defesa da política pública como um compromisso profissional, não uma opção individual, mas coletiva, da profissão. Sendo assim, a pesquisa despertou a

olhar esses processos para além dos serviços/atividades desenvolvidas na Assistência Social, visualizando-os, inclusive, nos espaços de luta e resistência onde usuários/as e profissionais estão articulados, tais como os Coletivos, Frentes, Fóruns e outros.

Por outro lado, foi possível constatar que ainda há pouca participação da categoria profissional do/a assistente social nesses espaços, o que foi evidenciado nas entrevistas. Nesse sentido, esse dado precisaria ser aprofundando, a fim de reconhecer quais são as reais implicações e atravessamentos que efetivamente tem distanciado muitos/as profissionais dos espaços de mobilização e organização.

Tanto profissionais como usuários/as reconhecem que a participação e a mobilização passam pela socialização da informação, ou seja, não há como lutar pelos direitos sem conhecer os mesmos. Portanto, esse estudo possibilita afirmar que hoje se faz necessário retomar a dimensão político-pedagógico da profissão, que a instrumentaliza a criar e gestar espaços de participação a partir das bases, dos serviços, dos territórios, das comunidades, em articulação com serviços de outras políticas, com lideranças comunitárias.

Ainda pode-se perceber que profissionais com uma atuação mais prolongada na Política conseguem reconhecer a trajetória histórica de conquistas da mesma, cujas mobilizações envolveram profissionais de diversas áreas e também usuários dos serviços e equipamentos. Isso faz com que os/as assistentes sociais identifiquem que muitas conquistas foram construídas em articulação com diferentes serviços, lideranças, associações de moradores e outros, indicando que hoje é preciso recriar essas articulações. Sendo assim, é possível afirmar que a profissão tem experiência com a construção de processos participativos, onde usuários/as são protagonistas da construção e os/as profissionais favorecem esses processos.

Por fim, aponta-se o desafio estabelecido com os processos de participação e mobilização a partir da atual conjuntura de retração de direitos sociais com os projetos de contrarreforma, criminalização dos processos de resistência, das implicações nos espaços de trabalho para com os profissionais: perseguições, assédio, etc, dentre outros. Pode-se afirmar, que o PEP não deixa a profissão ‘em cima do muro’, ou seja, o Serviço Social tem lado, o lado da luta pelos direitos, o lado dos processos de participação e mobilização que continuam sendo tecidos com resistência, insistência e persistência por tantos trabalhadores/as, usuários/as, lideranças comunitárias, dentre outras pessoas.

Nenhum direito a menos!

Em defesa do SUAS e da Seguridade Social!

Nossa escolha é a resistência.

REFERÊNCIA

A HISTÓRIA da Assistência Social no Brasil. Direção de Marcio Curi. Produção de Tvnbr. Realização de Ministério do Desenvolvimento Social e Combate A Fome. Coordenação de Elizabeth Cuti. Si: Nbr, 2010. (23 min.), son., color. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=qPE5MdntV2Y>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

ABRAMIDES, Maria Beatriz. 80 anos do Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 127, p.456-475, 2016. Quatrimestral. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n127/0101-6628-sssoc-127-0456.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

_____. Lutas sociais e desafios da classe trabalhadora: reafirmar o projeto profissional do serviço social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 129, p.366-386, 2017.

ABREU, Mariana Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

ABREU, Maria Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização Social e práticas educativas. In: CFESS; ABEPSS (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Cap. 5.7. p. 593-608.

AIRES, Fábila de Kássia Mendes Viana Buenos; GUIMARÃES, Simone de Jesus. A participação enquanto mecanismo de emancipação social no Brasil: avanços e retrocessos. **Ser Social**, Brasília, v. 17, n. 37, p.390-410, dez. 2015. Semestral. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/19042/13595>. Acesso em: 04 set. 2016.

ALVES, Jolinda de Moraes. Assistência Social. In: FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; HELLMANN, Aline (Org.). **Dicionário crítico: Política de Assistência Social no Brasil**. Porto Alegre: Ufgrs, 2016. p. 22-25.

ARAÚJO, Cleonice Correia et al. Resultados da pesquisa empírica sobre a implantação e implementação do SUAS nas regiões. In: COUTO, Berenice Rojas et al (Org.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010. Cap. 4. p. 92-134.

BARROCO, Maria Lucia Silva. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, p.205-218, jun. 2011. Trimestral.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de ética do/a Assistente Social comentado**. São Paulo: Cortez, 2015.

BOTH, Lizandra Inês. **Relatório Final de Estágio Supervisionado em Serviço Social III**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de Serviço Social, 2017. (Texto digitado)

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações técnicas sobre o PAIF: Trabalho social com famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias - PAIF**. Volume 2. Brasília: Governo Federal, 2012. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_P

_____. Conselho Federal do Serviço Social. Código de Ética do/a Assistente Social. nº 60. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Brasília, 13 mar. 1993a.

_____. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993b. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm>. Acesso em: 25 de abril de 2016.

_____. Constituição (1988). **Constituição Federal**.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Org.). **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: Governo Federal, 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política nacional de assistência social Pnas/ 2004: Norma Operacional Básica - NOB/SUAS**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 25 de abril de 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **CRAS - Centro de Referência de Assistência Social: Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social - CRAS**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf>. Acesso em: 25 de abril de 2016.

_____. Resolução do CNAS nº 11, de 23 de setembro de 2015. Caracteriza os usuários, seus direitos e sua participação na Política Pública de Assistência Social e no Sistema Único de Assistência Social, e revoga a Resolução nº 24, de 16 de fevereiro de 2006. **Resolução CNAS Nº 11, de 23 de Setembro de 2015**. Brasília, 23 set. 2015. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2015/cnas-2015-011-23-09-2015b.pdf/download>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

BRAZ, Marcelo. A hegemonia em xeque: projeto ético-político e seus elementos constitutivos. **Inscrita**, Brasília, n. 10, p.04-10, nov. 2007.

CAMPOS, Edval Bernardino. Assistência Social: do descontrole ao controle. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 88, p.101-121, nov. 2006. Quadrimestral.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. Ética e formação profissional em Serviço Social: do conservadorismo à emancipação. **Revista Katálysis**, [s.l.], v. 20, n. 3, p.325-334, dez. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592017v20n3p325>.

CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS, Esther Luíza de Souza; GOMES, Vera Lúcia Batista. Crise do capital e desmonte da Seguridade Social: desafios (im)postos ao Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 130, p.447-466, dez. 2017. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n130/0101-6628-sssoc-130-0447.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2018.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 112, p.613-636, dez. 2012. Trimestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n112/02.pdf>>. Acesso em: 04 maio 2018.

CMAS (Município). Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre, de 07 de janeiro de 1997. **Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre**. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/emas/usu_doc/regimento_interno.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2017.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, VII, 2009, Brasília. **Anais da VII Conferência Nacional de Assistência Social: Participação e Controle Social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. Brasília: S/e, 2009. 272 p. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/conferencias-nacionais/vii-conferencia-nacional/anais-da-vii-conferencia-nacional-de-assistencia-social-2009.pdf/view>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

CONSELHO FEDERAL DO SERVIÇO SOCIAL. **Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais: Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília: Cfess, 2011. 38 p. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2017.

COUTINHO, Calos Nelson. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2000.

COUTO, Berenice Rojas. **Direito Social e a Assistência Social na Sociedade brasileira: equação possível?**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, Berenice Rojas et al (Org.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010. Cap. 4. p. 32-63.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993. 176 p.

DINIZ, Beatriz Rodrigues et al. Desafios do Projeto Ético-Político do Serviço Social frente ao neoconservadorismo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES (AS) EM SERVIÇO SOCIAL, XV, 2016, Ribeirão Preto. **Anais**. Ribeirão Preto: Abepss, 2016. p. 1-12.

FUZIWARA, Aurea Satomi. Reflexões sobre o projeto ético-político profissional do serviço social e a democratização. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, v. 15, n. 1, p.83-100, jun. 2016. Semestral. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8647310/14262>>. Acesso em: 04 set. 2017.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) Assistente Social na atualidade. In: CFESS, Conselho Federal de Serviço Social - (Org.). **Atribuições privativas do/a assistente social**: em questão. Brasília: Cfess, 2012. p. 33-74. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma intervenção histórico-metodológica**. 39. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LONARDON, Eliana et al. O processo de afirmação da assistência social como política social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 8, n. 2, jun. 2006. Semestral. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2_sonia.htm>. Acesso em: 21 nov. 2017.

LEITE, Simone Souza. A Política de Assistência Social na história e seus dilemas no cenário recente: um debate necessário!. **Anais V Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luiz, p.1-10, 2011. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/IMPASSES_E_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DA_SEGURIDADE_SOCIAL/A_POLITICA_D E_ASSISTENCIA_SOCIAL_NA_HISTORIA.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2018.

MACHADO, Aline Maria Batista. Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 109, p.151-178, mar. 2012. Trimestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n109/a09n109.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2018.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Serviço social: identidade e alienação**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social). Volume 5.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**, s/c, p.1-22, s/a. Disponível em: <http://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2017.

_____. Das ameaças à crise. **Inscrita**, Brasília, n. 10, p.37-40, nov. 2007.

_____. O movimento de Reconceituação 40 anos depois. In: **Serviço Social & Sociedade**. N. 84. Ano XXVI, Nov./2005. p. 05-20.

_____. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 5. Ed. São Paulo, Cortez, 2001.

PAIVA, Beatriz; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane. Participação popular e assistência social: contraditória dimensão de um especial direito. **Katalizes**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p.250-259, dez. 2010. Semestral.

PASQUINO, Gianfranco. Mobilização. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 765-766.

PAGANINI, Juliana; VIEIRA, Reginaldo de Souza. A Política Nacional de Assistência Social no Brasil: Reconhecimento da Assistência Social enquanto política pública ou reprodução do assistencialismo?. **XII Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**, Santa Cruz do Sul, p.1-17, 2015. Unisc. Disponível em: <<http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/13169/2375>>. Acesso em: 09 fev. 2018.

PEIXOTO, Valdinízia Bento. **Projeto profissional do Serviço Social: as expressões da dimensão ético-política no exercício profissional dos gestores da Secretaria Municipal de Assistência Social de Fortaleza**. 2009. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9492>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

PINHEIRO, Marcia Maria Biondi. Práticas democráticas e participativas no SUAS: estratégias para ressignificar o direito socioassistencial. In: COLIN, Denise Ratmann Arruda et al (Org.). **20 anos da Lei Orgânica de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate A Fome, 2013. p. 154-169. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/20anosLOAS.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2017.

RAMOS, Samya Rodrigues. Limites e possibilidade históricas do Projeto Ético-Político. **Inscrita**, Brasília, n. , p.41-48, nov. 2009. Disponível em: <https://issuu.com/cfess/docs/revistainscrita-cfess__12_>. Acesso em: 06 nov. 2017.

SAMPAIO, Juliana et al. Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão pernambucano. **Interface: comunicação, saúde e educação**, Botucatu, v. 18, p.1299-1311, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v18s2/1807-5762-icse-18-s2-1299.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2016.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e et al. O processo de Reconceituação do Serviço Social no Brasil: Emergência do Movimento de Ruptura. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Org.). **O serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009. Cap. 2. p. 71-96.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Contextualizando o Serviço Social no Processo histórico Brasileiro. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Org.). **O serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009. Cap. 1. p. 23-70.

SOCIAL, Frente Gaúcha em Defesa do Suas e da Seguridade. **Posicionamento da Frente Gaúcha em defesa do SUAS e da Seguridade Social contra o retrocesso do SUAS em Porto Alegre e desmonte da FASC**. 2017. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/epsuas-rs/2017/06/21/posicionamento-da-frente-gaucha-em-defesa-do-suas-e-da-seguridade-social-posicionamento-da-frente-gaucha-em-defesa-do-suas-e-da-seguridade-social/>>. Acesso em: 02 maio 2018.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 8 ed, São Paulo: Cortez, 2004

SOUSA, Julise Cristina de et al. A efetivação do Projeto Ético Político Profissional no âmbito da Assistência Social. In: ENCONTRO CATARINENSE DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1., 2013, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: Cress - Sc, 2013. p. 1 - 9. Disponível em: <<http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/A-efetivação-do-PEP-no-âmbito-da-Assistência-Social.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

SOUZA, Sonia Aparecida da Silva de; GONÇALVES, Suélen Felipe. A Política de Assistência Social: Uma breve análise de seus avanços e retrocessos. **Anais do 6º Seminário Nacional Estado e Política Social e 2º Seminário de Direitos Humanos**, Toledo, p.1-12, 2014. Anal. Disponível em: <http://cac-php.unioeste.br/eventos/Anais/servico-social/anais/TC_POL_ASSIST_SOCIAL_BREVE_ANALISE_AVANCOS_RETROCESSO_S.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2018.

SPOSATI, Aldaíza. **A meninas LOAS: um processo de construção da Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2004. 84 p.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira et al. **Assistência na trajetória das Políticas Sociais brasileiras: uma questão em análise**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

TEIXEIRA, Joaquina Barata, BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Brasil). Serviço Social (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais**. Brasília: Cfess e Abepss, 2009. p. 185-199.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. A defesa do aprofundamento da democracia enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (Rio de Janeiro) (Org.). **Projeto ético político e exercício profissional em serviço social: os princípios de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais**. Rio de Janeiro: Cress, 2013. p. 55-63.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. Da barbárie ao paraíso. **Inscrita**, Brasília, n. 12, p.13-20, nov. 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Brasil). Serviço Social (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais**. Brasília: Cfess e Abepss, 2009B. p. 143-164.

_____. A dimensão política do trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p.677-693, dez. 2014. Trimestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n120/05.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2016.

_____. O significado sócio-histórico da profissão. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Brasil). Serviço Social (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais**. Brasília: Cfess e Abepss, 2009A. p. 125-142.

VARGAS, Tatiane Moreira de. **Serviço Social e Educação Popular: caminhos que se cruzam na direção de processos emancipatórios**. 2014. 237 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7195/1/000467548-Texto+Completo-0.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UFRGS - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PROCESSOS DE MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POPULAR NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PORTO ALEGRE E A EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E MOBILIZAÇÃO EXPRESSO NO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

Pesquisador: Mailiz Garibotti Lusa

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 81367317.3.0000.5334

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia - UFRGS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.542.328

Apresentação do Projeto:

O estudo se propõe a desvendar como se dá o processo de participação popular, mobilização e democratização na Política de Assistência Social, tendo como referência o projeto ético político do Serviço Social e a Política Nacional de Assistência Social. Trata-se de um Trabalho de Conclusão de Curso que contribui para a qualificação do processo de formação profissional através de pesquisa empírica oriunda da experiência de estágio obrigatório em Serviço Social da pesquisadora acadêmica do curso de Serviço Social no CRAS Ampliado Lomba do Pinheiro, num período marcado pelo corte dos direitos sociais.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar como acontecem os processos de mobilização e participação popular na Política de Assistência Social de Porto Alegre, a fim de fortalecer o princípio da democracia, participação social e mobilização expressos no projeto ético-político do Serviço Social.

Objetivo Secundário:

• Apropriar-se das categorias de participação popular, mobilização e democratização na perspectiva do Projeto Ético Político do Serviço Social, a fim de construir parâmetros para a análise sobre a mobilização e participação na Política Nacional de Assistência Social. • Compreender como

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600

Bairro: Santa Cecília

CEP: 90.035-003

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3308-5698

Fax: (51)3308-5698

E-mail: cep-psico@ufrgs.br

UFRGS - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO



Continuação do Parecer: 2.542.328

são propostos os espaços e/ou estratégias de participação popular, mobilização e democratização na Política Nacional de Assistência Social.

• Refletir como os profissionais conseguem efetivar o princípio da mobilização, democratização e participação dos usuários e lideranças comunitárias nos espaços da Política da Assistência Social de Porto Alegre.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A acadêmica afirma que possíveis riscos podem ser causados pela participação dos informantes na pesquisa, como algum tipo de constrangimento em virtude de resgate de alguma lembrança do passado, ou reflexão sobre as limitações e desafios presentes no exercício profissional como Assistente Social. Considerando este possível risco, explicar-se-á a cada entrevistado, em momento prévio ao início da entrevista, que terá ele a plena liberdade para recusar-se a responder qualquer pergunta, em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalização; assim como terá a mesma liberdade para interromper ou encerrar a entrevista antes da sua finalização, bem como não permitir a sua utilização científica, mesmo quando já encerrada (e mesmo que previamente consentida), desde que comunicado expressamente a qualquer uma das pesquisadoras responsáveis. A acadêmica diz, ainda que, em caso de ocorrência dos riscos previstos, o processo será encerrado e os pesquisadores serão responsáveis pelo atendimento imediato do participante. Deste modo, tanto a pesquisa empírica como a pesquisa documental (dos documentos públicos da Política de Assistência social) receberão tratamento ético, o que poderá ser sinalizado pelo parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS, onde se submete este projeto para análise e aprovação.

Benefícios:

O benefício com a participação dos informantes na pesquisa, mesmo que não diretamente, é a construção de conhecimento sobre a compreensão do espaço sócio ocupacional do Assistente Social no SUAS, no município de Porto Alegre.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O estudo está bem fundamentado, do ponto de vista teórico e metodológico. Trata-se de um estudo qualitativo, na perspectiva crítico-dialética que se utilizará de pesquisa: 1) documental, a partir de legislações que tratam da Assistência Social como um direito do cidadão, orientações do CFESS e o Código de Ética do Serviço Social; 2) bibliográfica, a partir de artigos de periódicos científicos de Serviço Social; e 3) empírica, através de entrevistas semiestruturadas com até 2 servidores dos seguintes serviços de assistência social: Proteção Social Especial FASC, CREAS Centro Pop I e Abrigo Residencial.

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600
Bairro: Santa Cecília CEP: 90.035-003
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-5698 Fax: (51)3308-5698 E-mail: cep-psico@ufrgs.br

**UFRGS - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO**



Continuação do Parecer: 2.542.328

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi reformulado, atendendo às solicitações do Parecer anterior do CEP.

Recomendações:

Não há mais recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há mais pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1016973.pdf	29/01/2018 19:16:26		Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeConsentimentoLivreeEsclarecidojaneiro18.pdf	29/01/2018 19:16:11	Malliz Garbotti Lusa	Acelto
Parecer Anterior	ParecerPesquisaAprovadaCOMPESQ.pdf	20/12/2017 13:59:45	Malliz Garbotti Lusa	Acelto
Outros	cartadeanuencia.pdf	11/12/2017 15:11:47	LIZANDRA INES BOTH	Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto de pesquisa Malliz e Lizandra.pdf	08/12/2017 14:14:09	LIZANDRA INES BOTH	Acelto
Parecer Anterior	AprovaçãodapesquissanaCOMPESQ.pdf	08/12/2017 14:13:09	LIZANDRA INES BOTH	Acelto
Outros	pedidodeanuenciacomassinatura.pdf	08/12/2017 14:11:16	LIZANDRA INES BOTH	Acelto
Outros	CurriculoLattesLizandra.pdf	08/12/2017 14:10:03	LIZANDRA INES BOTH	Acelto
Outros	CurriculoMalliz.pdf	08/12/2017 14:09:30	LIZANDRA INES BOTH	Acelto
Outros	Instrumentosdecoletadedados.pdf	07/12/2017 22:15:19	LIZANDRA INES BOTH	Acelto
Folha de Rosto	folhaderostoassinada.pdf	07/12/2017 22:11:06	LIZANDRA INES BOTH	Acelto

Situação do Parecer:

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600
 Bairro: Santa Cecília CEP: 90.035-003
 UF: RS Município: PORTO ALEGRE
 Telefone: (51)3308-5698 Fax: (51)3308-5698 E-mail: cep-psico@ufrgs.br

UFRGS - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO



Continuação do Processo: 2.542.328

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO ALEGRE, 13 de Março de 2018

Assinado por:
Clarissa Marcell Trentini
(Coordenador)

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600
Bairro: Santa Cecília CEP: 90.035-003
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-5698 Fax: (51)3308-5698 E-mail: cep-psico@ufrgs.br

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E.)

“O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe com consentimento livre e esclarecido dos participantes, indivíduos ou grupos que, por si e/ou por seus representantes legais, manifestem a sua anuência à participação na pesquisa.”
(Resolução nº 466/12, do Conselho Nacional de Saúde).

Eu, _____ fui convidado(a) a participar como voluntário(a) do estudo “Processos de mobilização e participação popular na Política de Assistência Social de Porto Alegre e a efetivação do princípio da democracia, participação social e mobilização expresso no projeto ético-político do Serviço Social”.

Para tanto, recebi das pesquisadoras Lizandra Inês Both, graduanda do curso de Serviço Social e Mailiz Garibotti Lusa (professora orientadora), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, responsáveis pelo estudo, as seguintes informações que me fizeram entender, sem dificuldades e sem dúvidas, os seguintes aspectos:

- O objetivo deste estudo é analisar como acontecem os processos de mobilização e participação popular na Política de Assistência Social de Porto Alegre, a fim de fortalecer o princípio da democracia, participação social e mobilização expresso no projeto ético-político do Serviço Social.

- A coleta de dados será realizada no período de 01 de abril a 30 de maio de 2018, através da realização de entrevistas, que acontecerão somente com a minha concordância e assinatura do presente documento (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE).

- Fui informado que a minha participação não comprometerá minha integridade física e moral, podendo eu responder às perguntas sempre expressando a verdade. Também fui informado que as pesquisadoras explicação novamente cada uma das perguntas, caso eu necessite.

- Sei que poderei decidir e comunicar que não quero mais participar do estudo a qualquer momento e, também, que poderei retirar esta autorização, sem que isso me cause qualquer penalidade ou prejuízo;

- O benefício que poderei esperar com a minha participação, mesmo que não diretamente, é a produção de reflexões sobre o trabalho do Assistente Social no SUAS, no município de Porto Alegre.

- Fui informado que podem existir riscos com a minha participação na pesquisa, como algum tipo de constrangimento decorrente do resgate de alguma lembrança do passado, que me façam refletir sobre as dificuldades do atendimento do Assistente Social no SUAS. Mesmo assim, foi-me dito que tenho plena liberdade para recusar-me a responder qualquer pergunta, em qualquer momento da pesquisa. Em caso de ocorrência dos riscos previstos, o processo será encerrado e as pesquisadoras serão responsáveis pelo meu atendimento imediato.

- Foi-me dito que as informações que falarei durante a pesquisa não permitirão a minha identificação, exceto para as pesquisadoras. Também fui informado que a divulgação da análise da minha entrevista só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto, através de publicação de cunho científico, **sempre garantindo a minha não identificação nominal e pública.**

- Fui informado que não terei qualquer despesa durante a pesquisa, estando estas sob a responsabilidade das pesquisadoras.

- Sei que o material coletado neste estudo ficará guardado na UFRGS (Anexo Saúde, Sala 302), por no mínimo 5 anos;

- Finalmente, tendo eu compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implica, concordo em participar da entrevista e DANDO O MEU CONSENTIMENTO, SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO(A) OU OBRIGADO(A).

Endereço do(a) participante-voluntário(a): Domicílio: (rua, praça, conjunto): Bloco: /Nº: /Complemento: Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone: Ponto de referência:
--

Contato de urgência: Sr(a). Domicílio: (rua, praça, conjunto): Bloco: /Nº: /Complemento: Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone: Ponto de referência:

Endereço das responsáveis pela pesquisa (OBRIGATÓRIO): Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Profª. Mailiz Garibotti Lusa Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2777 Bloco: /Nº:/Complemento: Anexo Saúde, Sala 302. Bairro: Santa Cecília / CEP 90035-003/ Cidade: Porto Alegre, RS Telefones p/contato: (51)3308-2114
--

Endereço das responsáveis pela pesquisa (OBRIGATÓRIO): Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Lizandra Inês Both Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2777 Bloco: /Nº:/Complemento: Anexo Saúde, Sala 302. Bairro: Santa Cecília / CEP 90035-003/ Cidade: Porto Alegre, RS Telefones p/contato: (51) 3308-2114

ATENÇÃO: Para informar ocorrências irregulares ou danos as durante a sua participação no estudo, dirija-se ao: Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Rua Ramiro Barcelos, 2600 – Porto Alegre - RS Telefone: (51) 3308-5698
--

Porto Alegre (RS), ____ de _____ de 2018.

	 
Assinatura ou impressão datiloscópica do(a) voluntário(a) ou responsável legal (Rubricar as demais folhas)	Nome e Assinatura das responsáveis pelo estudo (Rubricar as demais páginas)

APÊNDICE B - ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO DE ENTREVISTA 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL INSTITUTO DE PSICOLOGIA DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

INSTRUMENTAL DE COLETA DE DADOS DE PESQUISA ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO DE ENTREVISTA PARA USUÁRIOS

Discente: Lizandra Inês Both²²
Orientadora: Prof^ª Dra. Mailiz Garibotti Lusa

Roteiro de entrevista semi-estruturado referente à pesquisa “processos de mobilização e participação popular na Política de Assistência Social de Porto Alegre e a efetivação do princípio da democracia, participação social e mobilização expresso no projeto ético-político do Serviço Social” voltada para a elaboração do trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, a ser elaborado pela discente Lizandra Inês Both sob orientação da Prof^ª. Dra. Mailiz Garibotti Lusa.

Nome:	Período que mora no território:
Participa de algum grupo () Sim () Não. Qual.....	
1 Quando você começou de participar das atividades do CRAS? Quer dizer algo sobre o que significa participar desse espaço?	
2 O que você compreende por mobilização e participação popular?	
3 Quais as atividades do CRAS possibilitam a participação e a mobilização? (Rodas de Conversa, Oficinas, Grupo da Horta, Ação Comunitária, Acolhida Coletiva e outros). De que forma você reconhece a participação e mobilização nessas atividades?	
4 Como essas atividades estão relacionadas com a função do CRAS na comunidade/Lomba do Pinheiro?	
5 Que assuntos, em sua opinião, despertam mais a participação das pessoas?	
6 Sugestões para a construção de espaços de participação e mobilização social no CRAS?	

²² Aluna do curso de Serviço Social UFRGS. Porto Alegre, outubro de 2017. E-mail: lizandrboth@yahoo.com.br

APÊNDICE C - ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO DE ENTREVISTA 2

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL INSTITUTO DE PSICOLOGIA DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

INSTRUMENTAL DE COLETA DE DADOS DE PESQUISA ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO DE ENTREVISTA PARA LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS

Discente: Lizandra Inês Both²³
Orientadora: Prof^ª Dra. Mailiz Garibotti Lusa

Roteiro de entrevista semi-estruturado referente à pesquisa “processos de mobilização e participação popular na Política de Assistência Social de Porto Alegre e a efetivação do princípio da democracia, participação social e mobilização expresso no projeto ético-político do Serviço Social” voltada para a elaboração do trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, a ser elaborado pela discente Lizandra Inês Both sob orientação da Prof^ª. Dra. Mailiz Garibotti Lusa.

Nome:	Período que mora no território:
Grupo ao qual pertence:	
1 Quando você começou a participar da associação de moradores/conselho popular/movimento social ou outro? O que significa participar desse espaço?	
2 O que é mobilização e participação popular?	
3 Quando você começou a participar das atividades de mobilização da Lomba do Pinheiro? Qual a relevância dessa participação para uma liderança comunitária?	
4 Como você percebe as mobilizações e o CRAS? Existem articulações entre as atividades realizadas e o CRAS? Com a equipe técnica?	
5 Em que aspectos é preciso avançar para construir processos de mobilização e participação em conjunto: lideranças comunitárias, usuários e o CRAS?	
6 Quais são os desafios que você reconhece na efetivação da mobilização e da participação na Lomba do Pinheiro?	

²³ Aluna do curso de Serviço Social UFRGS. Porto Alegre, outubro de 2017. E-mail: lizandrboth@yahoo.com.br

APÊNDICE D - ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO DE ENTREVISTA 3

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL INSTITUTO DE PSICOLOGIA DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

INSTRUMENTAL DE COLETA DE DADOS DE PESQUISA ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO DE ENTREVISTA PARA ASSISTENTES SOCIAIS

Discente: Lizandra Inês Both²⁴
Orientadora: Prof^ª Dra. Mailiz Garibotti Lusa

Roteiro de entrevista semi-estruturado referente à pesquisa “processos de mobilização e participação popular na Política de Assistência Social de Porto Alegre e a efetivação do princípio da democracia, participação social e mobilização expresso no projeto ético-político do Serviço Social” voltada para a elaboração do trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, a ser elaborado pela discente Lizandra Inês Both sob orientação da Prof^ª. Dra. Mailiz Garibotti Lusa.

Nome:	Local de trabalho:
Serviço onde trabalha:	
1 Há quanto tempo você está trabalhando na Política de Assistência Social? Em que serviço você está inserido?	
2 O que é mobilização e participação popular?	
3 Quais atividades (estratégias de atendimento) têm potencial de produzir participação e mobilização popular?	
4 O reconhecimento da realidade onde o serviço está inserido pode contribuir para construir processos de participação e mobilização? Como? Justifique.	
5 Quais os Princípios, orientações do Código de Ética e Lei que regulamenta a profissão que possibilitam a concretização de processos de participação e mobilização?	
6 Tem mais alguma consideração que gostaria de fazer?	

²⁴ Aluna do curso de Serviço Social UFRGS. Porto Alegre, outubro de 2017. E-mail: lizandrboth@yahoo.com.br